



Universidade Estadual de Maringá
Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

FERNANDO CESAR GOUVEIA

**DO APAGAMENTO AO ESQUECIMENTO:
A CULTURA DA ERVA-MATE NOS LIVROS DIDÁTICOS DE
HISTÓRIA**

Maringá/PR

2024

FERNANDO CESAR GOUVEIA

**DO APAGAMENTO AO ESQUECIMENTO:
A CULTURA DA ERVA-MATE NOS LIVROS DIDÁTICOS
DE HISTÓRIA**

Dissertação apresentada no Programa de Pós- Graduação Mestrado Profissional em Ensino de História como requisito parcial par obtenção do título de mestre.
PROFHISTÓRIA-UEM

Orientadora: Prof.^a. Dr^a. Isabel Cristina Rodrigues

Maringá/PR
2024

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

G738a

Gouveia, Fernando Cesar

Do apagamento ao esquecimento : a cultura da erva-mate nos livros didáticos de história / Fernando Cesar Gouveia. -- Maringá, PR, 2024.
125 f. : il. color., figs., tabs., mapas

Orientadora: Profa. Dra. Isabel Cristina Rodrigues.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (Rede Nacional - Polo PROFHISTÓRIA - UFRJ) - Mestrado Profissional, 2024.

1. Ensino de História. 2. Erva-Mate. 3. Livro Didático. 4. História do Paraná. I. Rodrigues, Isabel Cristina, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (Rede Nacional - Polo PROFHISTÓRIA - UFRJ) - Mestrado Profissional. III. Título.

CDD 23.ed. 981.62

FERNANDO CESAR GOUVEIA

**DO APAGAMENTO AO ESQUECIMENTO:
A CULTURA DA ERVA-MATE NOS LIVROS DIDÁTICOS DE
HISTÓRIA**

Exame de Defesa de mestrado profissional
apresentada ao Mestrado Profissional em
Ensino de História -PROFHISTÓRIA-UEM
Maringá PR, _____de_____de 2024

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a. Dr.^a. Isabel Cristina Rodrigues
Universidade Estadual de Maringá – UEM
Orientadora

Prof. Dr. José Henrique Rollo Gonçalves
(UEM/ProfHistória)

Prof.^a. Dr.^a. Luciana de Fátima M.
Evanvelista (UNESP/Assis - SP)

Maringá/PR
2024

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.”

(Paulo Freire)

AGRADECIMENTO

Agradeço a todos que contribuíram para a realização desta dissertação, em especial à Professora Doutora Isabel Cristina Rodrigues, por sempre ter acreditado na relevância deste trabalho, pelo apoio na jornada e liberdade de criação. Com sua sabedoria, contribuiu com seus conhecimentos intelectuais orientando-me na minha pesquisa, além de sempre me motivar e incentivar nos momentos mais difíceis dessa dissertação.

À UEM por oferecer o PROFHISTÓRIA – Mestrado em Ensino de História com estudos gratuitos e de qualidade. Agradeço ao corpo docente do Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Estadual de Maringá, por contribuírem com minha formação de mestrado, meu respeito e admiração. Aos meus colegas de mestrado, em especial aos companheiros de carona nas viagens de Londrina para Maringá: Fernando Cavalcante de Oliveira, Felipe N. Pastorello Kubo e Ricarco Vial.

Ao Professor Doutor José Henrique Rollo Gonçalves e à Professora Doutora Luciana de Fátima Marinho Evangelista que fizeram parte da minha banca examinadora e apontaram questões importantes no meu objeto de pesquisa e indicaram referenciais teóricos para a finalização.

À CAPES por ter concedido bolsa de mestrando durante dois anos da minha pesquisa.

Gostaria de deixar registrada a minha gratidão aos meus familiares, em especial minha mãe Zelia Gouveia pelo amor e dedicação durante a minha vida, e meu pai Dirceu Justino Gouveia pelo seu carinho e amor, a minha irmã Luciane Gouveia Marques pela motivação e impressão de documentos, e ao meu companheiro Wilson Agostinho de Araujo pela colaboração técnica de informática e paciência.

Por fim, não posso deixar de reverenciar ao Sagado por me iluminar na minha caminhada terrestre e proteger em todos os meus passos e me mostrar sempre o caminho correto.

GOUVEIA, Fernando Cesar. **Do Apagamento ao Esquecimento: A Cultura da Erva-Mate nos Livros Didáticos de História**. 2024. 115 f. Dissertação (Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA) – Universidade Estadual de Maringá, 2024.

RESUMO

A presente pesquisa foi desenvolvida com o objetivo de investigar, no âmbito da história socioeconômica, como as representações sociais constroem e afirmam relações de poder e identidades, a partir do estudo da representação no livro didático de história sobre a história econômica da erva-mate no Paraná, entre os séculos XIX e XX. Buscamos problematizar e discutir um tema relevante para o patrimônio cultural material paranaense, baseando-se na leitura de referenciais bibliográficos e na análise do livro didático de história adotado pela Secretaria de Estado Educação do Paraná, além de outras fontes históricas e novas perspectivas sobre a história do Paraná, destacando a participação dos grupos envolvidos na produção, extração e comercialização da erva-mate. Realizamos um estudo comparativo a partir da análise do livro didático "História: Sociedade & Cidadania" de Alfredo Boulos Júnior, utilizado na rede estadual pública de ensino, e da história econômica da erva-mate como um ciclo econômico importante do Paraná. No livro didático de história, a cultura ervateira pode ser representada de forma limitada, frequentemente vista apenas como uma atividade econômica regional, principalmente nas regiões sul e sul-sudeste do Brasil. Seu impacto social, político e cultural pode não ser tão enfatizado quanto o de outras indústrias, como o café, que tiveram um papel mais proeminente na formação da identidade nacional.

Palavras-Chave: Ensino de História; Erva-Mate; Livro Didático; História do Paraná

GOUVEIA, Fernando Cesar. **From Erasure to Oblivion: The Culture of Erva-Mate in History Textbooks**. 2024. 115 f. Dissertation (Professional Master's Program in Teaching History - PROFHISTÓRIA) - State University of Maringá, 2024.

ABSTRACT

This research was developed with the aim of investigating, within the scope of socioeconomic history, how social representations construct and affirm power relations and identities through the study of the representation of the economic history of erva-mate in Paraná in history textbooks between the 19th and 20th centuries. We seek to problematize and discuss a topic relevant to the material cultural heritage of Paraná, based on the reading of bibliographical references and the analysis of the history textbook adopted by the State Secretariat of Education of Paraná, in addition to other historical sources and new perspectives on the history of Paraná, highlighting the participation of the groups involved in the production, extraction, and commercialization of erva-mate. We conducted a comparative study based on the analysis of the textbook "História: Sociedade & Cidadania" by Alfredo Boulos Júnior, used in the state public school network, and the economic history of erva-mate as an important economic cycle of Paraná. In history textbooks, the erva-mate culture may be represented in a limited way, often seen only as a regional economic activity, mainly in the southern and southeastern regions of Brazil. Its social, political, and cultural impact may not be as emphasized as that of other industries, such as coffee, which played a more prominent role in shaping national identity.

Keywords: History Teaching; Erva-Mate; Textbook; History of Paraná

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Livro Didático de História escolhido para Ensino Fundamental do Paraná	49
Figura 2 – Área de ocorrência da erva-mate	52
Figura 3 – Bandeira do Estado do Paraná	53
Figura 4 – Brasão de Armas do Estado do Paraná.....	54
Figura 5 – Três comunidades regionais do Paraná.....	54
Figura 6 – Mapa da antiga província de Gaurá.....	56
Figura 7 – Mapa da região do Contestado.....	63
Figura 8 – Mapa com municípios que tem a erva-mate como símbolo nos brasões e bandeiras.....	93

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Estados dos entrevistados.....	74
Gráfico 2 – Identificação como professor(a) de História.....	75
Gráfico 3 – Local de trabalho.....	75
Gráfico 4 – Segmento de ensino.....	76
Gráfico 5 – Escolha do livro didático de História.....	77
Gráfico 6 – História Regional no livro didático de História.....	78
Gráfico 7 – Ensino de História Regional na prática pedagógica.....	78
Gráfico 8 – Materiais didáticos.....	79
Gráfico 9 – Legislação sobre a História Regional.....	80

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Estruturação do código do CREP.....	82
Tabela 2 – Denominação da mundaça.....	83
Tabela 3 – Objetivo específico para o 8º ano do Ensino Fundametal sobre a erva-mate.....	84
Tabela 4 – Objetivo específico para o 2º ano do Ensino Médio sobre a erva-mate.....	87
Tabela 5 – Objetivo de aprendizagem da trilha de História Econômica do Paraná.....	90

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANPUH – Associação Nacional de Professores Universitários de História
BNCC – Base Nacional Comum Curricular
BRC – Brazil Railway Company
CADES – Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário
CREP – Currículo da Rede Estadual Paranaense
DCE – Diretrizes Curriculares da Educação Básica
DERAL/PR – Departamento de Economia Rural do Paraná
EJA – Educação de Jovens e Adultos
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
FTD – Frère Théophile Durand
FUNDEPAR – Fundação Educacional do Paraná
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INM – Instituto Nacional do Mate
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC – Ministério da Educação e Cultura
NRE – Núcleo Regional de Ensino
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais
PDE – Programa de Desenvolvimento Educacional
PISA – Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
PNLD – Programa Nacional do Livro e Material Didático
RCO – Registro de Classe Online
SEED – Secretaria de Estado da Educação
SESI – Serviço Social da Indústria

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 HISTORICIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DO ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL E NO PARANÁ.....	27
2.1 A FASE DO ENSINO TRADICIONAL.....	28
2.2 A FASE DO ENSINO DE ESTUDOS SOCIAIS	32
2.3 A FASE DO ENSINO DA EDUCAÇÃO REPUBLICANA/CIDADÃ	34
2.4 A FASE DO ENSINO COM A REFORMA NEOLIBERAL E A BNCC.....	38
3 NOS CAMINHO DO PNLD: O LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA X A HISTÓRIA REGIONAL	42
4 A HISTÓRIA ECONÔMICA DA ERVA-MATE.....	52
5 PESQUISA DE CAMPO, ANÁLISE MATERIAL DIDÁTICO E O PRODUTO	73
5.1 PESQUISA DE CAMPO.....	73
5.2 O CICLO ECONÔMICO DA ERVA-MATE NO MATERIAL DIDÁTICO DAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ.....	81
5.3 PRODUTO: TEXTO DISSERTATIVO SOBRE A HISTÓRIA ECONÔMICA DA ERVA-MATE.....	92
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
7 REFERÊNCIAS	113
8 APENDICE.....	122
8.1 QUESTIONARIO DA PESQUISA DE CAMPO	122

1 INTRODUÇÃO

Há dois anos, tomei a decisão de iniciar um curso de mestrado e optei por me inscrever no programa de mestrado em Ensino de História do Profhistória, oferecido pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Na época, ainda não havia definido um tema de pesquisa específico. Foi durante a primeira aula da disciplina de História do Ensino de História, ministrada pelo professor José Henrique Rollo, que fazia parte da banca examinadora, que encontrei a inspiração. Decidi adotar a sugestão do professor como tema de pesquisa, que consistia na investigação da história da erva-mate nos livros didáticos e materiais didáticos utilizados nas escolas da rede pública do estado do Paraná.

Num primeiro momento, não me pareceu fácil ligar o tema da erva-mate com a minha realidade porque moro na região norte do Paraná e o produto que deu origem a essa região foi o café, que também é responsável pela fundação e desenvolvimento econômico da cidade de Londrina, onde moro. O café já é um tema bastante trabalhado por historiadores e professores de história da região que procuram uma formação acadêmica complementar como o professor de História Cipriano Luiz Sanches em seu artigo para o PDE¹ destacou que o café humanizou o Norte do Paraná, fez nascer cidades e o desenvolvimento de um novo ciclo econômico do Estado (SANCHES, 2010, p. 10), ele destaca a importância do ciclo econômico do café para a região norte do estado, mas sua fala oculta que os povos indígenas Guarani e Kaingang já ocupavam as terras do norte do Paraná mostrando que o nosso Estado não possuía territórios vazios antes da chegada dos “desbravadores” nas primeiras décadas do século XX. O café foi um ciclo importante então, para o “desbravamento”, povoamento e desenvolvimento de todo o norte paranaense. O café trouxe avanços, possibilitou a formação e ampliação de linhas de estradas de ferro, fundou vilas, criou cidades e fez surgir toda uma região antes inexistente para o mundo capitalista. A Companhia de Terras Norte do Paraná² foi

¹ PDE - Programa de Desenvolvimento Educacional da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED) que tem como objetivo a formação continuada dos professores do quadro próprio do magistério da rede pública estadual.

² A Companhia de Terras Norte do Paraná foi responsável pela colonização de uma grande área do norte do estado do Paraná. De modo a atender a seus interesses econômicos – a venda de glebas

de suma importância para tal feito, pois foi ela quem planejou todo o “desbravamento”, ampliação e criação de rotas de escoamento do café para outras regiões e para o mundo.

É crucial reconhecer que a história do desenvolvimento econômico de uma região muitas vezes envolve narrativas que tendem a minimizar ou mesmo ignorar as populações indígenas que já habitavam essas áreas. No caso do Norte do Paraná, a chegada da cultura do café certamente impulsionou o crescimento e a urbanização da região, mas isso não significa que essas terras estivessem vazias antes da colonização. Os povos indígenas Guarani e Kaingang estavam presentes na região muito antes da chegada dos colonizadores e desempenhavam papéis significativos em suas comunidades e ecossistemas locais. Sua presença e suas histórias são partes fundamentais da história do Paraná, e é essencial reconhecer sua contribuição e respeitar seus direitos e territórios. Ignorar ou ocultar sua presença é perpetuar uma visão distorcida e injusta da história e do desenvolvimento da região, mas essa é uma discussão para uma outra dissertação não me cabe tratar desse assunto no momento.

Seria mais fácil trabalhar com algo ligado ao café, porém a erva-mate foi um bom desafio porque o seu ciclo econômico não foi de grande importância para o desenvolvimento do Norte do Paraná. No entanto, a erva-mate passa ser um símbolo do estado do Paraná e é uma importante fonte para o ensino da história regional do Paraná, assim como o café, portanto, é importante pesquisar como é representada a história econômica da erva-mate no livro didático e em materiais didáticos da disciplina de história adotados pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED) para serem trabalhados pelos professores nas escolas da rede pública do estado. Desta forma, ligo a minha experiência no campo da docência em história com a história social, econômica e da alimentação paranaense, que tem na erva-mate um alimento emblemático e uma grande fonte econômica no final do século XIX e início do século XX.

rurais destinadas ao plantio de café – e de acordo com seu plano geral de ocupação desse território inexplorado, a companhia projetou e implantou uma rede de mais de 60 cidades entre os anos de 1930 e 1960. (REGO e MENEGUETTI, 2008, p. 37)

O tema escolhido para essa pesquisa expõe questões que me interessaram a investigar como: Por que a cultura da erva-mate sendo a terceira fonte econômica do Brasil no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX não tem sua devida importância nos capítulos do livro didático de história como o ciclo da borracha e da cultura do café? Como a história econômica ervateira é representada no livro didático de história da rede pública do estado do Paraná? O que levou ao seu apagamento e esquecimento? Por que a burguesia ervateira se silenciou diante desse fato? O que a interpretação de fontes sobre este tema poderia acrescentar a respeito da sociedade da época?

Essa pesquisa procura problematizar e discutir sobre um tema importante para o conjunto do patrimônio da cultura material paranaense, buscando na leitura de referenciais bibliográficos e na análise do livro didático de história que foi adotado pela SEED e buscando e outras fontes históricas e novas perspectivas de entendimento da história do Paraná, que agregue a participação dos grupos humanos envolvidos na produção, extração e comercialização da erva-mate. Sendo assim, essa pesquisa tem como objetivo investigar, no âmbito da história socioeconômica, como a problemática das representações sociais constrói e afirma relações de poder e de identidades, a partir do estudo das representações no livro didático de história, sobre a história econômica da erva-mate produzida entre os séculos XIX e XX no Paraná, tomados como fontes para análise e interpretação histórica.

Todo estudo histórico se constrói a partir de uma preocupação do presente projetada para o passado. Pensar sobre um alimento e nas representações dele a partir dos livros didáticos como fonte histórica só é possível pela atualidade das discussões que colocam o alimento e as representações no centro das atenções de vários historiadores. Esses elementos só adquiriram categoria histórica recentemente, graças aos novos caminhos abertos pela História Cultural, pelos quais os historiadores puderam avançar e chegar a novos objetos.

O alimento constitui uma categoria histórica, pois os padrões de permanência e mudanças dos hábitos e práticas alimentares têm referências na própria dinâmica social. Os alimentos não são somente alimentos. Alimentar-se é um ato nutricional, comer é um ato social, pois constitui atitudes ligadas aos usos, costumes, protocolos, condutas e situações. Nenhum alimento que entra em nossas bocas é neutro. A historicidade da sensibilidade gastronômica explica e é explicada pelas manifestações culturais e sociais como espelho de uma época e que marcaram uma época. Neste sentido, o que se come é tão importante

quanto quando se come, onde se come, como se come e com quem se come. Enfim, este é o lugar da alimentação na História. (SANTOS, 1995).

Outras questões também precisam ser abordadas, neste caso, sobre o livro didático como fonte de pesquisa. Os livros didáticos foram utilizados em diferentes momentos da história do Brasil como instrumentos de reprodução ideológica das classes dominantes. Transmitem valores ligados a esses grupos, constituindo uma mercadoria bastante lucrativa e que ainda hoje representa os interesses de determinados segmentos da sociedade. Atualmente, apesar de serem escolhidos pelos professores de maneira democrática, muitas vezes não contemplam a realidade social das diversas escolas existentes no Brasil. Além disso, para muitos alunos, representam a única referência para a introdução à chamada sociedade letrada, afirmando-se como um instrumento educacional complexo e ambíguo.

era essencial garantir a difusão do veículo nação-território, necessitando-se dos estudos de geografia para o conhecimento do espaço físico do “país” e da História Nacional para legitimar as formas de conquista do “continente que é o Brasil”. Os livros didáticos deveriam sistematizar e divulgar tais conhecimentos e o Estado incentivou uma produção local capaz de auxiliar a formação do “sentimento nacionalista”, sem deixar, entretanto, que as futuras gerações de letrados perdessem o sentimento de pertencer ao mundo civilizado ocidental. (BITTENCOURT, 1993, pp. 30-31)

É somente no século XX que surgem as instituições e legislação próprias para a regulamentação editorial e de uso escolar do livro didático, com a preocupação em se divulgar a ideologia do Estado do período, reproduzindo palavras e ideias relativas à ordem, à cidadania, à moral e bons costumes, para Aline Zaque e Luara Castro (2015)

O livro didático tem por essência um papel social que é o de ser um facilitador no processo de desenvolvimento do conhecimento historicamente acumulado pelo homem, mas, ou talvez por isso, ele é utilizado por forças políticas e econômicas como uma ferramenta de poder ideológico. É necessário que o livro didático sempre seja pensado e repensado em cada contexto social que é utilizado e em cada função que ele desempenha (ZAQUE e CASTRO, 2015, 10p.)

Já no século XXI, a escola progressivamente democratizada participa efetivamente da escolha dos livros didáticos que chegam a ela, desfocando o problema da quantidade de material para a qualidade do material na escola, pois, mesmo com um programa responsável por selecionar os livros possíveis de serem

escolhidos pelos professores, ainda assim chegam às escolas livros didáticos descontextualizados da realidade social na qual o aluno está inserido e esta realidade pode ser confirmada atualmente com as aulas disponibilizadas pela SEED na plataforma Registro de Classe Online (RCO+aulas)³. Frequentemente o professor acaba utilizando este material como currículo único aplicado em sala de aula.

O livro didático e a educação formal não estão deslocados do contexto político e cultural e das relações de dominação, sendo, muitas vezes, instrumentos utilizados na legitimação de sistemas de poder, além de representativos de universos culturais específicos. (...) Atuam, na verdade, como mediadores entre concepções e práticas políticas e culturais, tornando-se parte importante da engrenagem de manutenção de determinadas visões de mundo. (FONSECA, 1999, p. 204)

O livro didático tem por essência um papel social que é o de ser um facilitador no processo de desenvolvimento do conhecimento historicamente acumulado pelas humanidades, mas ele é utilizado por forças políticas e econômicas como uma ferramenta de poder ideológico⁴. É necessário que o livro didático sempre seja pensado e repensado em cada contexto social que é utilizado e em cada função que ele desempenha. O livro didático deve ser analisado como um material que foi escrito e estruturado como mercadoria (ZAQUEU e CASTRO, 2015, p.10), ou seja, o livro antes de tudo é uma mercadoria a ser vendida, mesmo que tenha simultaneamente um papel simbólico de importância crucial. Nesta ferramenta pedagógica convergem interesses desiguais da nossa sociedade. Entender os mecanismos de sua produção, circulação e usos na escola nos possibilita compreender nossa própria realidade.

O livro didático de história tornou-se uma fonte histórica a partir das mudanças nas maneiras de pensar a história e que, ao longo do século XX, ficaram

³ É um módulo de planejamento que está disponível no Registro de Classe Online (RCO). Nele, o professor encontra planos de aula específicos para suas disciplinas e séries para as quais leciona, com sugestões pedagógicas e encaminhamentos metodológicos. Os planos de aula são organizados por tema, conteúdo, conhecimentos prévios e objetivos. Eles também se dividem por trimestre e contemplam, além dos conteúdos essenciais, informações e atividades complementares. Na ferramenta on-line, é possível encontrar links para vídeo aulas, *slides* e listas de exercícios, que podem ser editadas ou complementadas por materiais de sua preferência. Está disponível para o professor, ainda, um espaço para avaliar cada aula dada.

⁴ O conceito de ideologia é amplo e multifacetado, e tem sido objeto de estudo e debate em diversas áreas, como filosofia, sociologia, ciência política e psicologia. A ideologia refere-se a um conjunto de ideias, crenças, valores e visões de mundo que moldam a forma como uma pessoa, grupo, sociedade ou entendem e interpretam a realidade ao seu redor. A ideologia fornece uma lente através da qual as pessoas percebem e compreendem o mundo, ela molda opiniões sobre diversos assuntos, como política, economia, moral, religião e cultura.

conhecidas como Nova História e História Cultural. Ainda que possuam suas especificidades, podem ser caracterizadas como movimentos de oposição ao modo tradicional de fazer História. Entendo como uma reação à chamada escola “positivista” do século XIX. Assim, para Peter Burke (1992):

[...] a nova história é a história escrita como uma reação deliberada contra o ‘paradigma’ tradicional” e destaca ser “conveniente descrever este paradigma tradicional como ‘história rankeana’, conforme o grande historiador alemão Leopold von Ranke (1795-1886)”, frisando que “poderíamos também chamar este paradigma de visão do senso comum da história, não para enaltecê-lo, mas para assinalar que ele tem sido com frequência – com muita frequência – considerado a maneira de se fazer história, ao invés de ser percebido como uma dentre várias abordagens possíveis do passado (BURKE, 1992, p. 354)

Com a crise epistemológica inaugurada na segunda década do século passado com a Escola dos Annales, entre outros motivos, pela constatação, por parte de alguns historiadores, de que não existem fatos, mas apenas interpretações, seguem-se mudanças de rumo e tentativas de encontrar caminhos alternativos para superá-la, o que leva a debates especialmente intensos a partir da década de 1960, quando outras formas de fazer história adquirem repercussão. Assim, ao conceito de mentalidades, identificado como um paradigma da Nova História, opõem-se o conceito de representação e a nova história conhece sua herdeira, a nova história cultural. Dentre os principais teóricos e formuladores da nova história cultural está o historiador francês Roger Chartier, responsável por transformar o conceito de representação em um dos conceitos chave da história cultural.

Para Chartier (1990) é preciso pensar a história cultural como a análise do trabalho de representação, isto é, das classificações e das exclusões que constituem, na sua diferença radical, as configurações sociais e conceituais próprias de um tempo ou de um espaço. O conceito de representação na perspectiva do pensamento de Roger Chartier que poderá constituir uma base teórico-metodológica importante para o presente estudo e que aqui passa a ser discutido, porém sem descuidar do diálogo possível com outras concepções. O conceito interessa enquanto possa dar conta das representações da cultura erudita e seus apagamentos nos livros didáticos de história, por outro lado também, das questões que dizem respeito aos eventos sociais ligados ao preparar, beber e compartilhar o mate, entendidos aqui como rituais simbólicos de

origem social, portanto, culturais e históricos, e por outro, da leitura e interpretação das fontes que serão usadas na pesquisa.

Mesmo assim, verifica-se que Chartier alarga o conceito de representação para incorporar aspectos tanto verbais quanto icônicos. Quando trata da história do livro e discute as formas de leitura e a construção de sentidos pela apropriação dos conteúdos das obras pelos diversos leitores, critica aqueles que “consideram os discursos como se existissem em si mesmos, fora das materialidades (quaisquer que sejam) que são seus suportes e seus veículos”, e continua dizendo que “contra esta ‘abstração’ dos textos, é necessário recordar que as formas nas quais se oferecem para a leitura, para a escuta ou para a visão, participam também da construção de sua significação”. E conclui: “o mesmo texto, fixado na escrita, não é o ‘mesmo’ se mudam os dispositivos de sua inscrição ou de sua comunicação” (CHARTIER, 2001, p. 115).

Assim, na definição de Chartier, é tarefa do historiador “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 2001, p. 123); daí a necessidade de “considerar os esquemas geradores das classificações e das percepções próprias de cada grupo ou meio, como verdadeiras instituições sociais, incorporando sob a forma de categorias mentais e de representações coletivas as demarcações da própria organização social”; enfim “pensar-se uma história cultural do social que tome por objeto a compreensão das formas e dos motivos, isto é, das representações do mundo social que, à revelia dos atores sociais, traduzem as suas posições e interesses objetivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é ou como gostariam que fosse” (*apud.* FALCON, 2002, p.74). No mesmo contexto, para Duby, “a história cultural tem como proposta observar no passado, em meio aos movimentos de conjunto de uma civilização, os mecanismos de produção dos objetos culturais” (*apud.* FALCON, 2002, p.97). Com o conceito de representações, Chartier instrumentaliza a história cultural, que pode então tratar de questões não necessariamente ligadas pelo viés das lutas econômicas.

Historicamente, podemos considerar a erva-mate um bem material típico de uma cultura regional paranaense, pois o estado foi sempre um dos maiores produtores e exportadores de erva-mate no Brasil e teve o seu auge de produção no final do século XIX e início do século XX. Falar da erva-mate é falar de um alimento que está profundamente vinculado à nossa história. A economia do

estado do Paraná durante longo período apoiou-se na sua produção, comercialização e consumo, sendo o peso econômico da erva-mate fator decisivo no processo de construção de um dos aspectos que atribui identidades culturais ao Paraná, a ponto de um ramo de erva-mate compor a própria bandeira do estado, o que atribui à erva mate um lugar de destaque como símbolo presente na bandeira do estado.

Nas palavras de Francisco Magalhães Filho, citado por Samuel Guimarães da Costa (1989, p.66), o mate estimulou o desenvolvimento de uma nova classe social: a burguesia. Para Santos (1995, p. 11) a burguesia do mate, beneficiada com o aumento das exportações e a alta do preço do produto, viu expandir os seus negócios e acelerar o processo de acumulação de capital no estado.

Em torno do mate se insere a história paranaense relativa ao século XIX. Desde os tempos da Comarca, mas principalmente após a emancipação política, a burguesia ervateira deteve os poderes e definiu um modelo de sociedade local” (SANTOS, 1995, p. 11).

A economia ervateira não logrou “colocar a sociedade produtora e exportadora deste produto extrativo em pé de igualdade com outras economias que então se registravam no país”, porém conseguiu “retirar a então 5ª Comarca de São Paulo do marasmo em que ainda se encontrava. Conseguiu criar condições para que os curitibanos almejassem recuperar o autogoverno regional, perdido por Paranaguá em 1710” (WACHOWICZ, 1983, p. 189).

Outra fonte importante para essa pesquisa é o livro *História da alimentação no Paraná*, do historiador e professor Carlos Roberto Antunes dos Santos, que faz uma análise da economia alimentar paranaense e mostra como do final do século XVIII até a primeira metade do século XIX, ela esteve fortemente apoiada na monocultura da erva-mate para exportação e alternava períodos de escassez e carestia de produtos alimentícios básicos e de outros artigos necessários à subsistência, provocando aumento das importações e consequente fragilidade geral da economia regional. No final do século XIX, a sociedade paranaense passava por um momento de transição que afetou diretamente a produção ervateira, forçando-a a adaptar-se aos novos tempos.

A ideia de modernidade com desenvolvimento, características das sociedades modernas, conforme o modelo ocidental, implica em mudanças nas relações sociais de produção e nos domínios político e cultural. Portanto, a ideia de modernidade posta em prática na Província

do Paraná, parece não se assentar apenas no componente econômico como propulsor e determinante do desenvolvimento. Há parâmetros que apontam para as mudanças a níveis sociais, econômicos, políticos e culturais (SANTOS, 1995, p. 15).

Foi a base econômica propiciada pela exploração dos ervais nativos que deu a gradual conformação do Paraná político, social, econômico e cultural. A riqueza gerada pelo crescente comércio do mate levará à emancipação política, ao crescimento da população e das áreas urbanas, o desenvolvimento da indústria e do comércio (SANTOS, 2011, p. 31) Apesar de alguns altos e baixos, o crescimento da exportação de erva-mate sustentou a economia do Paraná durante todo o século XIX e foi responsável pelo surgimento de uma elite econômica composta pelos “barões do mate”, proprietários dos engenhos de erva-mate, os quais, vão jogar toda a sua influência e participar decisivamente da vida política e cultural do estado (BOGUSZEWISK, 2007, p. 37).

No final do século XIX, uma crise se abate sobre a indústria ervateira provocada pela superprodução que diante do aumento da concorrência que fazia novamente os preços oscilarem e a especulação levar os produtores locais a contabilizar seus prejuízos. Em 1920 a exportação brasileira de mate atingiu 90.686 toneladas, números que com poucas variações se repetiram por mais uma década. “Durante a segunda década e quase toda a terceira deste século, o Paraná praticamente, ainda se resumiu na erva-mate”. (LINHARES, 1969, p.331).

É a partir de 1930 que a política de substituição de importação pelo plantio de ervais próprios na Argentina, seguida de políticas de proteção ao produtor interno, fazem a exportação para aquele mercado decrescer acentuadamente até praticamente desaparecer em 1950. O comércio da erva-mate paranaense entra então em uma fase em que já não conseguiu mais recuperar a mesma importância dos áureos tempos.

Atualmente, o cultivo da erva-mate abrange cerca de 180 mil propriedades dos estados do Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul, o estado do Paraná lidera ainda hoje a produção de erva-mate no Brasil de acordo com dados divulgados pelo Departamento de Economia Rural do Paraná (DERAL – PR, 2021). A cultura da erva-mate no Paraná se desenvolve de duas formas principais: a produção em grande escala para fins industriais e a produção artesanal, que preserva as tradições ancestrais e técnicas de cultivo.

De acordo com o antigo site do Parque Histórico do Mate e o Museu Histórico do Mate a maioria da erva-mate ofertada hoje provém do processo mecânico, onde todas as operações são efetuadas automaticamente e em pouquíssimo tempo, desde o sapeco até o empacotamento do produto. A produção industrial da erva-mate no estado é realizada principalmente em grandes plantações, utilizando técnicas modernas de cultivo e processamento. Essa abordagem tem permitido atender à crescente demanda nacional e internacional por produtos à base de erva-mate, como chás, cosméticos e energéticos naturais.

Por outro lado, a produção artesanal da erva-mate ainda é bastante valorizada no Paraná. Pequenos produtores, muitas vezes em sistema de agricultura familiar, cultivam a planta com métodos tradicionais, transmitidos de geração em geração. Essa forma de produção é comum em áreas rurais, onde a erva-mate é colhida manualmente, seca em fornos a lenha e, posteriormente, triturada em moinhos de pedra, preservando assim o sabor e a qualidade única da bebida.

A tradição do mate é uma parte significativa da cultura paranaense, estando presente em diversas ocasiões do cotidiano. O famoso Chimarrão, uma das formas de consumo da erva-mate, é compartilhado entre amigos e familiares, criando momentos de convivência e confraternização. O mate também é consumido gelado em muitas regiões do Paraná e do Mato Grosso do Sul, e essa bebida recebe o nome de Tererê ou Tereré dependendo da localidade. Assim como o chimarrão, o tererê também é uma atividade social, e as pessoas se reúnem para compartilhar uma bebida em rodas, especialmente durante festas ou eventos ao ar livre. No entanto, a tradição de tomar chimarrão ou o tererê foi iniciada pelos indígenas muito antes da chegada do europeu no sul do Brasil.

A cultura da erva-mate também é celebrada em festivais e eventos regionais, onde se promovem atividades culturais, gastronômicas e esportivas relacionadas à planta. Essas comemorações atraem tanto os locais quanto os turistas visitantes em conhecer mais sobre essa tradição. A cidade de Cruz Machado, na região centro-sul paranaense, ganhou o título de capital do mate, por produzir um volume superior a 115 mil toneladas no ano de 2021, segundo o Departamento de Economia Rural do Paraná e a Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento do estado (DERAL-PR, 2021).

Entretanto, apesar da importância cultural e econômica da erva-mate no Paraná, alguns desafios se apresentam. A expansão de atividades agrícolas e o desmatamento têm impactado algumas áreas de cultivo, o que levanta preocupações sobre a sustentabilidade do setor. Todavia, não é somente a atividade agrícola e desmatamento que são problemas para a cultura da erva mate, o esquecimento e o apagamento da história da erva-mate nas escolas e nos livros didáticos também são problemas a serem enfrentados pelos paranaenses para manutenção de uma cultura e tradição regional. Esse esquecimento ou apagamento pode ter surgido devido ao aparecimento de culturas agrícolas mais rentáveis, como o café e o soja, e pela adoção de uma base curricular nacional que privilegia mais uma história universalizante e deixa de lado a história local e regional que pode transformar e moldar identidades.

O encerramento das atividades do Parque Histórico do Mate e do Museu Histórico do Mate em 2011 demonstra essa situação alarmante. Entre 2014 e 2021 o Parque e o Museu estiveram sob a administração da prefeitura de Campo Largo que manteve o estado de abandono das instalações e o fechamento do local para visitação. Em agosto de 2021 a gestão foi devolvida ao Governo do Estado do Paraná. Foi então criada uma comissão com membros da Secretaria da Comunicação Social e Cultura, Administração, Previdência, Desenvolvimento Sustentável e do Turismo e Paraná Turismo para realizar e apresentar um estudo de gestão, avaliação e demais procedimentos relacionados ao Parque, Museu Moinho e respectivos bens tombados, mas a situação se manteve a mesma. (OLIVEIRA, 2022).

A cultura da erva-mate no Paraná é uma rica herança que atravessa séculos e continua a desempenhar um papel fundamental na identidade do estado. Seja por meio da produção industrial ou artesanal, a erva-mate é mais do que uma bebida, pode ser entendida como uma expressão da cultura, tradição e possível identidade dos paranaenses. Ao proteger e valorizar essa cultura, garantimos que ela continue a ser apreciada e compartilhada por muitas gerações futuras.

Essa dissertação é baseada inicialmente com uma pesquisa bibliográfica da historiografia sobre a história do Paraná, analisando os autores que trataram da temática da cultura da erva-mate no estado como Temístocles Linhares, Romário Martins, Samuel Guimarães da Costa, Carlos Roberto Antunes dos Santos e Ruy Wachowicz. Fontes importantes para a pesquisa dessa dissertação

cito dois trabalhos sobre o assunto: *História Econômica do Mate*, de Temístocles Linhares e *Ilex-mate: chá sul-americano* de Romário Martins. O primeiro de 1969 e o segundo de 1926. Nesses dois trabalhos sobre o ciclo do mate no Paraná, constam análises de múltiplos aspectos deste período e do produto que lhe deu origem, a análise destes estudos permitirá observar mudanças significativas dos enfoques e dos tratamentos dados pelos autores à história da cultura da erva-mate no estado do Paraná.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa será realizado um estudo comparativo a partir de análises do livro didático *História: Sociedade & Cidadania* do escritor e historiador Alfredo Boulos Júnior, utilizado na rede estadual pública de ensino e da história econômica da erva-mate como um importante ciclo econômico do Paraná. O estudo comparado consiste, segundo FACHIN (2003), em investigar coisas ou fatos e explicá-los segundo suas semelhanças e suas diferenças. Permitindo a análise de dados concretos e a dedução de semelhanças e divergências de elementos constantes, abstratos e gerais, propiciando investigações de caráter indireto.

Esta dissertação está estruturada em quatro capítulos distintos. O primeiro capítulo dedica-se à contextualização histórica da legislação que orienta o Ensino de História tanto em âmbito nacional quanto no estado do Paraná. Nele, serão abordadas quatro fases marcantes que delinham a evolução desse ensino, desde suas origens tradicionais no final do século XIX até as reformas contemporâneas de cunho neoliberal na educação brasileira.

No segundo capítulo, abordarei a relevância dos livros didáticos no ensino de História, delineando sua definição e seu papel como ferramenta essencial na transmissão do conhecimento histórico. Em seguida, examinamos a importância do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD)⁵ e sua relação com a abordagem da história regional, especialmente no contexto específico do estado do Paraná. Retomando a linha histórica apresentada no capítulo anterior,

⁵ O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) compreende um conjunto de ações voltadas para a distribuição de obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, destinados aos alunos e professores das escolas públicas de educação básica do País. O PNLD também contempla as instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público. As escolas participantes do PNLD recebem materiais de forma sistemática, regular e gratuita. Trata-se, portanto, de um Programa abrangente, constituindo-se em um dos principais instrumentos de apoio ao processo de ensino-aprendizagem nas Escolas beneficiadas.

analisamos a evolução do ensino de História no Paraná, evidenciando como as transformações na legislação educacional influenciaram a maneira como a história regional foi tratada nos livros didáticos ao longo do tempo.

O terceiro capítulo apresenta uma contextualização histórica da formação da cultura da erva-mate como um crucial ciclo econômico no Paraná, enfatizando sua relevância na economia estadual ao final do século XIX e ao longo do século XX. São abordados os diversos grupos sociais envolvidos no processo de cultivo, extração e comércio da erva-mate, visando ressaltar a importância do ensino da história local e regional. Essa abordagem busca promover o desenvolvimento da identidade histórica e cultural, bem como o conhecimento histórico através da conscientização histórica nos alunos. Adicionalmente, é realizada uma análise do livro didático de história adotado na rede pública de ensino do Paraná, com o intuito de investigar possíveis lacunas ou omissões na narrativa histórica, especialmente em relação à história econômica da erva-mate em nosso estado.

O quarto e último capítulo será para a descrição do produto dessa dissertação que é a elaboração de uma disciplina eletiva sobre a história do Paraná a partir de fontes históricas regionais do nosso estado, a fim de atender uma demanda ou ausência da história local e regional do estado do Paraná no Novo Ensino Médio Integral.

2 HISTORICIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DO ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL E NO PARANÁ

Neste capítulo pretendo historicizar a legislação que regulariza o Ensino de História no Brasil e no estado do Paraná com enfoque na História Regional, porque o ensino de História e de História Regional estão representados nos cenários de aprendizagem escolares desde a educação infantil, o ensino fundamental até no ensino médio, e é um dos meios mais relevantes para a formação de indivíduos para uma participação efetiva na mudança social, seja em nível local, regional, nacional ou internacional de representação da nossa nação. Se um estudante não entender a história de sua cidade ou estado, ele não poderá ser um cidadão em pleno funcionamento, incapaz de prestar atenção às mudanças positivas e negativas em sua comunidade. Portanto, estudar a História significa compreender o passado e perceber reflexivamente que se é um sujeito histórico responsável por seu próprio destino.

Para nortear a pesquisa e a discussão presente neste capítulo, foram levantados os seguintes questionamentos: O ensino de História Regional está presente nas escolas da rede estadual de ensino do Paraná? Os professores possuem alguma formação para ministrar esse conteúdo? A História Regional está inserida no currículo escolar? Isso faz refletir sobre os motivos pelos quais essa temática ainda sugere discussões a respeito de como efetivamente o ensino de História Regional deve ser inserido e trabalhado na educação básica.

Com o intuito de responder aos questionamentos acima levantados, foi realizada uma pesquisa bibliográfica que objetivou levantar o quanto a História do Paraná, como História Regional, tem sido orientada e ratificada pela legislação, códigos de ensino, regulamentos, propostas curriculares, bem como os manuais didáticos que tratam da elaboração curricular do Ensino de História no estado do Paraná e bem como verificar o quanto se tem feito para modificar visões que outrora colocavam o Paraná como coadjuvante no cenário histórico nacional.

Para nortear a discussão histórica sobre o tema usaremos como fio condutor a divisão elaborada pelas historiadoras Maria Auxiliadora Schmidt e Marlene Cainelli e se fez necessário uma atualização dessa divisão porque ela historiciza o ensino de História no Brasil até o ano de 2009 faltando uma discussão

mais contemporânea das mudanças nas leis e ordenações sobre a educação brasileira a partir de 2017 e da aprovação da BNCC. O ensino da História no Brasil passou, ao longo do tempo, por profundas mudanças e, de acordo com Schmidt e Cainelli (2009), são identificadas três fases dessas mudanças: ensino tradicional, o ensino de estudos sociais, a fase do ensino da educação republicana/cidadã e a partir de uma atualização dessa divisão foi determinada uma quarta fase, a da educação neoliberal e a BNCC.

2.1 A FASE DO ENSINO TRADICIONAL

Durante os anos de 1837 a 1889 podemos identificar a primeira fase que é denominada como ensino tradicional. O ensino era baseado nas ideias positivistas e os conteúdos ensinados tinham uma valorização política enaltecendo a figura dos heróis. O Ensino de História nas escolas brasileiras teve início no século XIX, exatamente em 1838, quando foi incluído no regimento do Colégio Dom Pedro II no Rio de Janeiro. O momento histórico do Brasil continua sendo de consolidação da monarquia, com a escravidão ainda em pleno vigor. Seguindo as linhas metodológicas da França, o ensino de história, baseado na listagem de datas, fatos e números relacionados à elite e ao aparato do Estado, mostrou-se o melhor, e aqueles que mais souberam citar as respostas de acordo com os conteúdos produzidos pela historiografia, principalmente a historiografia europeia, como base para a construção de todo conteúdo da aula de história.

Com o advento da República, em 1889, e a promulgação da Constituição de 1891, coube aos estados formularem suas diretrizes curriculares, bem como estabelecerem sobre os eixos temáticos a serem abordados nas disciplinas escolares. Mas isso não propiciou uma mudança de visão sobre o ensino de História, apesar de uma produção historiográfica brasileira já começar a fazer parte dos manuais:

Na República os processos de identificação com a história da Europa foram aprofundados. Em São Paulo, quando da discussão pela Câmara dos Deputados do primeiro projeto que se propunha a reformar a instrução pública, em 1892, já se previa como parte dos planos de estudos as notícias históricas ricas sobre a Europa considerada no regime de conquistas, das guerras defensivas e da indústria; biografia dos ocidentais notáveis. A

preocupação com a constituição da nacionalidade e a formação da nação esteve sempre presente. No plano de estudos referido, sob a denominação de educação cívica e moral da Pátria, dever-se-ia estudar a biografia de brasileiros célebres, de notícias históricas do Brasil Colônia e Império e a história da Proclamação da República. (NADAI, 1992, p. 147)

No caso do Paraná, no cenário político educacional do final do século XIX, revelam-se particularidades relacionadas aos movimentos que ocorreriam, por exemplo, na Academia da Corte. Dario Persiano de Castro Vellozo (1869-1937), que adotou o compêndio Lições de História e foi chefe do departamento de história mundial do Ginásio Paranaense de 1898 a 1930, marca um período relativamente único na história da disciplina. Constatou-se que a construção das disciplinas de história nas instituições de ensino médio da Província do Paraná está relacionada ao ambiente político em que o Estado do Paraná estava inserido. O ensino de história, embora seguindo o que acontecia na Academia da Corte, organizou-se por meio de um conteúdo político cujo significado expressa uma nova experiência política e cultural de vivenciar a situação social em que vivia a elite intelectual paranaense. Singularidade que, mais do que marcar diferenças com o que ocorria no Colégio D. Pedro II, marcou um período para compreender a história e seu ensino, bem como a produção de documentos relevantes para o conhecimento do passado nacional.

As análises que foram feitas nessa pesquisa bibliográfica apontaram para a existência da História do Paraná enquanto saber escolar, a qual começou a se constituir no final do século XIX, quando apareceram as primeiras manifestações de um ensino voltado para o estudo de conteúdos sobre a história do Estado. Este conteúdo pode ser encontrado a partir da legislação de 1895, Regulamento para a Instrução Pública: “noções gerais de geographia e história pátrias, especialmente do Estado” (PARANÁ: 1895, p. 275). Neste contexto, tanto a História quanto a Geografia, indicavam um ensino voltado para o conhecimento da Pátria e da região, tendo a História a função de formação de uma identidade nacional e regional. Os primeiros manuais didáticos que tratam de conteúdos sobre a História do Paraná foram as obras de Romário Martins que escreveu a obra História do Paraná, em 1899, na qual aborda a temática regional e Sebastião Paraná, em seu livro, O Brasil e o Paraná, de 1903, enfoca aspectos geográficos e históricos sobre o Estado.

Pode-se constatar que, em algumas escolas, o uso do manual didático fazia parte da prática escolar, como consta no Relatório da professora Julia Wanderley Petrich, encaminhado ao diretor da Instrução Pública do estado, referente ao ano letivo de 1905: “Adoptando nesta escola os livros indicados pela congregação do Gymnasio Paranaense e Escola Normal, penso que todas ellas preenchem satisfactoriamente os seus utilissimos fins. O Brazil e

o Paraná, do Dr. Sebastião Paraná e História do Paraná, de Romário Martins. (PETRICH: 1906, p. 17-22)

Ambas as obras se tornaram expressões de grande relevância das ideias paranistas, inclusive no âmbito escolar, na medida em que foram indicadas como manuais a serem adotados pelas escolas públicas estaduais, permanecendo na cultura escolar, enquanto indicação de políticas públicas da administração até a década de 1950. A inclusão de conteúdos de História do Paraná, no âmbito escolar, ocorreu num momento em que intelectuais paranaenses discutiam e veiculavam ideias ufanistas sobre o Estado, um discurso saturado pela crença no progresso e no desenvolvimento social, o qual foi denominado de movimento Paranista ou Paranismo.

O Paranismo atingiu o seu apogeu na década de 1920, avançou até a década de 1940, durante boa parte do governo de Getúlio Vargas, um período marcado pela centralização política, onde não havia espaço para as manifestações regionais. No contexto do paranismo, a História do Paraná dividiu o espaço curricular com a História pátria, tanto nas indicações de conteúdos nos programas curriculares, como também na indicação de como a escola deveria realizar atividades referentes às datas nacionais e regionais. Neste sentido, fica evidenciada a preocupação dos legisladores com o desenvolvimento do nacionalismo e do regionalismo. Essa preocupação também estava presente no âmbito escolar, na medida em que as professoras organizaram atividades, para mostrar aos alunos os “ilustres personagens” da história, tanto nacionais como regionais.

Pode-se afirmar que tanto a indicação dos conteúdos de História do Paraná nas legislações quanto dos manuais que entram no contexto escolar, bem como a prática docente, passaram a constituir o código disciplinar da História do Paraná. Em certo sentido, esses elementos contribuíram para a constituição de um “sentimento de paranidade” (TRINDADE: 1997, p. 65-66), na perspectiva de construção de um tipo de identidade paranaense, que é questionada e criticada atualmente.

Durante o governo de Getúlio Vargas há uma completa remodelação da sistemática de ensino, em razão das políticas governamentais no sentido de “formar cidadãos e desenvolver o Brasil”. O governo federal passa a estabelecer diretrizes nacionais, ao contrário de anos passados que cada estado definia suas políticas educacionais. O governo de Vargas propõe-se a solidificar a escola pública e ao mesmo tempo implantar uma nova política pedagógica e investir na formação dos novos docentes. Devido a isso, ocorreu o surgimento de uma cultura escolar, a qual

era caracterizada por uma pedagogia alinhada com aspectos psicológicos dos estudantes, mudando o entendimento da disciplina de História. Nesse período, a atuação do ministro Francisco Campos é preponderante nesse processo, já que suas instruções metodológicas praticamente selaram o destino da disciplina de História, tornando-a obrigatória no currículo escolar. Sobre a disciplina de História nesse momento:

[...] o fato que primeiramente salta à vista é a concepção de História como conhecimento produzido e como disciplina escolar. A História é concebida como um produto acabado, positivo, que tem na escola uma função pragmática e utilitária, na medida em que ela serve à educação política e à familiarização com os problemas que o desenvolvimento impõe ao Brasil. (ABUD, 1993, p. 164)

É possível perceber que o Ensino de História começa a ser utilizado junto a população como meio de adequar o cidadão com as políticas estatais, de modo a todos perceberem a necessidade de estarem juntos para o engrandecimento do Brasil, quase não havendo espaço para o desenvolvimento crítico dos estudantes. Com a implantação do Estado Novo, o ministro Gustavo Capanema coloca em vigor Lei Orgânica do Ensino Secundário, a qual dava mais autonomia didática ao professor, sendo mantida a disciplina de História separada da Geografia, embora já houvesse quem defendesse a união das duas matérias.

A partir de 1951, a estrutura das escolas secundárias brasileiras foi reformada pelo Decreto nº 1.045, documento próximo à pedagogia da Nova Escola, movimento que teve impacto no processo educacional da época. O decreto regulamentou o Ensino de História destacando a importância de estudar o passado para entender o presente. Nesse momento, surgiram também órgãos criados pelo governo para melhorar a prática pedagógica dos professores do ensino médio. Uma delas é o Movimento de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Médio - CADES, que visa a melhoria do ensino médio em todo o Brasil. Sobre o CADES, podemos destacar:

Durante as décadas de 1950 e 1960 merecem destaque as ações da Cades no que se refere aos cursos de treinamento de professores para a escola secundária, a organização de simpósio e jornadas para capacitação do pessoal técnico das escolas e a produção de publicações destinadas à formação de professores, nomeadamente a Revista Escola Secundária, que circulou entre 1957 e 1963 com 19 números. [...] No que se refere ao ensino de História, a Revista incluiu, em todos os seus números, artigos produzidos por professores de História e destinados a professores de História, num total de 13 autores e 21 artigos. (SCHMIDT, 2012, p. 83)

2.2 A FASE DO ENSINO DE ESTUDOS SOCIAIS

A segunda fase denominada fase dos estudos sociais, de acordo com Schmidt e Cainelli (2009), começou com o período militar em 1964, o ensino de História ainda mantinha seu caráter político, com ênfase nos heróis, sem que o ensino promovesse a criticidade permanecendo uma forma linear, cronológica de escrever a história. O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) publica o manual Estudos Sociais na Escola Primária, obra que regride em termos de conhecimento histórico a ser repassado aos estudantes, o manual não tinha influência do movimento dos Annales ou de correntes marxistas. Deixa-se de lado neste período a História como disciplina autônoma nas séries iniciais, focando-se numa interdisciplinaridade. Tudo isso para ainda consolidar políticas educacionais voltadas para formação de cidadãos que valorizem a temática nacional. E é nesse momento que começam discussões entre grupos de estudiosos sobre a disciplina de História: uns querem a sua manutenção no currículo escolar; outros querem a sua incorporação a disciplina de estudos sociais, e que esta matéria seja para todo ensino escolar.

Em 1969, o decreto do governo militar estabeleceu a construção curricular de educação e educação moral como disciplinas obrigatórias em todos os níveis de ensino. O objetivo dessa disciplina é aprimorar o caráter dos brasileiros e prepará-los para o exercício da cidadania democrática (PEREIRA: 2014). O que essa disciplina produz, porém, é uma noção de progresso nacional que omite os conflitos e dramas sociais vividos pelos brasileiros. No que diz respeito à disciplina de História foi somada a disciplina de Geografia, pela Lei nº 5.540 de 1968, criado assim a disciplina de Estudos Sociais. Por meio dessas decisões: “A possibilidade de continuação da história como disciplina autônoma foi vedada por legislação federal de 1971, de acordo com a legislação do Estado de São Paulo (Lei 10.038/1968)” (PEREIRA: 2014, p. 8).

Em 1971, sob recomendações da Lei 5.672/1971, os estudos sociais foram introduzidos nas escolas primárias. A Lei de Diretrizes e Bases da educação de 1971 determinou a completa exclusão da disciplina de História do ambiente escolar

no 1º grau sendo ministradas em seu lugar as matérias de estudos sociais e de educação moral e cívica (EMC), disciplina completamente nova e direcionada a formar cidadãos dissociados da política. Sobre isso, Silva (2006) observa que:

Houve a despolitização da educação e um grande apoio governamental ao tecnicismo, além da instituição da censura contra qualquer forma de expressão política ou cultural que desagradasse ou fosse contrária ao sistema vigente. O decreto-lei nº 477, de fevereiro de 1969, proibiu qualquer atividade entendida como política dentro das escolas, cabendo à direção punir os transgressores. (SILVA, 2006, p. 22)

No ensino de 2º grau, a disciplina de História continuou a ser lecionada, mas com uma carga horária de apenas duas horas semanais. Docentes já formados em História começaram a ensinar Estudos Sociais ou EMC com relutância, e muitos se opuseram, e foram perseguidos pela junta militar. O declínio da disciplina de História no período de 1964 a 1984 influenciou profundamente a formação de uma geração e certamente a expansão de ideias e a consolidação de uma historiografia brasileira mais pertinente aos novos temas propostos pela historiografia mundial da época, como "História Cultura" e "História vista de baixo".

No estado do Paraná após a publicação da Lei 5692/71, o governo do Estado, através da Fundação Educacional do Paraná (FUNDEPAR), iniciou uma série de publicações relativas à reforma do ensino, com o intuito de divulgá-la entre os professores. No primeiro fascículo publicado, intitulado Ensino de 1º e 2º graus, consta um texto escrito pelo Secretário da Educação e Cultura do período, Roberto Linhares da Costa. Seguem-se alguns trechos:

Reputo oportuno e imprescindível trazer aos professores, educadores e técnicos - que são, afinal, os executores da educação - o conhecimento da lei e das providências decorrentes dela, que visam à nova metodologia do ensino: os fundamentos teóricos da reforma; as inovações da lei, seu significado para o desenvolvimento brasileiro, que é seu derradeiro e grande objetivo. Não se entende, evidentemente, desenvolvimento sem educação, pois a educação é o pressuposto é lúdimo fundamento do progresso econômico, social, tecnológico e científico. Por isso, os novos sistemas preconizam preparar o homem para as responsabilidades do cotidiano real, com educação geral e humanística no 1º grau e técnica profissionalizante no 2º grau, a fim de que o estudante brasileiro, mesmo sem alcançar a Universidade, possa desde logo afirmar-se como elemento produtivo dentro da comunidade, tão respeitado quanto útil no seio da família e da sociedade. [...] (PARANÁ. Ensino de 1º e 2º graus, 1971, p. 2).

A partir da Lei 5692/71, a qual estabeleceu oficialmente a introdução do ensino de Estudos Sociais de 5ª a 8ª séries e da Integração Social, de 1ª a 4ª, em 1972, em seus Regimentos, as escolas municipais passaram a organizar os

conhecimentos que se tornaram parte da cultura escolar. A História do Paraná aparece enquanto “aspectos histórico, moral e cívico”, deixando evidenciada a concepção de uma História política, voltada para a formação cívica e moral dos alunos, seguindo os objetivos nacionais deste período um contexto político de ditadura militar no Brasil (1964-1984).

2.3 A FASE DO ENSINO DA EDUCAÇÃO REPUBLICANA/CIDADÃ

Com a redemocratização do Estado brasileiro, na década de 1980, a luta pelo retorno do ensino de história ao então currículo do primeiro ano exigia pesquisas e reflexões sobre o que e como se ensinava história nos estudos sociais e nas tradições mais antigas (Monteiro; Gasparello; Magal Hess, 2004). No que diz respeito aos conteúdos curriculares na década de 1980, o campo da história foi caracterizado por três movimentos: a história do ensino fundamental; a construção do conhecimento histórico e sua importância social; as ações no ensino de história nas escolas primárias (MAGALHÃES, 2003).

Com o fim do regime militar no Brasil em 1985, tem início a terceira fase denominada por Schmidt e Cainelli (2009) como fase atual é denominada por esse autor como fase do ensino de educação republicana/cidadã. A disciplina de História voltou ao currículo escolar no ensino fundamental maior, antigo ginásio e hoje são as séries finais no ensino fundamental (6º ao 9º ano), permanecendo a disciplina de Estudos Sociais no fundamental menor, antigo primário e hoje denominado de educação infantil (1º ao 5º ano). A Constituição de 1988 consolidou como direito social à educação gratuita para pessoas em todos os níveis e a liberdade de pensamento, permitindo que os professores discutam e pleiteiam o retorno da disciplina de história ao currículo escolar

Na década de 1990, grandes mudanças ocorreram na sociedade por meio da aprovação da Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional (LDB) e o Ministério da Educação lançou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Conseqüentemente, essa nova legislação educacional brasileira gerou grandes mudanças no ensino de história, inaugurando um período de democratização do ensino, com constantes mudanças de conteúdo,

possibilitando um debate mais amplo nas escolas e na academia, o que nunca ocorreu durante o ensino de história no Brasil.

Os PCN foram implantados no estado do Paraná no final de 1990, e no documento pode-se ler:

Nos PCN a disciplina de História foi apresentada de forma pragmática, com a função de resolver problemas imediatos e próximos ao aluno. Ressaltou-se a relação que o conhecimento deve ter com a vivência do educando, sobretudo no contexto do trabalho e do exercício da cidadania. Essa perspectiva abriu espaço para uma visão presentista da História, porque não se ocupava, em contextualizar os períodos históricos estudados. Além disso, muitos conceitos referenciais da disciplina foram preteridos em nome da aquisição das competências (PARANÁ, 2008, p.10).

A partir de 1997 com a consolidação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, foram apontadas mudanças que passaram a fazer parte do cotidiano escolar, sendo que, para a área de História, a escolha dos conteúdos a serem trabalhados tomaram como ponto de partida as problemáticas locais, não perdendo de vista que "as questões que dimensionam essas realidades estão envolvidas em problemáticas regionais, nacionais e mundiais." Os PCN, portanto, indicam um ensino de História da localidade, da região onde o aluno está inserido para que o mesmo possa constituir a noção de identidade, sendo este ponto considerado de grande relevância enquanto objetivo específico deste ensino (BRASIL, 1997, p.43)

No Paraná a partir de 2003 tiveram início as discussões para a elaboração de novas Diretrizes Curriculares para o ensino de História. Foram criadas a partir do parecer CNE/CEB nº 4 de 29 de janeiro de 1998 e resolução CNE nº 2 de 7 de abril de 1998, deram para o Ensino de História o sentido de trabalhar a realidade do aluno e proporcionou uma definição para que os sistemas de ensino articulem diretrizes para as realidades locais ou regionais que atendem (CERRI, 2007, p. 29).

Os avanços propostos pelas DCE foram significativos e deram à disciplina de História um olhar e uma perspectiva moderna, seguindo as tendências dos países europeus, dentro das linhas de estudos propostas pelas correntes historiográficas da Nova História, Nova História Cultural e a Nova Esquerda Inglesa. Acerca da Nova Esquerda Inglesa, tem-se que:

Os historiadores da Nova Esquerda Inglesa criticam a historiografia política tradicional, pois esta se limitou a explicar o poder tendo como referência somente o Estado. A Nova Esquerda Inglesa analisa as relações de poder a partir da valorização das condições materiais, das estruturas socioeconômicas, das classes e grupos sociais, dos movimentos coletivos em geral e reintroduz a ideologia como categoria analítica do discurso histórico (PARANÁ, 2006, p.14).

Estas Diretrizes criaram obrigatoriedade de ensinar a História do Paraná no Ensino Fundamental e Médio.

Estudar a História do Brasil e as histórias locais relacionadas à mundial, entendendo-a para além da História europeia, permite questionar com o estudante as ideias históricas permeadas de preconceitos que são difundidas pelos meios de comunicação de massa. A partir da valorização de novas narrativas históricas é possível construir ideias históricas sistematizadas em um diálogo cognitivo com o Outro. Além disso, a proposta metodológica de partir das histórias locais e do Brasil para a Geral possibilita a abordagem da história regional, o que atende a Lei 13.381/01, a qual torna obrigatória, no Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública Estadual, o trabalho com os conteúdos de História do Paraná (PARANÁ, 2008, p.40).

Essa metodologia propõe que o ensino de história seja capaz de estabelecer diferentes relações no tempo e no espaço, por meio da história local, regional e mundial, possibilitando assim que os alunos façam inúmeras conexões com saberes baseados em histórias locais, sem excluir a história brasileira e a história de abordagem regional. Este é um objetivo que se encontra implícito na Lei nº 13.381/2001, “a qual torna obrigatória, no Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública Estadual, o trabalho com os conteúdos de História do Paraná.” (PARANÁ, 2008, p.62).

No âmbito estadual, a Lei nº 13.381 estipulou que a história do Paraná deve ser ensinada nas escolas primárias. Além de ensinar sobre a promoção dos símbolos nacionais, nomeadamente a bandeira, o escudo e o hino, a lei estabelece no artigo 2.º que devem ser incluídos estudos relacionados com comunidades, municípios e microrregiões. Nesse sentido, fica claro que os próprios documentos legais estaduais defendem uma perspectiva pedagógica vinculada à realidade dos alunos, baseada no conhecimento deles sobre um local específico, e não de forma abrangente, como é considerado neste contexto. possível que os alunos se sintam sujeitos históricos à medida que compreendem a sua própria participação nas comunidades em que estavam inseridos no seu tempo e lugar.

A Lei endossa ainda a ideia de ensinar história que seja relevante para as experiências diárias dos alunos, em vez de simplesmente história distante das realidades sociais dos alunos, contando datas e acontecimentos de forma circular, descontextualizada e sem qualquer reflexão. Nesse sentido, a referida lei é mais um motivo para apoiar a realização de pesquisas relevantes, uma vez que financia a

discussão proposta no sentido jurídico. É preciso ressaltar que as novas aspirações no ensino de história estão relacionadas à possibilidade de mudança do que acontece no entorno, e não à história distante, que só pode ser aprendida como conhecimento em função dos conteúdos estabelecidos no currículo do ensino de história geral.

[...] os programas curriculares cumprem a tarefa de universalização do saber, difundindo conhecimentos até certo ponto padronizados, definidos e selecionados na esfera competente – os especialistas das Secretarias de Educação (FONSECA, 1993, p.65).

O ensino da história regional é por vezes subvalorizado porque, além de exigir um maior esforço de investigação, pode-se assumir erroneamente que a universalidade é mais importante porque faz parte de todas as sociedades devido à menor quantidade de dados organizados. A razão para esta desvalorização é o menor investimento relacionado com o capital cultural local, pois não é economicamente vantajoso investir na recuperação da memória e da história regional. Assim, o trabalho do professor de ensinar a história de uma determinada comunidade, cidade ou região torna-se cada vez mais difícil porque ele tem tantas obrigações docentes que tem pouco tempo para se dedicar à pesquisa fora da escola.

Em 1997, foram instituídos os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) com a função de promover políticas e programas educacionais, compartilhar informações, discussões e pesquisas. Trata-se de uma proposta aberta, flexível e, ao contrário da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) homologada em 2017, não é obrigatória e apenas fornece subsídios para a construção de conteúdos escolares. Ainda hoje, os PCN continuam vigentes, orientando os educadores em seus programas. No entanto, à luz da Lei 13.415/2017, eles podem ser gradualmente reservados pela BNCC para atribuições de disciplinas escolares. No que diz respeito ao ensino de história local no ensino fundamental, os PCN extrapolam os objetivos gerais da disciplina de história como: “Questionar sua realidade, identificando problemas e possíveis soluções, conhecendo formas político-institucionais e organizações da sociedade civil que possibilitem modos de atuação” (BRASIL, 1997, p. 42). Questionar a sua realidade será uma forma de despertar os alunos para a história local, compreender os problemas que os rodeiam e envolvê-los no processo de encontrar soluções para os mesmos. Outro ponto levantado nos PCN sobre História

Local está no capítulo dedicado aos critérios de seleção e organização do conteúdo histórico: “as problemáticas contemporâneas pertinentes à realidade social, econômica, política e cultural da localidade onde leciona, de sua própria região, do seu país e do mundo” (BRASIL, 1997, p. 47). Esta sugestão também irá desencadear um amplo debate sobre temas históricos localmente relevantes, o que também pode levar os alunos a serem opinativos ou criticamente conscientes de sua comunidade ou cidade, a fim de elevar o nível de discussão sobre questões que afetam a comunidade.

2.4 A FASE DO ENSINO COM A REFORMA NEOLIBERAL E A BNCC

Os processos neoliberais sofreram modificações e novas idealizações ao longo da história, de modo que influenciam diretamente os processos socioeducativos, bem como as políticas estatais. Portanto, passamos a discutir agora o impacto do neoliberalismo no currículo da disciplina escolar de História a partir da década de 2010. É importante ressaltar que o neoliberalismo é entendido como um conceito político implementado principalmente a partir da década de 1990, defendendo que o setor privado deveria substituir os serviços anteriormente prestados pelo Estado de bem-estar social. Para tanto, instituições globais como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio também desenvolvem agendas nacionais de educação que incluem metas e soluções que são desenvolvidas além das fronteiras nacionais (ROBERTSON; DALE, 2011).

Neste contexto, a influência internacional da globalização neoliberal é inegável. Desde a década de 1990, os mecanismos de avaliação do Brasil mostraram os primeiros sinais de abertura à intervenção externa. Exercem controle sobre o currículo e justificam-no com base nos baixos padrões educativos e na má formação dos professores. Outra implicação que surge e é legitimada com base nestes mecanismos é a necessidade de ter um documento que oriente o ensino e forneça uma base de igualdade para todos. Embora o Brasil tenha empreendido muitas intervenções nos últimos anos para internalizar as universidades e melhorar a

qualificação dos professores, a retórica da falta de qualidade ainda é usada para justificar políticas públicas relacionadas à educação.

Em 16 de setembro de 2015, o Ministério da Educação (MEC) torna pública a sua proposta de Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para as diversas disciplinas da educação básica brasileira, o componente curricular de História não constava nessa versão do documento. A BNCC para o componente curricular de História só foi divulgada em 2017, no entanto, começou a ser discutida durante o governo da presidenta Dilma Rousseff (2015/2016), que passava por uma forte campanha midiática, parlamentar e jurídica que levou sua derrubada (golpe), a BNCC completa foi homologada em 20 de dezembro de 2017, no governo de Michel Temer. Qual a História que essa BNCC conseguiu propor?

Todas as leis anteriores a 2017 subsidiaram um ensino de história mais dinâmico e condizente com as realidades sociais. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi aprovada pela Lei 13.415/2017, em meio a poucas discussões e numa celeridade que nunca tinha se visto em matéria educacional. No entanto, a aprovação da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) apresenta novos horizontes não apenas no ensino de história, mas em todas as disciplinas da educação básica. Houve participação de intelectuais das diversas disciplinas, mas o modo como tudo tramitou dá ideia de que fora imposta pelo Governo Federal. Pelas condições em que foi aprovada, não houve amplo debate e, em pouco tempo, tudo levava a crer que a história no meio escolar seria cerceada, não só em matéria de conteúdo, mas também em termos de carga horária, chegando até mesmo ser suprimida em algum momento do ensino médio. Isso pode acarretar em curto prazo um retrocesso no ensino de história, cujo impacto na formação de novos cidadãos ainda não pode ser mensurado. Esta sistemática claramente irá afetar a disciplina de História e por conseguinte os debates escolares sobre a História Local. A multiplicidade de temas na disciplina de História a serem discutidos na educação básica seriam mitigados, mais do que já são, a temas e discussões que ensejassem apenas uma boa nota na disciplina de História para acesso a uma vaga no ensino superior.

A BNCC torna abstrato o conceito de conhecimento histórico, negligência critérios de preservação e memória que marcam arquivos, museus, instituições similares que continuam carentes de críticas, causando um esvaziamento histórico dos objetos estudados e silenciando ações humanas e transformando experiências

sociais em efeitos. A Associação Histórica Nacional (ANPUH) não apoiou a criação da base, argumentando que ela era prescritiva e subordinada a objetivos relacionados à mobilidade escolar, ao controle vertical dos cargos docentes e aos resultados de exames como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA)⁶. Assim como a adoção obrigatória de diretrizes curriculares a nível nacional pode comprometer a consideração das realidades sociais das comunidades onde as escolas estão localizadas. Compreender as especificidades das famílias dos alunos é fundamental para a construção de um currículo relevante e aprofundado e que valorize a diversidade histórica e cultural (SANTOMÉ, 2013, p. 163).

No Paraná a SEED oferece aos professores aulas prontas em slides seguindo as premissas de competências e habilidades da BNCC no conhecido RCO+aulas e é possível identificar uma maior aproximação da SEED com o estabelecimento de parcerias com setores privados que oferecem plataformas digitais de estudo com variados projetos que, em sua maioria, operam com a lógica de oferecer propostas e materiais prontos para que os professores e alunos sigam os roteiros nos quais encontram-se pré-definidos os pontos de partida e os pontos de chegada quanto à construção do conhecimento, os chamados sistemas estruturados de ensino.

É injusto afirmar que a BNCC de História se reduz a mais do mesmo. Há pequenas diferenças em relação ao mesmo, embora este último continue prevalecendo. O perfil clássico foi mantido: Antiguidade Europeia, o Renascimento e a Revolução Industrial, indígenas e africanos são evocados principalmente como resultado da República e da ditadura, entre outras coisas. Trata-se de um documento conservador escrito por um governo ditatorial, conservador e golpista. Esta proposta não pode ser corrigida, emendada ou sanada pontualmente por meio de supressões de acréscimos específicos. A elaboração dos componentes da História, assim como de todas as demais disciplinas, deve ser o resultado de um processo abrangente, cujo debate abrange os pressupostos, eixos, objetivos e conteúdo - apesar do fato de que a definição de uma Base Nacional Comum

⁶ Trata-se de um estudo comparativo internacional realizado trienalmente pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), com vistas a oferecer informações sobre o desempenho dos estudantes na faixa etária dos 15 anos. Tendo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) como órgão responsável pelo planejamento e a operacionalização da avaliação no Brasil, o estudo avalia três domínios – leitura, matemática e ciências – em todas as edições ou ciclos, além de avaliar os denominados “domínios inovadores”, como Resolução de Problemas, Letramento Financeiro e Competência Global.

Curricular não é uma decisão consensual e deve ser objeto de discussão cuidadosa e sistemática. Só assim será possível produzir um conjunto de conteúdos que permita que os alunos compreendam a conformação histórica do mundo em que vivem, aprendam conceitos históricos fundamentais e entendam o caráter histórico - e, portanto, transitório - das relações sociais atuais.

3 NOS CAMINHO DO PNLD: O LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA X A HISTÓRIA REGIONAL

Neste capítulo, discutirei a relevância dos livros didáticos no contexto do ensino de História, delineando sua definição e seu papel como instrumento fundamental na transmissão de conhecimento histórico. Em seguida, explorarei a importância do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e sua relação com a abordagem da história regional, especialmente no contexto do estado do Paraná. Retomando a linha histórica traçada no capítulo anterior, farei uma análise da evolução do ensino de História no Paraná, destacando como as mudanças na legislação educacional influenciaram a forma como a história regional foi abordada nos livros didáticos ao longo do tempo.

O livro didático desempenha um papel importante na educação brasileira, moldando a compreensão dos alunos sobre o passado do país e influenciando sua visão de mundo, ele também é entendido pela maioria dos pesquisadores no campo do ensino de história e pelos professores que ensinam História nos diversos segmentos da escola pública como importante recurso material para uso em sala de aula e como fonte de pesquisa que se abre com possibilidades para os mais variados temas relacionados à educação escolar (OLIVEIRA e CAIMI, 2019, p. 5).

Itamar Freitas (2019, p. 145) define o termo livro didático como algo que será o que decidirmos que ele seja, dentro do que estabeleceremos como parâmetro de uso, a qualidade que ele porta, suas finalidades, os conteúdos que veicula, situações e consequências que dele provém e o lugar que ocupa no mercado, no Estado, nas instituições religiosas, militares, partidárias, nos movimentos sociais, nas universidades e nas escolas básicas. Essa citação de Itamar Freitas (2019) ressalta a importância do livro didático ao destacar que ele é moldado pelas decisões e parâmetros estabelecidos pela sociedade, instituições e mercado.

É importante destacar para o entendimento do livro didático para a educação no Brasil é que conforme afirmou Heloísa Dupas Penteado, que os livros didáticos são "... o material disponível, e de uso generalizado em nossas escolas, muitas vezes até por ser o único material impresso de que o aluno e até mesmo a escola e o professor dispõem" (PENTEADO, 2010, p.234). Concordando com essa afirmação, Circe Bittencourt destaca que os livros didáticos são os mais usados instrumentos de trabalho integrantes da tradição escolar de professores e alunos, fazem parte do

cotidiano escolar há pelo menos dois séculos (BITTENCOURT, 2011, p. 299). Essa posição de principal recurso ou até mesmo único abre um alerta para o entendimento do uso do livro didático pelos professores como inegável e fundamental recurso porque eles muitas vezes estão desprovidos de outros recursos como internet, outros materiais impressos e até bibliotecas estruturadas. Portanto, os livros didáticos são usados como fonte de orientação para explicações desenvolvidas nas aulas, como apoio para planejamentos e avaliações (MONTEIRO, 2009, p. 175)

Como destaque especial dessa pesquisa o livro didático de história não se limita apenas a fornecer informações sobre o passado do país. Ele vai além, atuando como um mediador entre o conhecimento histórico e os estudantes, auxiliando na compreensão das relações entre o passado, o presente e o futuro. Por meio de narrativas, imagens e interpretações, o livro didático de história contribui para a formação de uma consciência histórica nos alunos, permitindo que eles compreendam melhor a sociedade em que vivem, sua cultura e sua identidade nacional. É importante destacar que o livro didático de história não é apenas um instrumento neutro que transmite fatos históricos de forma objetiva. Ele carrega consigo uma carga ideológica e cultural, refletindo as escolhas, visões e valores da sociedade e dos autores que o produzem. Portanto, ao selecionar e utilizar um livro didático de história, é fundamental considerar sua qualidade, os conteúdos que veicula e as consequências que podem advir de sua utilização.

Segundo Bittencourt (2009), a proximidade com o uso do livro didático facilita sua identificação e estabelece distinções entre ele e os demais livros. Porém, não é um objeto cultural de fácil definição, por se tratar de uma obra bastante complexa, que tem como característica a interferência de vários sujeitos em sua produção e consumos. Além disso, o livro didático de história ocupa um lugar de destaque no mercado editorial e no contexto educacional brasileiro. Ele é utilizado não apenas nas escolas básicas, mas também em outras instituições, como universidades e movimentos sociais, contribuindo para a disseminação do conhecimento histórico em diferentes esferas da sociedade.

No ensino de História não é diferente, pois o professor precisa ter embasamento teórico e pedagógico para saber diferenciar reformas curriculares nos projetos políticos pedagógicos e nas propostas de ensino. Para Schmidt e Cainelli (2010), um dos principais significados apontados para a aprendizagem histórica é transformar informações em conhecimento, apropriando-se das ideias históricas de

forma cada vez mais complexa, no sentido da construção de uma literacia histórica, ou seja, de seu próprio processo de alfabetização significativa. É necessário, portanto, que sua seleção e utilização sejam pautadas por critérios de qualidade, considerando suas finalidades, conteúdos, consequências e o contexto em que está inserido. Assim, poderá cumprir seu papel de forma eficaz na formação dos estudantes e na construção da identidade nacional.

A presença do livro didático no contexto educativo brasileiro é secular. Ele é um objeto quase que indissociável do movimento de ensinar e aprender no imaginário de pais, professores, alunos e demais envolvidos no universo escolar. Hoje, nem mesmo a ascensão dos livros digitais ou e-books conseguiu desbancar o posto de “materialização do saber” e orientador de algumas rotinas de sala de aula, que as obras didáticas ocupam. Objeto de críticas e de devoção, a presença dos livros didáticos é tida como certa na maioria das escolas do nosso país.

No entanto, esse instrumento educacional enfrenta desafios significativos, especialmente no contexto do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), um programa governamental destinado a garantir o acesso dos estudantes a materiais de qualidade. Para os estudiosos Jadson Soares e Maria Dias que elaboram o verbete do PNLD para o Dicionário de Ensino de História,

A criação do PNLD está relacionada a dois elementos motivadores: a universalização e melhoria do ensino fundamental que deveriam ser viabilizadas por meio da aquisição e distribuição de materiais didáticos qualificados, por meio do Estado brasileiro, aos alunos matriculados em escolas públicas de todo o Brasil. (SOARES e DIAS, 2019, p.203)

Um dos marcos mais significativos na história do PNLD se daria por meio do Decreto Lei n°. 91.542, de 1985, que foi sistematizado por Antônio Batista Gomes, porque estabeleceu e fixou parte das características atuais do PNLD: adoção de livros reutilizáveis, escolha do livro pelo conjunto de professores, sua distribuição gratuita às escolas e sua aquisição com recursos do Governo Federal. Outro marco importante foi o Decreto Presidencial n°. 7084/ 2010, promulgado no Governo Lula, como um marco que instaura o PNLD como uma política de Estado perene, o momento atual nos confere visibilidade aos efeitos do Decreto Presidencial n°. 9099 de 2017, revogatório do anterior de 2010. Este novo decreto se efetiva em meio aos efeitos da evidente desconstrução da política nacional para o livro didático expressa na movimentação técnica, política, ideológica e operacional engendrada na história recente a partir do Golpe jurídico-parlamentar e midiático de 2016, o Brasil sofreu

mais um golpe em uma história tão marcada por experiências ditatoriais e regressivas sob o ponto de vista de uma construção democrática e cidadã.

Para as pesquisadoras Sonia Regina Miranda e Fabiana Rodrigues de Almeida o governo Temer inicia uma escalada de destruição da política do PNLD

Ainda em 2016, inicia-se no Governo Temer uma escalada de ações de desmonte da política nacional para o livro didático, fato que se soma às ações recentes do Ministério de Educação do governo atual, que frente a uma conjuntura ideológica pautada por diversas tentativas de revisionismo e negacionismo históricos, tentam implementar a BNCC como um caminho de organização da ação operacional daquele Ministério para a educação básica, atrelando-a à política de avaliação em larga escala. (MIRANDA E ALMEIDA, 2020, p. 15)

Trata-se de uma ação construída em meio a uma vigorosa guinada conservadora na sociedade brasileira, instaurada desde o contexto das jornadas de 2013, que pavimentaram o cenário político que culminou com a eleição de Bolsonaro para presidência do país em 2018. O Decreto 9099 vincula as finalidades do ensino fundamental aos resultados de programas de avaliação em larga escala. O objetivo geral dessas avaliações é, portanto, garantir que os materiais contribuam para os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento da educação pública e para o desenvolvimento das competências e habilidades envolvidas no processo de aprendizagem. Desde então, o significado do PNLD foi modificado estruturalmente para recomendar um livro como ferramenta aplicável à BNCC. Voltamos à posição do livro como meramente uma ferramenta didática.

Comprometida com a valorização da educação pública laica, de qualidade, inclusiva e democrática, Júnia Sales tem contribuído muito para a história recente do PNLD junto com a Coordenação de Materiais Didáticos da Secretaria de Educação Básica do MEC. Numa das últimas entrevistas de sua vida, Júnia destacou fatores que parecem decisivos para nossa análise sobre o PNLD e o uso do livro didático:

Eu gostaria de abordar a recente vinculação do PNLD à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Penso que essa é uma operação que fere frontalmente os princípios do PNLD, marcado, desde sua origem, pela oferta de perspectivas plurais por meio de obras e coleções variadas para escolha dos coletivos docentes. Ao atrelar-se o PNLD à Base Nacional, o MEC reduz o espectro de uso do livro didático em sala de aula, transformando-o em único e, mais, em currículo prescrito. Ao transformar o PNLD em via difusora da BNCC, as autoridades educacionais ferem o programa em sua espinha dorsal, promovendo a ruptura com a valorização do protagonismo docente nos usos dos livros. (CAIMI e OLIVEIRA, 2018, p. 163)

A inserção de temas regionais no currículo escolar representa um marco significativo na evolução da educação brasileira. Este processo teve início como

resposta às políticas educacionais voltadas à organização e padronização dos conteúdos presentes nos livros didáticos de História, selecionados pelos professores por meio do PNLD. Essas políticas, desenvolvidas com o intuito de estabelecer diretrizes claras e promover a qualidade do ensino, centravam-se na defesa do ensino da História Regional. A BNCC destaca a importância da utilização de variados prismas (local, regional, nacional e mundial) de maneira contextualizada e interligada promovendo um senso de identidade e pertencimento, ao valorizar a história e as tradições de diferentes regiões do país. A intenção foi anunciada no texto da BNCC e indica uma familiarização com o conteúdo, a relevância da pluralidade de pontos de vista e de determinados métodos científicos:

Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica. [...]

Analisar e avaliar criticamente as relações de diferentes grupos, povos e sociedades com a natureza (produção, distribuição e consumo) e seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à proposição de alternativas que respeitem e promovam a consciência, a ética socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional, nacional e global. (BRASIL/BNCC, 2018, p. 572)

Embora tenha sido destacada a importância da utilização de perspectivas comunitárias, locais e regionais no ensino, as orientações mais específicas para cada disciplina são frutos de legislações estaduais, levando em consideração os aspectos singulares que caracterizam cada região. Mesmo que o ensino de História Regional costume se debruçar sobre a História do Estado, o historiador José D'Assunção Barros explica que o recorte analisado pela História Regional não precisa ser necessariamente administrativo ou geográfico, podendo se constituir de um recorte antropológico, cultural ou qualquer outro proposto pelos historiadores (BARROS, 2004, p. 152). Não obstante a letra da lei presente na BNCC, mesmo incorporando propostas advindas da produção acadêmica especializada, ela traz em seu contexto uma política educacional que diminui justamente a carga horária de disciplinas que poderiam fomentar esta perspectiva crítica e articulada, aventada no texto.

Renunciando ao debate potente e necessário sobre estas mudanças, essa pesquisa se dirige a uma análise da inserção da História Regional no livro didático. Para tal, passa a se ocupar de algumas legislações do Estado do Paraná responsáveis por estipular normas e orientações relacionadas ao ensino de História

Regional. Foi constatado que a inclusão do assunto, História do Paraná, no programa escolar do Estado ocorreu somente em 2001, através da promulgação da Lei nº 13.381, em 18 de dezembro de 2001, sendo mencionado em textos como as Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Estado do Paraná (DCE) e o Referencial Curricular de História do Paraná, que definem regras e diretrizes pedagógicas sobre o tema.

Desse modo as DCE preveem a abordagem de conteúdos relacionados à História Local e Regional já a partir do 6º ano do Ensino Fundamental (p. 89), almejando ainda que o aluno desenvolva aspectos de identificação nos anos iniciais do Ensino Fundamental, e compreenda questões de identidade local e regional antes de estudar a formação da identidade nacional. Já o Referencial Curricular de História do Estado do Paraná enfatiza a necessidade do ensino de História Regional, nos âmbitos políticos, sociais, econômicos etc., e orienta para que a disciplina seja trabalhada de maneira associada com a História do Brasil, enquanto parte componente da História do país e não de maneira desvinculada ou como um recorte temático separado da disciplina (PARANÁ, 2018, online). Ao longo de todo o documento encontram-se orientações para que o(a) professor(a), ao analisar aspectos sociais, econômicos, culturais, políticos etc. durante as aulas, utilize perspectivas regionais e/ou promova comparações de aspectos regionais com outros mais gerais.

Segundo os historiadores Alexandre Felipe Fiuza e Stefany Dutra (2022) o movimento Paranista foi um dos grandes incentivadores do estudo e divulgação em materiais didáticos sobre a História do Paraná:

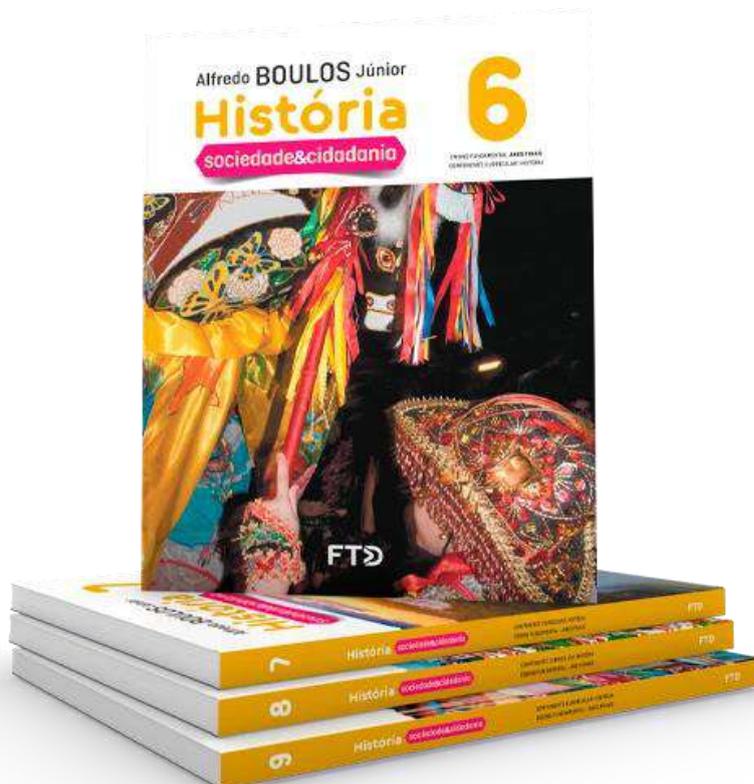
Os estudos regionais passaram a ser tópicos de grande interesse no Estado do Paraná, por exemplo, principalmente após o Movimento Paranista ocorrido na década de 1930, que buscou criar uma cultura e uma identidade para o Paraná, sobretudo depois de emancipado da província de São Paulo em 1853. Como alguns dos principais representantes do movimento possuíam vínculos com a política, além de se vincularem à museus e à educação, voltaram seus esforços à criação de símbolos e disseminação de narrativas que exaltavam as qualidades do Estado, com ênfase nas riquezas naturais da região, como as Cataratas do Iguaçu, a Araucária e o Pinhão. Contudo, esta não é uma marca exclusiva do caso paranaense, afinal, diferentes Estados se lançaram numa empreitada de construção de um imaginário que arregimentava símbolos e sentimentos de pertença e identificação. Apesar deste forte empenho da intelectualidade no Paraná, não sem forte conexão com o poder político e econômico local, esta valorização do regional, expressa pelo Paranismo, tardaria a encontrar maior ressonância na produção didática. (FIUZA e DUTRA, 2022, p. 8)

A inserção de temas regionais no currículo escolar representa um marco significativo na evolução da educação brasileira. No entanto, este processo não é priorizado ou contemplado nos livros didáticos adotados no estado do Paraná, porque às políticas educacionais voltadas à organização e padronização dos conteúdos presentes nos livros didáticos de História, selecionadas pelos professores PNLD, priorizam a História considerada nacional. Essa uniformização e padronização da História nos livros didáticos de História são desenvolvidas com o intuito de estabelecer diretrizes claras e promover a qualidade do ensino e não existe uma preocupação por parte do PNLD na defesa do ensino da História Regional.

Essa ênfase na História nacional pode resultar na exclusão ou minimização dos aspectos regionais, que são igualmente relevantes para uma compreensão abrangente da história do Brasil. A falta de preocupação por parte do PNLD na defesa do ensino da História Regional pode limitar a experiência educacional dos alunos, privando-os da oportunidade de conhecer e valorizar as diferentes culturas e trajetórias históricas presentes em seu próprio estado e região. Além disso, essa abordagem pode reforçar uma visão centrada na história nacional, negligenciando a riqueza das experiências locais e regionais que contribuem para a identidade cultural do país. Portanto, é essencial que as políticas educacionais considerem a importância de incluir temas regionais nos currículos escolares e nos materiais didáticos, garantindo assim uma educação mais inclusiva, diversificada e contextualizada. Isso não apenas enriquecerá a experiência de aprendizado dos alunos, mas também promoverá uma compreensão mais profunda e significativa da história e da identidade brasileira.

Atualmente foi escolhido como livro didático único para todas as escolhas públicas do estado do Paraná o livro “História, Sociedade e Cidadania” do educador e historiador Alfredo Boulos Júnior, esse livro didático já tem sido escolhido desde 2019. A escolha do livro didático de história é feita pelos professores de cada escola, respeitando as normas do PNLD, que encaminham o nome do livro escolhido via Núcleo Regional de Ensino (NRE) para a SEED-PR que determina qual foi o livro didático de história que recebeu mais indicações e estabelece que esse será o livro didático de história do Paraná.

Figura 1: Livro didático escolhido para Ensino Fundamental no Paraná (2024)



Fonte: Site da editora FTD

A escolha do livro "História, Sociedade e Cidadania" do educador e historiador Alfredo Boulos Júnior como o único livro didático para todas as escolas públicas do estado do Paraná desde 2019 representa uma abordagem interessante e significativa na promoção de uma educação mais unificada e padronizada no estado. Por outro lado, o livro não contempla a História Regional do Estado, descumprindo assim a lei nº. 13381/01 e impedindo que os estudantes tenham acesso a História do seu estado. Dentre as inúmeras outras necessidades, o livro didático oferecido ao estudante precisa ser considerado em todas as suas dimensões porque adquire, na prática da sala de aula, um dos caminhos de possível aproximação com o conhecimento. O livro didático, de acordo com Abud (2013, p.11), referindo-se aos livros para a disciplina de História, é documento que "forma concepções e provoca construções históricas que serão aquelas que constituirão a

base de sua consciência histórica.” Esse significado e importância é o mesmo para todas as disciplinas.

Ao optar por um único livro didático para todas as escolas públicas, o governo paranaense está buscando estabelecer uma base comum de conhecimento e conteúdo histórico para os alunos em todo o estado. Isso pode ajudar a garantir uma consistência no ensino da História e facilitar a implementação de diretrizes educacionais. Além disso, a escolha do livro de Alfredo Boulos Júnior sugere uma ênfase na abordagem da História sob uma perspectiva mais ampla, que não apenas apresenta os eventos e personagens históricos, mas também explora as relações entre sociedade, cidadania e os acontecimentos históricos. Isso pode promover uma compreensão mais crítica e contextualizada da história entre os alunos, incentivando-os a refletir sobre o papel da história na formação da sociedade e da cidadania. Todavia, é importante também considerar os possíveis desafios e limitações dessa abordagem. A adoção de um único livro didático pode restringir a diversidade de perspectivas e abordagens presentes no ensino da História, limitando assim a pluralidade de experiências e interpretações históricas disponíveis para os alunos. Além disso, é crucial garantir que o conteúdo do livro seja inclusivo e representativo da diversidade cultural e regional do estado do Paraná.

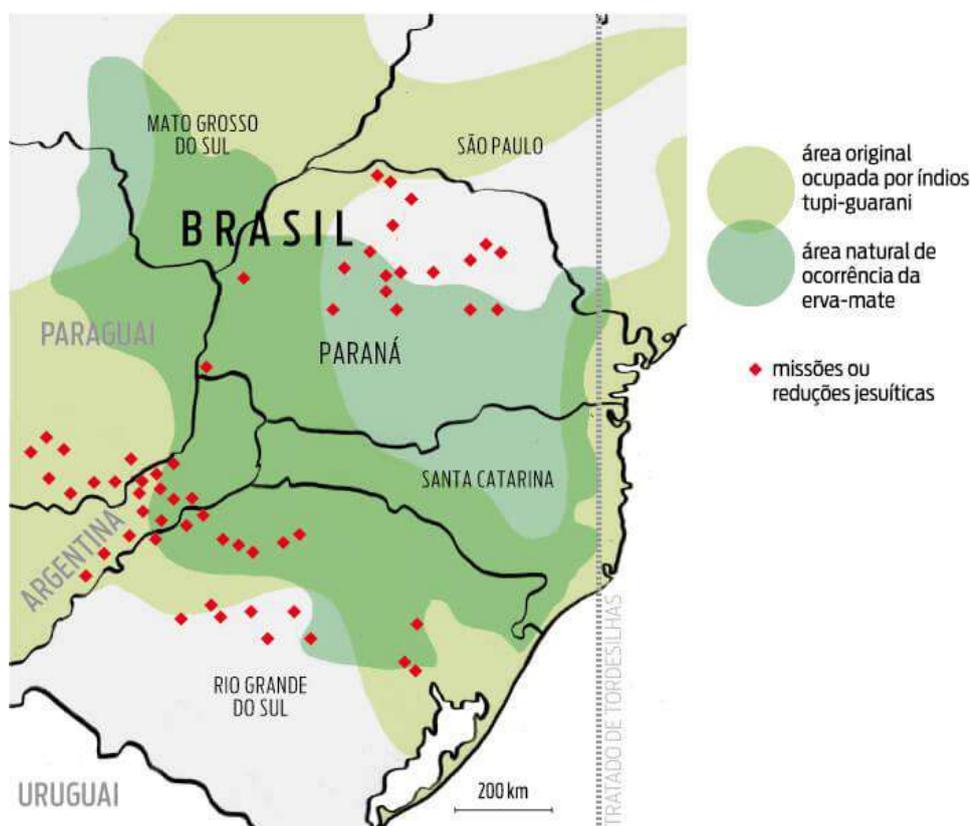
Através da utilização de elementos que reflitam a identidade e a cultura de determinada região, o ensino de História Regional pode se tornar uma oportunidade para despertar o interesse dos alunos pelo assunto, uma vez que está diretamente ligado à sua vivência social. Dessa forma, os estudantes podem se envolver de maneira mais ativa nas aulas, contribuindo com reflexões e questionamentos sobre a sociedade em sua totalidade. A conexão com os eventos históricos locais e regionais, apesar de ter um foco geográfico limitado, pode ampliar a visão de mundo dos alunos, incentivando um interesse pela história em escala global ou nacional.

4 A HISTÓRIA ECONÔMICA DA ERVA-MATE

Nesse capítulo abordarei especificamente a história econômica da erva-mate, um importante aspecto da história regional do Paraná. Explorarei como essa história econômica está contemplada no livro didático único adotado no estado, destacando como temas como a exploração da erva-mate foram abordados e integrados ao currículo escolar para promover uma compreensão mais ampla e contextualizada da história regional.

A erva-mate (*Ilex paraguariensis*), uma planta endêmica, cresce naturalmente no bioma da Mata Atlântica, encontrando-se principalmente nos estados de Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul. Também é encontrada em áreas de maior altitude em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Além disso, a espécie está presente na província de Misiones, na Argentina, e no leste do Paraguai, cobrindo uma extensão de 540 mil quilômetros quadrados, dos quais 450 mil estão localizados no Brasil, como pode ser observado

Figura 2: Área de ocorrência da erva-mate.



Fonte: <https://especiais.gazetadopovo.com.br/erva-mate/origens/>

Mencionar a erva-mate é discorrer sobre um alimento que, como sabemos, tem raízes profundas na história paranaense. O início da exploração econômica da erva-mate remonta ao período colonial brasileiro, mas seria a partir do século XIX, que a erva-mate se tornaria o oitavo principal produto de exportação do Brasil, chegando a representar 3,7% do valor das exportações nacionais em 1803⁷, e no século XX teria uma participação ainda mais significativa no total das exportações brasileiras. Em nível regional, sua produção foi muito importante para a formação de quatro estados brasileiros: Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso.

Por um extenso período, a economia do estado do Paraná sustentou-se em sua produção, comércio e consumo, sendo o significativo impacto econômico da erva-mate um fator crucial na formação da identidade paranaense. Tanto que um ramo de erva-mate faz parte integrante da própria bandeira e do brasão de armas do estado.

Figura 3: Bandeira do Estado do Paraná



Fonte: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/parana.htm>

⁷ Anuário Estatístico do Brasil de 1939 - 1940. Rio de Janeiro: IBGE, Ano V, 1940, p. 1379-1380.

Figura 4: Brasão de Armas do Estado do Paraná

Fonte: <https://mapas.cultura.gov.br/agente/32694/>

A história do Paraná abarca a formação de três distintas comunidades regionais ao longo dos séculos. A primeira, conhecida como Paraná tradicional, teve seu embrião no século XVII durante a busca pelo ouro, consolidando-se no século XVIII com base na pecuária extensiva dos Campos Gerais e posteriormente nas atividades extrativas e no comércio exportador de erva-mate e madeira no século XIX. A segunda, surgida no século XX, é representada pela região Norte, caracterizada pela agricultura tropical do café, inicialmente mais conectada a São Paulo. Por fim, a terceira comunidade, no Sudoeste e Oeste, emergiu após meados do século XX, marcada pela criação de suínos e cultivo de cereais, inicialmente mais ligada ao Rio Grande do Sul.

Figura 5 - As três comunidades regionais do Paraná

Fonte: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/md_eloide_fati_ma_fiorese_procopio.pdf

Diversos historiadores, como Ruy Wachowicz, seguiram essa linha interpretativa, destacando a identidade paranaense fragmentada em decorrência do processo de colonização do estado. Ele desenvolveu o conceito de "Três Paranás", delineando as diferentes áreas histórico-culturais que se formaram ao longo do tempo. A primeira corresponde ao Paraná Tradicional, iniciando-se no século XVII com a descoberta do ouro. A segunda é representada pelo norte paranaense. Já a terceira área histórico-cultural surgiu após meados do século XX com o movimento migratório sulista, ocupando grande parte do Sudoeste e parte do Oeste paranaense (WACHOWICZ, 2002, p. 287).

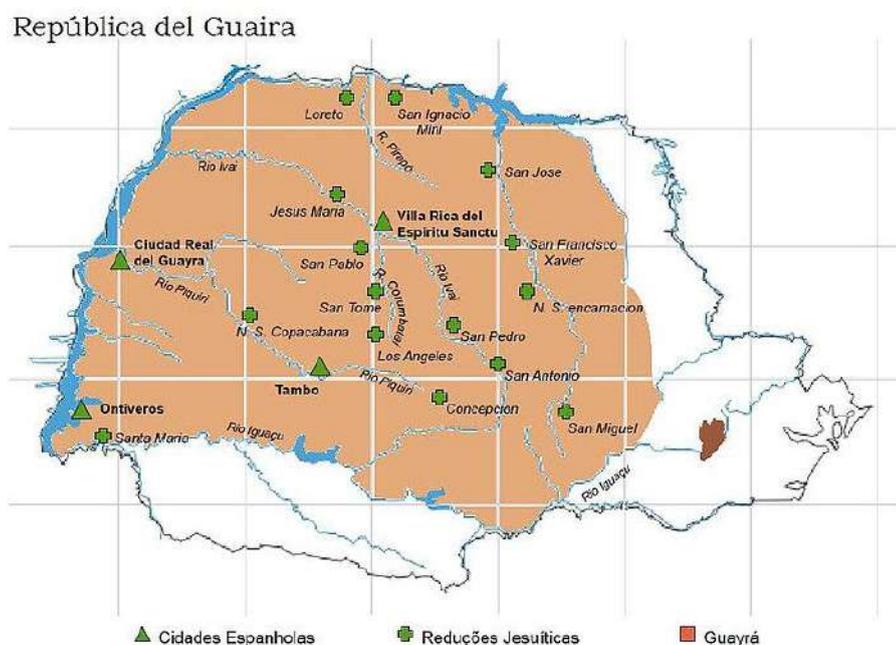
No Paraná, onde também houve uma sucessão de ciclos econômicos - o da caça ao índio, o ouro, o pastoril, o tropeirismo, o da madeira, do café, e, hoje, o da soja e do trigo - o da erva-mate foi o mais iminente. O historiador Samuel Guimarães da Costa em sua obra *A Erva-Mate* deixa claro que:

...a exploração econômica do mate, em larga escala, emprestaria características próprias, muito peculiares, na fisionomia da paisagem e da sociedade paranaense, sob a forma de um ciclo econômico diferenciado e independente dos demais havidos no País, a exemplo do açúcar, no Nordeste e no Recôncavo Baiano; do pastoril, predominantemente no Rio Grande do Sul e nos sertões nordestinos; do ouro, em Minas Gerais; da borracha, na Amazônia; do cacau, em Ilhéus; do café, na Baixada Fluminense e em São Paulo, etc. (COSTA, 1995, p. 19)

Cronologicamente, o mate apareceu antes de todos os outros ciclos econômicos, existiu inicialmente na antiga Província do Guairá⁸, conviveu e coexistiu com os demais ciclos econômicos durante longo período, quando se tornou a atividade econômica predominante, mas não exclusiva.

⁸ Guayrá (inicialmente chamado Gobernación del Guayrá) antigo território do Império Espanhol até divisão em 1617; tornou-se uma grande região geográfica no Brasil meridional desde 1870, em grande parte coincidente com o atual estado do Paraná. (BOGONI, 2008).

Figura 6: Mapa da antiga Província do Guairá



Fonte: <https://tnonline.uol.com.br/noticias/regiao/,123693,19,04,especial-antiga-civilizacao-do-vale-do-ivaí-vila-rica-do-espirito-santo>

Os povos indígenas que habitavam a região já utilizavam a erva-mate em suas práticas cotidianas, fazendo infusões com as folhas da planta para consumo próprio. No entanto, foi apenas com a expansão das atividades coloniais para o interior do continente que os europeus começaram a ter contato mais direto com a erva-mate e a perceber suas propriedades estimulantes. No século XVII, os colonizadores espanhóis e portugueses começaram a explorar as vastas florestas do Paraná em busca de recursos naturais, e logo descobriram as propriedades estimulantes da erva-mate e viram nela uma oportunidade comercial. Mas foram os jesuítas, que no início combateram o uso da erva-mate, se tornaram seus melhores propagadores, procurando melhorar o seu preparo e até promover seu cultivo. Temístocles Linhares (1969) comenta:

Só a circunstância de ser ela acoimada de vício e, portanto, de pecado parece que lhe servia de promoção, aumentando cada vez mais os seus sequazes, agora clandestinos. A qualificação de vício ou pecado já era um convite, a cuja sedução quem resistiria? (LINHARES, 1969, p. 25)

Durante o período das missões jesuíticas (1610-1768), uma grande extensão do território onde a erva-mate era originalmente encontrada foi ocupada. Os jesuítas conseguiram obter um monopólio para a exploração da erva-mate junto às autoridades espanholas, mantendo esse controle até 1768. Nesse ano, foram forçados a deixar a América do Sul, o que resultou no fim desse monopólio e na abertura do mercado da erva-mate para outras iniciativas comerciais.

Com suas incursões a Guairá (1628-1632) para expulsar os espanhóis, os portugueses tiveram contato com o mate. Ao ser levada para São Paulo, a prática de consumi-la rapidamente se disseminou entre as classes mais simples da população. Com o aumento da demanda pelo produto, descobriu-se que o povo indígena Kaingang, que habitavam o planalto curitibano, já conheciam a erva-mate, a qual chamavam de congoin. Assim, a planta, anteriormente chamada de mate pelos espanhóis, passou a ser referida pelos portugueses de São Paulo como congonha, e consequentemente pelos brasileiros.

Devido à sua origem nativa, o consumo do mate estabeleceu fronteiras geográficas distintas e, de certa forma, atuou no passado, assim como ainda hoje, como um elo cultural entre os povos dos diferentes países da região sul. Além disso, serviu como um ponto de conexão entre os habitantes de regiões diversas dentro de um mesmo país, como é o caso dos estados do sul do Brasil. O historiador José Humberto Boguszewski descreve em sua dissertação de mestrado que a erva-mate

Ao contrário do café e da cana-de-açúcar, trazidos de fora, o mate é um alimento extraído de uma planta nativa do Brasil. Neste aspecto, o Paraná é privilegiado, pois viu desenvolver-se com a erva-mate uma cultura original que influenciou os hábitos de castelhanos, portugueses e demais imigrantes de outras regiões do mundo, que aqui incorporaram o chimarrão e o chá-mate às suas comidas. (BOGUSZEWSKI, 2007, p.)

O tropeirismo já havia introduzido uma dinâmica comercial que diferenciava os proprietários de terras da região sul do Brasil do restante do país, mas essa atividade ainda se baseava principalmente no uso de mão de obra escrava. O mesmo padrão inicialmente se observou na economia ervateira. No entanto, a produção de erva-mate exigia um processo de transformação semi-industrial, que posteriormente evoluiu para uma atividade verdadeiramente industrializada. Essa mudança nas forças produtivas, impulsionada pelos estímulos do comércio exterior acabou por romper com a estrutura escravagista, dando origem ao surgimento do capitalismo na região.

O mate estimulou o desenvolvimento de uma nova classe social: a burguesia do mate, isso de acordo com as palavras de Francisco Magalhães Filho, citado por Samuel Guimarães da Costa (1989, p.66). Foi nos anos finais do século XIX que essa nova classe social vivenciou uma época de esplendor econômico, os filhos dessa burguesia enriquecida com o negócio do mate viajavam frequentemente para fora do país, mas não necessariamente para Paris ou Londres, ele ia para Buenos Aires e Montevideú, as duas capitais sul-americanas de mais forte influência europeia, inclusive pelo aspecto conservador e ilustrado dessas capitais, geralmente sempre atualizadas com a mais finas cidades da Europa. Esse intercâmbio trouxe para o Paraná, e para sua capital Curitiba segundo o Samuel Guimarães da Costa

...especialmente no começo do século, um aspecto sofisticado, que se refletia no gosto pelo estilo aristocrático e confortável das mansões senhoriais, no refinamento e fidalguia de sua pequena elite social, altamente endogâmica, que importava móveis, trajes, baixelas. objetos de tocador do Rio do Prata, porém fabricados na Europa e, particularmente, na Inglaterra e França. (COSTA, 1995, p. 18)

A ascensão da economia da erva-mate ocorreu ao lado da grande imigração estrangeira de europeus no final do século XIX e serviu para acentuar notáveis singularidades na paisagem física, social e política do sul do Brasil, que era visto como um Brasil diferente daquele colonial e tropicalista que ainda guardava pronunciados traços afro-luso-brasileiros. Com a chegada de imigrantes europeus, principalmente italianos, alemães e poloneses, a cultura da erva-mate se expandiu significativamente. Esses imigrantes trouxeram consigo técnicas de cultivo e processamento, contribuindo para o desenvolvimento da indústria ervateira na região. A erva-mate tornou-se rapidamente uma importante fonte de renda para os agricultores paranaenses, e muitas cidades e vilarejos ao redor do estado surgiram em torno da produção e comercialização da erva. As serrarias para o processamento da erva-mate tornaram-se comuns, e a economia do Paraná passou a depender significativamente dessa atividade.

Em torno do mate se insere a história paranaense relativa ao século XIX. Desde os tempos da Comarca, mas principalmente após a emancipação política, a burguesia ervateira deteve os poderes e definiu um modelo de sociedade local (SANTOS, 1995). A economia ervateira não logrou colocar a sociedade produtora e exportadora deste produto extrativo em pé de igualdade com outras economias que então se registravam no país, porém conseguiu retirar a então 5ª Comarca de São Paulo do marasmo em que ainda se encontrava. Conseguiu criar condições para

que os curitibanos almejassem recuperar o autogoverno regional, perdido por Paranaguá em 1710 (WACHOWICZ, 1983).

Outra conquista dos paranaenses ligada ao ciclo da erva-mate foi a fundação da Universidade Federal do Paraná. Na introdução do livro *A Universidade do Mate*, Wachowicz (1983) se refere a criação de universidades no Amazonas, em São Paulo e no Paraná, e constata que se ligarmos o surgimento destas instituições à economia predominante nessas regiões, constataremos que a de Manaus foi fruto do ciclo da borracha, a de São Paulo do café e a do Paraná à da erva-mate.

O ciclo econômico da erva-mate esteve entrelaçado com eventos históricos significativos que ocorreram na região sul do Brasil, como a Guerra do Paraguai (1864-1870) e a Guerra do Contestado (1912-1914). Durante os anos da Guerra do Paraguai, as comunicações pelo rio Paraná em direção ao rio Prata foram interrompidas, o que impulsionou a produção e a exportação de erva-mate através do porto de Paranaguá. Esse conflito abriu o mercado argentino para a erva-mate produzida no estado do Paraná e em regiões do sul do estado do Mato Grosso. Foi um período dourado para a economia ervateira nessas regiões, bem como para o estado de Santa Catarina, marcando o auge de suas exportações para a região do Prata: Argentina, Uruguai e, posteriormente, Chile. Cecília Maria Westphalen explica que:

A conjuntura da Guerra do Paraguai foi, certamente, favorável ao comércio exportador paranaense, não apenas pelas maiores quantidades de ervas requeridas pelo Rio da Prata, como pelos melhores preços alcançados. Nos exercícios de 1861-62 a 1865-66 os prazos médios haviam girado em torno de 2\$000, mas de 1866-67 a 1870-71 foram superiores a 3\$000, com partidas alcançando 4\$000 e mesmo 4\$500. O término da Guerra não teve repercussão imediata. O Paraguai não estava em condições de competir subitamente no mercado ervateiro platino, sustentando-se as exportações e os preços da erva paranaense por algum tempo. (WESTPHALEN, 1985, p.139)

Enquanto isso, a produção do Rio Grande do Sul sempre foi inteiramente consumida internamente, a ponto de precisar adquirir parte da produção de Santa Catarina e Paraná para atender às suas necessidades locais. O estado do Paraná foi se tornando cada vez mais um grande produtor, industrial e exportador brasileiro de mate, rivalizando em números com a produção, indústria e comércio do Rio Grande do Sul, tendo ultrapassado enfim esse estado – exceto no consumo interno – especialmente após a Guerra do Paraguai.

Após o término da Guerra do Paraguai, deram-se início aos primeiros trabalhos para demarcar as fronteiras que haviam se tornado vulneráveis devido ao conflito entre Brasil e Paraguai. Uma comissão de limites foi enviada para percorrer o território situado entre o rio Apa, atualmente no estado do Mato Grosso do Sul, e o Salto do Sete Quedas, em Guaíra, Paraná. A faixa de fronteira entre Brasil e Paraguai abrigava uma rica reserva do produto, o que se tornou um elemento adicional na disputa das fronteiras (DORATIOTO, 2002, p. 39). Brasileiros que haviam participado da comissão de fixação das linhas de limite foram contemplados com grandes extensões de ervais, entre os quais Thomaz Laranjeira que depois se associaria a Miguel Mate e aos capitais argentinos com o apoio do governo federal constituindo na empresa Laranjeira Mendes & Cia, em seguida, Mate Laranjeira & Cia, que fizeram vultosos investimentos na região sul do Mato Grosso e no extremo oeste paranaense, como a construção de estrada de ferro.

As concessões, como as da Companhia Mate Laranjeira, tiveram um impacto direto sobre os povos indígenas Kaiowá e Guarani da região. Com a chegada das frentes de colonização, esses povos foram confinados, em um processo marcado pelo desrespeito aos dispositivos legais e por violências físicas e culturais. Os indígenas foram ocultados do trabalho dos ervais, a história vista de cima fechou olhos para a violência e os deslocamentos forçados que as comunidades indígenas passaram no decorrer de sua história. Nos últimos anos, segundo as historiadoras Eva Maria Luís Ferreira e Mariana Silva Falcão, os povos indígenas da região têm buscado recuperar parte das terras que lhes foram expropriadas ao longo de sua história, mas encontram obstáculos, como títulos de propriedade concedidos pelo Governo durante a era da empresa ervateira. Esses títulos começaram a ser distribuídos para as frentes de colonização, enquanto o restante das terras, consideradas devolutas⁹, foram destinadas para esse fim (FERREIRA e FALCÃO, 2013, p. 106).

Essa oposição entre os investidores da indústria da erva-mate e os povos indígenas reflete um conflito ideológico, uma batalha entre a narrativa dos vencedores e a dos derrotados. Enquanto a historiografia tradicional enfatiza as

⁹ O conceito de terras devolutas são áreas remanescentes de sesmarias não colonizadas e transferidas ao domínio do Estado pelo art. 64 da Constituição Federal de 24/02/1891. Também são definidas como terras públicas sem destinação pelo poder público e que em nenhum momento integraram o patrimônio de um particular. O conceito de terra devoluta foi consagrado na Lei de Terras (Lei Imperial nº 601/1850), que em seu art. 13º define que as terras devolutas seriam todas aquelas que não se acharem aplicadas a qualquer uso público ou sob domínio particular.

conquistas dos vencedores, com o intuito de promover a ideia de que a região em disputa só trouxe prosperidade para aqueles que nela investiram, estudos mais recentes, frequentemente influenciados pelo materialismo histórico-dialético, revelam as consequências negativas do progresso, como o desmatamento e a exploração do trabalho.

Não nos posicionamos a favor e nem contra os investidores e/ou povos indígenas, porque, como já dizia Hobsbawm (1998), uma história das minorias não pode ser uma boa história¹⁰. Procuramos evidenciar as contribuições dos industriais do mate de modo geral, ao estudar a ação das companhias colonizadoras que efetivaram a ocupação capitalista da região e conceberam um discurso para legitimá-la; bem como o cotidiano dos grupos de povos originários, pequenos produtores e trabalhadores rurais, que lutaram para cultivar e/ou conquistar sua terra.

A Guerra do Contestado é frequentemente simplificada como um confronto territorial entre os estados do Paraná e Santa Catarina, mas vai muito além disso. Este conflito, que envolveu cerca de 20 mil pessoas, foi impulsionado por questões complexas relacionadas à posse da terra, marginalização da população pobre e exploração do trabalho, especialmente devido à industrialização da erva-mate. Os caboclos¹¹, habitantes da região, se rebelaram contra os governos estaduais, que favoreciam a concentração de terras nas mãos dos grandes latifundiários. Além disso, a revolta também se dirigiu ao governo federal, que concedeu uma vasta extensão de terras à empresa norte-americana Brazil Railway Company, responsável pela construção do trecho da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, conectando o sul ao sudeste do Brasil. Portanto, a Guerra do Contestado foi muito mais do que um simples conflito territorial entre estados; foi uma luta camponesa

¹⁰ Os historiadores devem se posicionar a favor do universalismo, porque é a única condição necessária para o entendimento da história da humanidade, inclusive de qualquer fração específica desta. Pois todas as coletividades fazem parte de um mundo mais amplo e complexo. Portanto, não basta a história da identidade, destinadas apenas aos judeus, negros, mulheres, proletários ou homossexuais. Não pode ser uma boa história, embora seja confortadora aos que a praticam (HOBSBAWM, 1998).

¹¹ Utilizarei a definição de população cabocla adotada por Paulo Pinheiro Machado, que os descreve como “[...] os habitantes do planalto, ou seja, o habitante pobre do meio rural”. Embora, conforme o autor, “não haja uma conotação étnica nesta palavra, frequentemente o caboclo era mestiço, muitas vezes negro”. Mas a principal característica desse conceito é que denota uma condição social e cultural, sendo os caboclos homens pobres que se dedicavam a agricultura, criação ou extrativismo, vivendo como sitiantes independentes nos interstícios das grandes fazendas pastoris, na maioria das vezes sendo posseiros, ou agregados ou peões. (MACHADO, 2004, p. 48)

pela posse da terra e uma das maiores revoltas sociais da história do Brasil, marcada pela resistência dos caboclos contra a injustiça e a exploração.

Durante esse período, a exploração da erva-mate emergiu como um recurso crucial para a reivindicação de terras pelos caboclos, levando a um aumento nos conflitos e nas decisões tomadas. Na região do Contestado, uma diversidade de grupos se aglomerou, incluindo ex-escravos, negros libertos, fugitivos da justiça, ex-agregados, peões e fazendeiros, todos em busca de novas terras. Eles partiram principalmente das áreas situadas a leste, nos campos de Lages, Curitiba e Campos Novos, enquanto outros grupos partiram do noroeste e oeste, dos campos de Guarapuava e Palmas no Paraná (MACHADO, 2004).

A extração comercial da erva-mate já era significativa no final do século XIX, atraindo não apenas residentes de origem brasileira, mas também famílias vindas da Argentina e do Paraguai (CORRÊA, 1970). Ao encontrar áreas onde a erva-mate abundava, essas famílias se instalavam e iniciavam a produção, seguindo o antigo modelo indígena até meados do século XX, que era extremamente trabalhoso e geralmente realizado durante os meses de inverno.

O trabalho nos ervais era inteiramente sustentado pela força familiar. Essa prática de extração da erva-mate era mais comum em pequenas propriedades ou posses isoladas dentro da floresta. Em muitos casos, o acesso e o uso dos ervais nativos eram compartilhados. Os habitantes locais também podiam ser contratados ou trabalhar como tarefeiros para várias empresas ervateiras. Como destacado por Maristela Ferrari, as condições de trabalho nessas empresas eram precárias.;

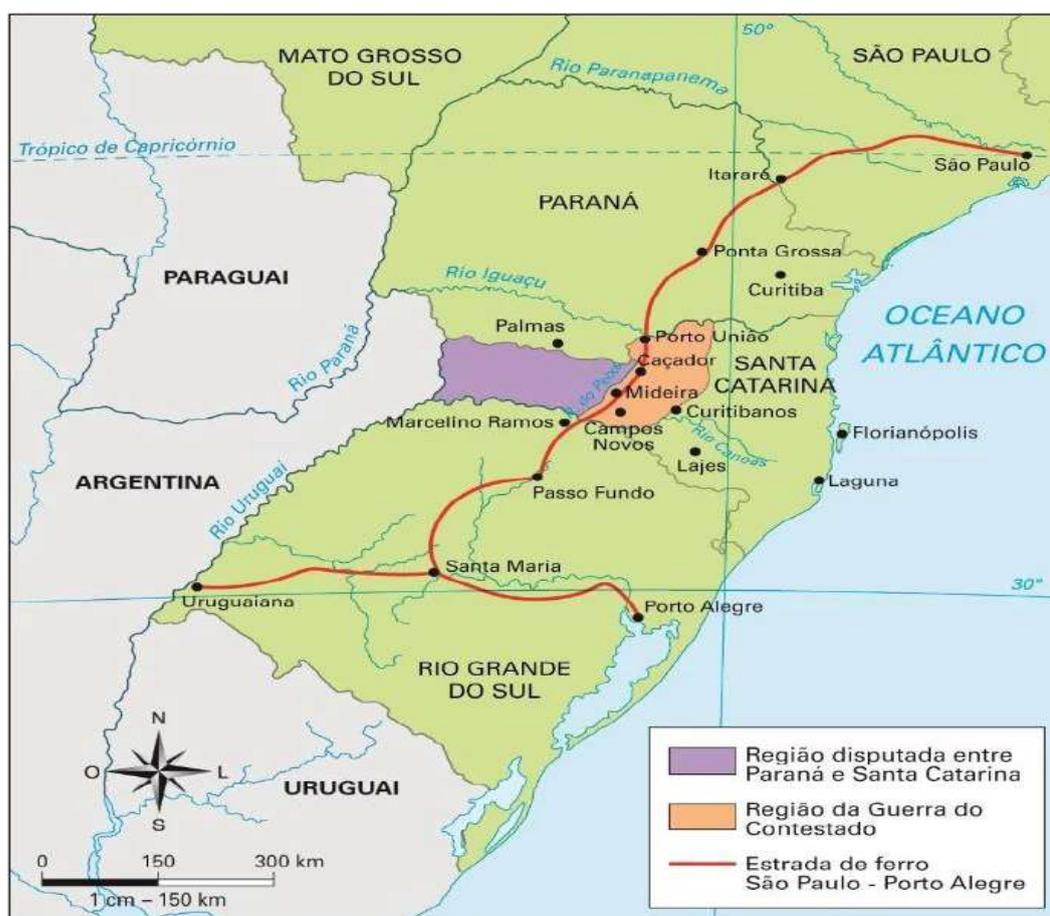
[...] submetidos a um regime de trabalho semi-escravo, já que muitos ervateiros forneciam apenas alimentos e ferramentas de trabalho em troca do trabalho deles. [...] nos ervais nativos dessa zona fronteira [...] os assassinatos de trabalhadores do corte da erva-mate eram, segundo pesquisa de campo, frequentes, como a Mateauda, apontada como uma das empresas que frequentemente cometia assassinatos de trabalhadores nos seus ervais. (FERRARI, 2011, p. 151)

A exploração da erva-mate na região, realizada tanto por sitiantes independentes, caboclos quanto por companhias ervateiras, foi um dos principais impulsionadores do assentamento mais efetivo da população na área, especialmente nas proximidades da fronteira com a Argentina, que era o principal mercado consumidor na época. A erva-mate tornou-se até mesmo uma moeda corrente entre a população cabocla que permanecia como sitiantes independentes, cuja produção era vendida às companhias ervateiras. Essa troca baseava-se em gêneros

alimentícios e outros produtos de consumo que não eram produzidos em suas terras, como tecidos, sal, açúcar, café, pólvora e outros itens essenciais.

Os acontecimentos relacionados ao Contestado tiveram um impacto significativo na produção e circulação da erva-mate. As vastas reservas de ervais em Santa Catarina estavam localizadas ao longo da fronteira com o Paraná. Desde sua separação de São Paulo em 1853, o Paraná argumentava que a região que hoje compreende o planalto norte catarinense era de sua propriedade e fez esforços para legitimar essa reivindicação. Contudo, em 1916, o estado de Santa Catarina foi reconhecido nacionalmente como o legítimo detentor dessas terras.

Figura 7: Região do Contestado



Fonte: <https://escolaeducacao.com.br/guerra-do-contestado/>

As questões sobre os limites territoriais e qual lado estava correto na demarcação, bem como quem saiu mais prejudicado no final, têm sido objeto de intensos debates. No entanto, é inegável que Santa Catarina saiu vitoriosa, obtendo cerca de 28.000 km² da área disputada, e assim "tirando" do Paraná uma extensa região de ervais nativos, provavelmente afetando uma parte significativa de seu comércio de erva-mate. Tanto Paraná quanto Santa Catarina estavam

profundamente envolvidos no que diz respeito à produção de erva-mate na região contestada.

A promulgação da Lei de Terras em 1850 trouxe uma alteração significativa na concepção de propriedade de terras no Brasil. As terras devolutas passaram a ser valorizadas da mesma forma que as terras privadas, tornando o acesso à terra mais difícil tanto para os brasileiros de baixa renda quanto para os imigrantes que chegavam ao país desde a segunda década do século XIX. Isso os obrigava a se tornarem trabalhadores assalariados, já que, conforme afirmado por Saboya (1995), "a disponibilidade de terras e o trabalho livre são, em tese, incompatíveis". Embora a Lei não tenha alcançado sucesso em seus principais objetivos, como a demarcação das terras devolutas e particulares, a transformação da terra em mercadoria teve efeitos profundos no processo de ocupação territorial do Brasil, especialmente a partir da Primeira República.

As populações indígenas foram completamente excluídas desta política de desenvolvimento e pela Lei de Terras, uma situação que também se aplicava às famílias caboclas que habitavam as florestas onde os ervais eram abundantes. Conforme a erva-mate passava por um processo mais intenso de mercantilização, as terras onde essas atividades eram realizadas tornavam-se alvos de apropriação privada. Isso exacerbou a situação do caboclo, que vivia como sítiantes independentes, pois eles se viam obrigados a aceitar as novas condições de trabalho impostas ou buscar novas terras para manter seu modo de vida tradicional.

O Estado concedia aos chefes locais, fazendeiros e seus protegidos, que se autodenominavam como coronéis, as terras devolutas ricas em ervais. Nesse processo, eram comuns as expulsões violentas dos posseiros que anteriormente extraíam a erva-mate de suas posses ou exploravam ervais devolutos em conjunto. As terras que não eram alvo de apropriação eram arrendadas pelo Estado aos coronéis, os quais impediam os moradores locais de coletar a erva-mate nessas terras (QUEIROZ, 1981). Nesse contexto, ocorreu a chegada da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, cuja concessão foi concedida em 1888, e a inauguração da Linha Sul no trecho do Contestado em 1910. Um destaque importante nessa história é a figura de Percival Farquhar, o empresário estadunidense que fundou a Brazil Railway Company (BRC) na região, junto com sua subsidiária, a Southern Brazil Lumber and Colonization Company, mais conhecida como Lumber. A BRC recebeu a concessão para construir a Linha Sul da São Paulo-Rio Grande e para colonizar a região, obtendo o direito de utilizar as terras ao redor dos trilhos - 15 km de cada

lado. O início das atividades da BRC e a ação da Lumber como madeireira e colonizadora alguns anos antes da decisão final da questão de limites entre o Paraná e Santa Catarina, inevitavelmente provocou atritos com os caboclos, posseiros da região. Esses conflitos se multiplicaram e se somaram a outras questões mal resolvidas, culminando na chamada Guerra do Contestado, que durou de 1912 a 1916.

A exploração em larga escala da madeira causava sérios danos aos ervais, pois o uso de grandes guindastes para arrastar toras de pinheiros e imbuías em direção às serrarias destruía as árvores de erva-mate encontradas no caminho (Auras, 2001). Nos anos seguintes ao conflito, no entanto, a marginalização da população cabocla se agravou com a expansão da colonização e da exploração madeireira, dificultando ainda mais o acesso e a extração da erva-mate pelos caboclos na região do Contestado. Essa guerra foi tanto resultado da ocupação de terras pela Lumber e da colonização quanto da exploração comercial dos espaços, especialmente na extração de madeira e erva-mate. Esses espaços eram ocupados por fazendeiros e uma variedade de posseiros. Estes últimos, desprovidos de posse legal das terras, eram considerados intrusos pelo Governo Federal. Além disso, a postura hostil de muitos coronéis locais e grileiros de terras em relação aos caboclos também contribuiu para a situação.

Na guerra que eclodiu a partir de 1912, houve numerosos confrontos, com várias vitórias dos revoltosos nos estágios iniciais, mas com vitórias decisivas do exército brasileiro, especialmente a partir de 1914. Como resultado final, os caboclos foram massacrados, totalizando mais de 10 mil mortes. Além disso, houve interrupções significativas nas atividades de circulação de mercadorias e pessoas na região, incluindo a destruição de trilhos e estações, inclusive no trecho que conduzia a São Francisco do Sul, uma cidade portuária importante para a exportação de erva-mate. No entanto, apesar das incertezas que assombravam as mentes das pessoas e dos governos dos estados envolvidos, pode-se dizer que a região estava passando por um certo desenvolvimento.

A construção da ferrovia e tudo o que veio com ela contribuíram para transformar os espaços e as paisagens. Além disso, com a resolução dos conflitos e a assinatura do acordo em 1916, a região experimentou uma maior capitalização, impulsionando o crescimento da produção agrícola e, no caso específico da produção de erva-mate, sua manutenção e até mesmo expansão. No entanto, a partir desse ponto, a produção de erva-mate passou a ser controlada em grande

medida pelos imigrantes europeus, que passaram a utilizar os caboclos como mão de obra. Arlene Renk aponta que

Restou a boa parte desses moradores, excluídos de suas terras, onde poderiam criar seus animais e manter sua roça e do acesso aos ervais, a atividade nas serrarias que aportaram na região, ou o trabalho na coleta da erva-mate, como assalariados contratados pelas indústrias ervateiras que exploravam os ervais restantes na região. A extração da erva-mate era vista pelos colonos e colonizadores como uma atividade inferior, desqualificada, de baixa remuneração, onde o trabalho era, na maioria das vezes, sazonal e itinerante (RENK, 2009).

À medida que a economia agrícola mercantil se expandia, também surgiam cooperativas e as comunidades se desenvolviam de maneira significativa, evoluindo de vilarejos para cidades em pouco tempo. No contexto desse desenvolvimento, a questão dos limites foi concluída no mesmo ano em que os conflitos chegaram ao fim em 1916, resultando na criação ou transformação de vilarejos em cidades nas fronteiras entre as partes divididas que couberam ao Paraná e ao estado de Santa Catarina.

Nesse mesmo cenário pós-questão e Guerra do Contestado, a produção e o comércio de erva-mate continuaram a ser importantes e cresceram em volume, embora tenham passado a ser um pouco mais divididos entre as duas partes envolvidas. Vale ressaltar que a economia regional foi gradualmente se diversificando, com a madeira permanecendo como um produto de destaque, juntamente com outros de importância relativamente menor. Por fim, é importante mencionar que o crescimento na produção e nas vendas de erva-mate persistiu até os últimos anos da década de 1920. A partir desse período, o produto começou a enfrentar desafios de diversas naturezas, especialmente relacionados aos mercados, resultando em uma tendência de queda nos volumes produzidos e vendidos. Samuel Guimarães da Costa descreve que:

O ano de 1928, como já assinalamos, foi o de maiores exportações do Paraná, como principal Estado produtor. A partir desse ano inicia-se a linha de declínio, com pequenas oscilações nos quinquênios que se sucederam, porém sempre com uma visível tendência de queda nas vendas globais. O fenômeno coincide com o argumento gradual e progressivo da produção própria da Argentina, conforme se pode constatar pelo confronto estatístico de um longo período. [...] contribuindo para isso o início de um novo ciclo econômico em nosso Estado - o café - cujas primeiras exportações pelo porto de Paranaguá ocorreram, por curiosa coincidência, também no ano de 1928. (COSTA, 1995, p. 46)

A partir de 1930, a economia ervateira entrou num período de crises, momentos em que interesses divergentes e opostos pareciam estar prevalecendo

sobre os interesses comuns e superiores do setor. O mercado externo era restrito, os importadores procuravam impor exigências ao Brasil em termos de preço ou de tipos de erva-mate. A estrutura interna da produção ervateira sofria com especulações por parte dos comerciantes internos, que eram os maiores intermediários nesse processo, escasso crédito concedido por eles, redução dos preços nas compras das futuras safras que ficavam de tal modo empenhada nas mãos dos intermediários fazendo com que o produtor nunca se libertasse desse sistema financeiro, ficando eternamente endividado, sem possibilidades de aumentar sua lavoura e de ampliar suas áreas de cultura.

Em 1938, início do Estado Novo de Getúlio Vargas, uma fase de maior intervencionismo na economia brasileira, foi criado o Instituto Nacional do Mate (INM), o governo intervencionista de Varga conferiu ao INM autonomia econômica, técnica e administrativa, além da competência para decretação de normas reguladoras das atividades sujeitas a sua vigilância ou à sua supervisão, para o historiador econômico José Antonio Fernandes em sua tese de doutorado

Embora o caso do mate tenha ocorrido com atraso, o INM fez parte de um movimento iniciado pelo Governo Federal na década de 1930, quando foram criados outros Institutos e Departamentos Nacionais, igualmente com funções centralizadoras no controle sobre atividades agrícolas e industriais específicas. Comparado ao INM e com uma composição parecida à sua, embora de maior vulto, surgiu, por exemplo, o Conselho Nacional do Café, em maio de 1931, dois anos depois substituído pelo Departamento Nacional do Café. Também em 1933 foi criado o Instituto do Açúcar e do Alcool. Além desses, mais importantes, são outros exemplos o Instituto Nacional do Sal, criado em 1940, e do Instituto Nacional do Pinho, criado em 1941 (FERNANDES, 2019, p. 106-107)

O INM passou por inúmeras reestruturações, no entanto, não conseguiu dar soluções aos maiores problemas da economia do mate. Sua direção era geralmente entregue a políticos que estavam eventualmente sem mandato parlamentar, sujeitos a toda a sorte de injunções e pressões dos setores econômicos e políticos mais influentes da época (COSTA, 1995, p. 69). O INM não tinha condições de financiar os produtores e industriais, nem promover um plano de propaganda, porque não tinha recursos, apesar de um orçamento grande. Esse Instituto se demonstrou incapaz de incentivar a indústria ervateira e criar condições para o seu desenvolvimento.

A erva-mate, que já havia perdido espaço nas economias dos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul para outros produtos desde antes de 1938, viu intensificar esse processo ao longo do tempo de vida do INM. O mesmo ocorreu em relação à participação da erva-mate na economia nacional, tendo a erva-mate perdido cada vez mais a importância nas exportações brasileiras gerando cada vez menos lucros para uma economia que dela tanto dependia. O INM foi extinto em 1967, para Temístocles Linhares (1969) “ruim com o Instituto, pior sem ele” nos permite pensar num certo conformismo com a situação geral da economia da erva-mate e com a ação do INM, justificando assim, um pensamento que parecia ser mais ou menos geral nesse período de vida o INM.

A cultura da erva-mate, apesar de ter sido uma das principais fontes econômicas do Brasil no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, muitas vezes não recebe a mesma atenção nos livros didáticos de história em comparação com o ciclo da borracha e a cultura do café. Isso pode ser atribuído a vários fatores dentro do processo econômico da erva-mate um dos mais importantes é com a exceção do investimento de capitais argentinos na produção erva-mateira na região do Mato Grosso do Sul e Extremo Oeste Paranaense, a erva-mate da zona do Atlântico jamais conseguiu atrair importantes capitais estrangeiros para o seu cultivo ou comercialização, ao contrário do que aconteceu com o café na área de São Paulo e norte do nosso estado. O comércio internacional da erva-mate não conseguiu atravessar o Oceano Atlântico se tornando um produto não apreciado no mercado da Europa ou dos Estados Unidos.

[...] a erva-mate foi praticamente excluída dos mercados europeus (em primeiro lugar porque o café chegou primeiro que ela ao Velho Mundo e aos Estados Unidos) e por interferência da Inglaterra, à época nascente como potência mundial, que não desejava, de modo algum, tivesse a Espanha essa fonte de renda, altamente prejudicial ao comércio britânico do chá da Índia, que, não, procurava expandir-se no mercado mundial [...] os produtos brasileiros que fizessem concorrência aos das Colônias Britânicas eram excluídos dos mercados ingleses. (COSTA, 1995, p.45)

Toda a produção da erva-mate era destinada, quase que restritamente, ao mercado consumidor dos países da região sul do continente americano: Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile. Houve uma grande deficiência de propaganda em mercados novos e uma forte concorrência de similares, como o café, o chá da Índia, o cacau, a erva-mate infelizmente não conseguiu uma aceitação de relevo no mercado mundial, ficando restrita aos tradicionais importadores.

Segundo José Humberto Boguszewski, a erva-mate na forma de chimarrão nunca chegou a ter no exterior a mesma aceitação do café ou do chá. Ainda que se possa creditar este insucesso ao sabor amargo da bebida, é mais provável que as dificuldades maiores estejam relacionadas aos acessórios e utensílios necessários para o consumo do mate, além da forma particular de prepará-lo. O que não se conseguiu até agora, foi encontrar outros meios de preparar e comercializar a bebida e que ofereçam opções de consumo mais facilmente aceitas em diferentes sociedades. Ao contrário de outros alimentos, preparados e consumidos de forma diferente em diferentes lugares, o chimarrão permanece ainda um alimento sul-americano típico (BOGUSZEWSKI, 2007, p. 25).

Foi o chá a segunda forma mais difundida de consumo da erva-mate e só assume importância com o crescimento das cidades e o surgimento de uma classe burguesa cujos valores são inspirados na cultura europeia. Ainda que seja compreensível, não deixa de ser irônico que as famílias que enriquecem com a erva-mate vão adotar preferencialmente o chá em sua dieta, possivelmente pela representação que a bebida permitia de um comportamento aristocrático, imitando o que acontecia na Inglaterra com o chá preto trazido da Índia colonial, que foi adotado pela família real, tornando-se signo de nobreza ou de boa origem o hábito do chá das cinco.

No Paraná, a empresa Leão Júnior lançou em 1938 o chá feito com a folha queimada da erva-mate. Em virtude do investimento inicial feito na divulgação do novo produto e do advento da segunda guerra, que encarece o chá da Índia importado, verifica-se um aumento do consumo interno, firmando o chá mate como opção de bebida mais barata e mais acessível para a população. Este período histórico representa a consolidação de uma classe média urbana preocupada em demonstrar sua inserção no mundo através de hábitos variados de consumo e que tende a se espelhar nas classes mais abastadas.

A ideia de modernidade com desenvolvimento, características das sociedades modernas, conforme o modelo ocidental, implica em mudanças

nas relações sociais de produção e nos domínios político e cultural. Portanto, a ideia de modernidade posta em prática na Província do Paraná, parece não se assentar apenas no componente econômico como propulsor e determinante do desenvolvimento. Há parâmetros que apontam para as mudanças a níveis sociais, econômicos, políticos e culturais (SANTOS, 1995).

O chimarrão, por sua vez, sempre teve seu consumo associado à vida do interior, tradicional, de costumes mais simples e estilo de vida com fortes ligações com o passado, portanto não moderno. Mais que isso, certa parte da elite, embora interessada naquilo que o consumo da erva-mate representava economicamente, não deixava de considerar bárbaros os bebedores de chimarrão.

A concentração de poder econômico e político influenciou muito a história econômica da erva-mate a se perpetuar nos livros didáticos de história porque enquanto o ciclo do café e o ciclo da borracha foram dominados por grandes latifundiários e empresários que exerciam influência política significativa, a cultura da erva-mate era mais descentralizada, envolvendo muitos pequenos produtores e cooperativas. Isso pode ter contribuído para uma menor representação nos registros históricos, uma vez que os grandes produtores muitas vezes tinham mais recursos para perpetuar sua história. Isso também se deve a narrativa oficial e visão histórica, a história oficial muitas vezes é moldada pelas elites políticas e econômicas, que podem optar por destacar certos aspectos da história em detrimento de outros. Se a burguesia ervateira não viu interesse em promover ativamente sua história, isso pode ter contribuído para o seu apagamento nos registros históricos.

O PNLD é um programa de distribuição de livro didático para do o Brasil, portanto, os livros didáticos são pensados e produzidos para valorizar a história nacional, privilegiando assim os ciclos econômicos de repercussão nacional como a cana de açúcar e o ouro no período colonial e o café nos períodos do império e da República brasileira, deixando a história regional de lado uma vez que o livro didático tem o objetivo de atender o mercado nacional.

A história e a historiografia de cada nação conceberam descrições, explicações e análises que permitiram assentar e orientar políticas nacionais, ora justificando essas mesmas políticas, ora as criticando. Esse conteúdo simbólico contribuirá a forjar a ideia de nação e de nacional, no terço final do século XIX, invadirá as escolas da educação básica, em implantação e expansão no século seguinte, passando a compor os currículos e marcar presença no objeto curricular mais lustroso dentre todos, o livro didático de História. Isso não quer dizer que apenas à História estivesse reservada a tarefa de contribuir com a formação das ideias de nação, de nacionalidade e de soberania nacional (SALLES e BATISTA, 2020, p. 02)

Além disso ocorre a interferência de interesses acadêmicos e historiográficos, historicamente, a academia e os historiadores tendem a focar em eventos e movimentos que tiveram um impacto mais amplo e duradouro na história do país. Embora a cultura da erva-mate fosse importante regionalmente, seu impacto nacional pode não ter sido tão significativo quanto o do café, por exemplo. A história oficial muitas vezes é moldada pelas elites políticas e econômicas, que podem optar por destacar certos aspectos da história em detrimento de outros. Se a burguesia ervateira não viu interesse em promover ativamente sua história, isso pode ter contribuído para o seu apagamento nos registros históricos.

À medida que o Brasil passou por mudanças econômicas e sociais ao longo do tempo, certos setores econômicos podem ter sido deixados para trás ou considerados menos relevantes à medida que o país se industrializou e se urbanizou. Isso pode ter contribuído para a diminuição da importância da cultura da erva-mate na narrativa histórica. Nos livros didáticos de história, a cultura ervateira pode ser representada de forma limitada, muitas vezes como uma atividade econômica regional, principalmente relacionada às regiões sul e sul-sudeste do Brasil. Seu impacto social, político e cultural pode não ser tão enfatizado quanto o de outras indústrias, como o café, que tiveram um papel mais proeminente na formação da identidade nacional.

A interpretação de fontes sobre este tema poderia acrescentar muito à compreensão da sociedade da época, fornecendo insights sobre as condições de trabalho dos trabalhadores rurais, as relações de poder entre os diferentes atores envolvidos na indústria da erva-mate, as dinâmicas socioeconômicas das comunidades que dependiam dessa cultura e as interações entre as regiões produtoras e o mercado nacional e internacional. Essas fontes poderiam revelar aspectos importantes da vida cotidiana, das relações de classe e das tensões sociais da época, ajudando a ampliar nossa compreensão do período histórico em questão. Em suma, a análise das fontes históricas relacionadas à cultura da erva-mate é fundamental para resgatar sua relevância e compreender seu papel na sociedade brasileira ao longo do tempo. Através dessa abordagem, é possível desvendar aspectos negligenciados da história, como as condições de trabalho dos trabalhadores rurais, as dinâmicas socioeconômicas das comunidades envolvidas e as interações complexas entre diferentes atores no cenário da indústria da erva-mate. Ao fazê-lo, não apenas enriquecemos nossa compreensão do passado, mas também reconhecemos a diversidade de contribuições econômicas, sociais e

culturais que moldaram a identidade nacional brasileira. Essa reavaliação crítica é essencial para uma narrativa histórica mais inclusiva e precisa, que reconheça e valorize a complexidade e a riqueza das experiências humanas ao longo do tempo.

5 PESQUISA DE CAMPO, ANÁLISE MATERIAL DIDÁTICO E O PRODUTO

No quarto capítulo, apresentarei o produto dessa pesquisa que é um texto dissertativo que engloba as três dimensões¹² exploradas ao longo do curso de mestrado em Ensino de História do Profhistória. Esse texto dissertativo versa sobre a história econômica da erva-mate.

Antes de adentrar nessa análise conduzi uma pesquisa quantitativa e qualitativa junto a um grupo de professores de história de todos os estados do Brasil, os quais participam de um grupo do WhatsApp¹³ dedicado a troca de material didático e experiências pedagógicas, com o objetivo de investigar o livro didático de história adotado pelas escolas públicas e privadas de cada estado, bem como examinar como a história regional está integrada nos currículos escolares e se essa abordagem se reflete nos livros didáticos adotados pelos professores ou pelas secretarias de educação estaduais.

5.1 PESQUISA DE CAMPO

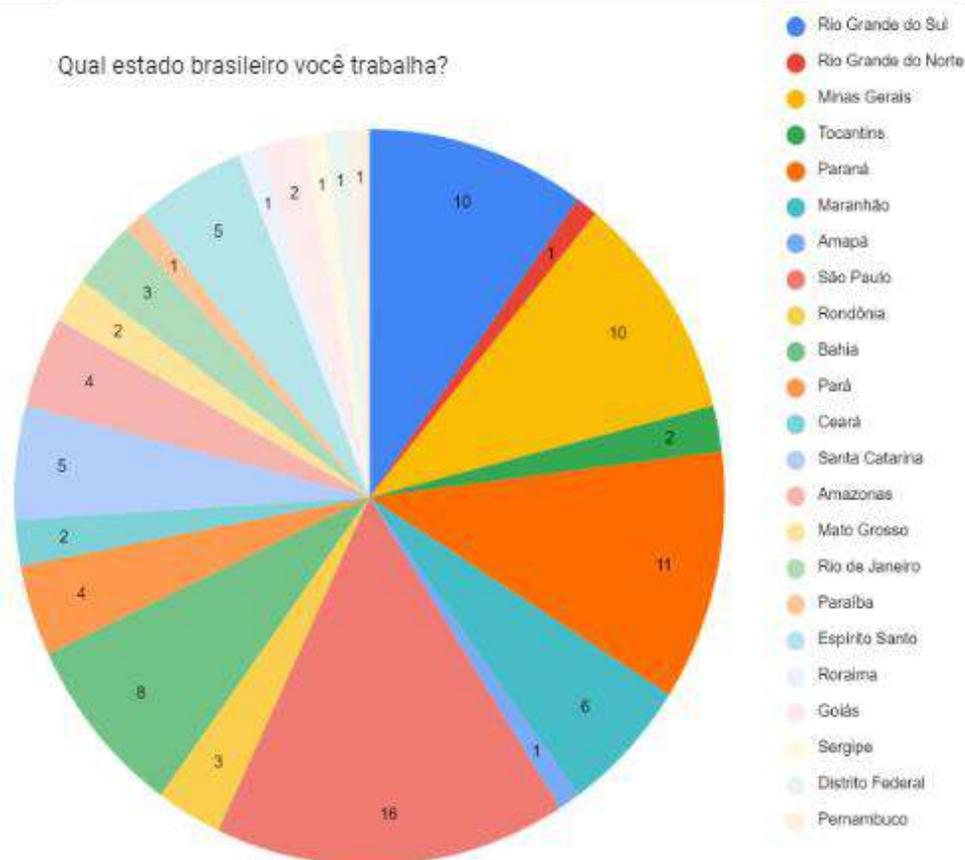
Atualmente, o grupo Experiências Exitosas conta com 987 membros, porém, a parcela de participantes ativos representa menos de 30% do total. Durante o período de março de 2023 a abril de 2024, 100 professores de diversas regiões,

¹² As três dimensões trabalhadas no curso do Profhistória são: (1) a apropriação dos estudos e debates recentes sobre as temáticas trabalhadas; (2) a criticidade em termos do conhecimento e práticas acumuladas na área e (3) as possibilidades de produção e atuação na área do Ensino de História que contribuam para o avanço dos debates e a melhoria das práticas do profissional de História dentro e/ou fora da sala de aula. (site: profhistoria.uem.br)

¹³ É um grupo de professores de história que se chama Experiências Exitosas, criado pelo professor Kennedy Pamplona em 03 de março de 2022, com objetivo de trocar materiais didáticos, experiências e angústias sobre a sala de aula e a profissão de professor de história atualmente.

estados e cidades do Brasil contribuíram respondendo ao questionário¹⁴ disponibilizado, como ilustrado no gráfico a seguir:

Gráfico 1: Estados dos entrevistados

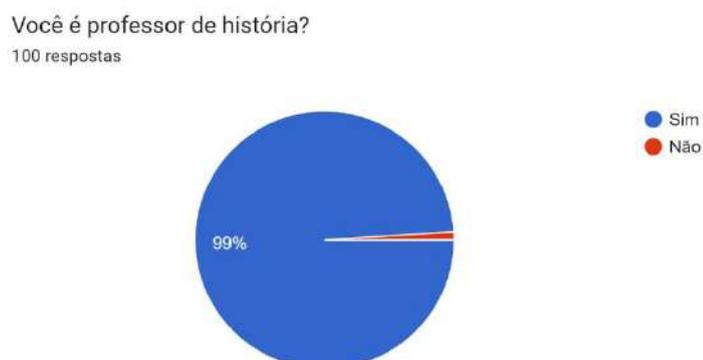


Fonte: do autor

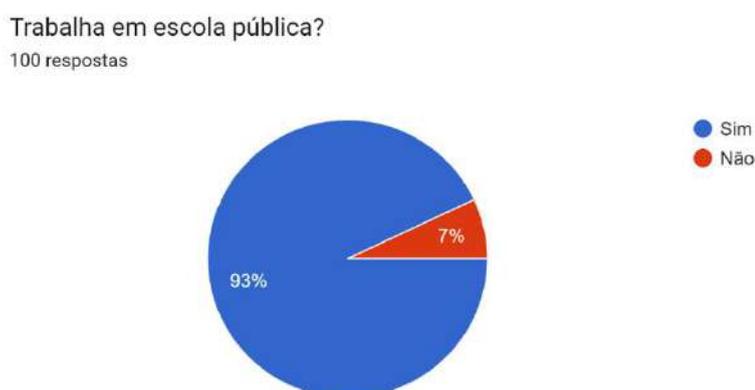
Noventa e nove professores se autodeclararam como profissionais de história, enquanto apenas um indicou que não lecionava história, mas sim trabalhava com as séries iniciais do ensino fundamental na cidade de Estância, localizada no interior do estado de Sergipe. Dos professores entrevistados, oitenta e cinco afirmaram trabalhar em instituições de ensino públicas, seja estadual ou municipal, enquanto cinco declararam atuar em escolas particulares.

¹⁴ Disponibilizado no Google Forms pelo link:

https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSenYFdAudNL_vemsu4_2PIS1qZGmiZ8Thi4a_DW6yx1uWUsaA/viewform?usp=sf_link

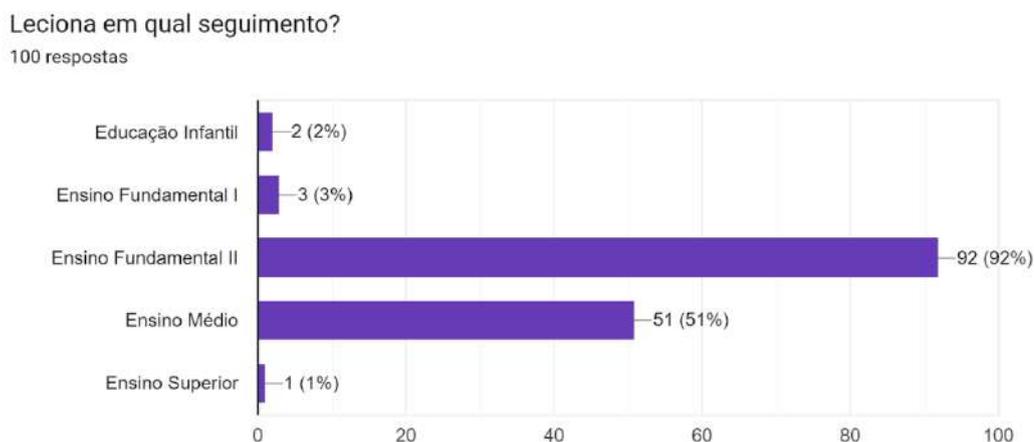
Gráfico 2: Identificação como professor de história

Fonte: do autor

Gráfico 3: Local de trabalho

Fonte: do autor

Quanto aos segmentos de ensino em que atuam, cinco professores mencionaram trabalhar nas séries iniciais do Ensino Fundamental, enquanto noventa e dois indicaram lecionar nas séries finais do Ensino Fundamental. Além disso, cinquenta e um relataram ser professores do Ensino Médio, e apenas um mencionou trabalhar no Ensino Superior. É importante ressaltar que um mesmo professor pode atuar em múltiplos segmentos de ensino.

Gráfico 4: Segmento de ensino

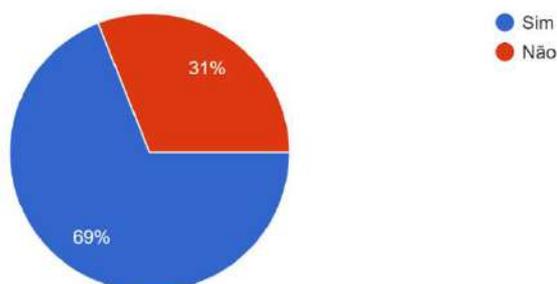
Fonte: do autor

Quando questionados sobre sua participação na seleção dos livros didáticos fornecidos pelo PNLD, sessenta e nove professores afirmaram ter participado ativamente desse processo nas escolas em que lecionam. Por outro lado, trinta e um professores relataram não ter tido essa participação, explicando em questão adicional que, em suas cidades ou estados, a determinação do livro didático utilizado é feita pela secretaria estadual ou municipal de educação. Na rede privada de ensino, a escolha do livro e do material didático é determinada pela mantenedora da escola, como exemplificado por um professor que mencionou a Rede SESI Educação¹⁵.

¹⁵ SESI - Serviço Social da Indústria, Na Educação, o SESI atua em diferentes eixos que incluem Educação Infantil, Ensino Médio, Contraturno Escolar, Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Continuada, e Gestão e Formação Educacional.

Gráfico 5: Escolha do livro didático

Você participou da escolha do livro didático de história da rede de ensino do seu estado?
100 respostas



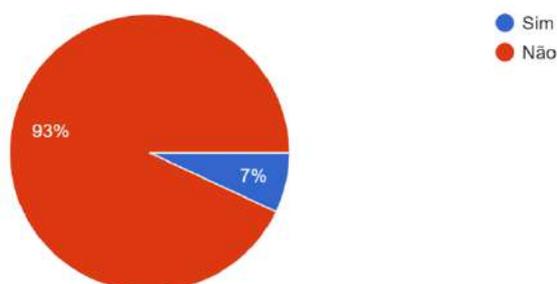
Fonte: do autor

Aprofundando nas questões relacionadas ao livro didático adotado, seja pelas secretarias estaduais ou municipais de educação, ou através de um consenso entre os professores do estado, região, município ou escola, os participantes foram questionados se o livro didático utilizado inclui a história regional de seu estado e município. Noventa e três professores responderam negativamente, indicando que o livro didático adotado não abrange a história regional. Como discutido anteriormente, o PNLND é um programa nacional que atende todas as escolas do Brasil, e na elaboração dos livros didáticos, a ênfase é dada à história nacional, muitas vezes relegando a história regional para segundo plano. Os autores de livro didático de história mais mencionados na pesquisa foram: Alfredo Boulos Júnior (obra: História, Sociedade & Cidadania; editora FTD), Gilberto Cotrim (obra: História Global; editora Saraiva), Projeto Araribá (editora Moderna), Patrícia Ramos Braick (obra: Estudar História, editora Moderna), Adriana Machado Dias (obra: Jovem Sapiens; editora Ática)

Gráfico 6: História Regional no livro didático

O livro didático de história adotado pela sua escola ou pela rede de ensino do seu estado contempla a história local e regional do seu estado ou município?

100 respostas



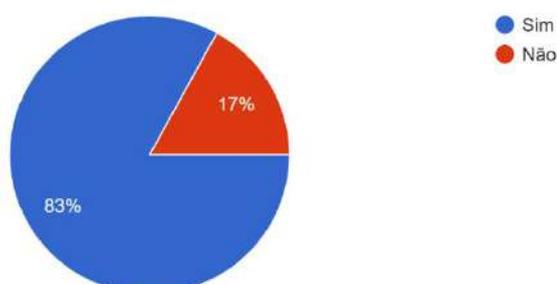
Fonte: do autor

Todos os professores envolvidos na pesquisa enfatizaram a importância do ensino de História Regional para o desenvolvimento educacional. Destaca-se que oitenta e três por cento dos professores indicaram que incorporam o ensino de História Regional em suas práticas pedagógicas, mesmo quando essa temática não está incluída nos livros didáticos adotados.

Gráfico 7: Ensino de História Regional na prática pedagógica

Você ensina história local e regional do seu estado ou município?

100 respostas



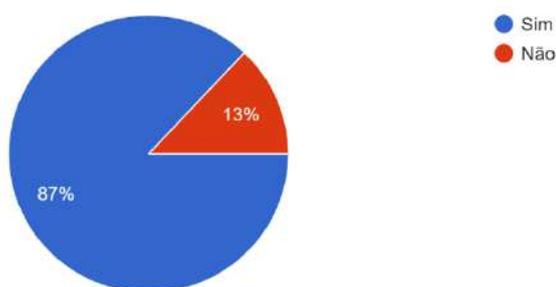
Fonte: do autor

Os professores que indicaram ensinar História Regional aos seus alunos foram solicitados a explicar quais recursos utilizam para suprir a lacuna deixada pela ausência dessa temática nos livros didáticos adotados. Eles mencionaram que recorrem a uma variedade de materiais, incluindo recursos próprios, livros paradidáticos, vídeos, jornais e revistas locais, produções acadêmicas, artigos e livros especializados, bem como visitas a museus e centros históricos

Gráfico 8: Materiais didáticos

Fora o livro didático de história você utiliza outro material para ensinar história local e regional do seu estado ou município?

100 respostas



Fonte: do autor

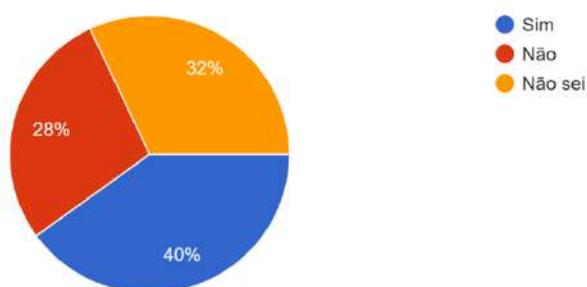
Ao analisar as respostas dos professores sobre a existência de uma legislação específica que torne obrigatório o ensino de História Regional em seus estados ou municípios, percebemos uma diversidade de situações. Os quarenta professores que afirmaram que seus estados possuem uma legislação desse tipo sugerem que há um reconhecimento formal da importância da História Regional na educação local. Isso indica um comprometimento das autoridades educacionais em promover o estudo e a valorização da história local e regional como parte essencial do currículo escolar. Por outro lado, os vinte e oito professores que relataram a ausência de uma legislação específica podem indicar uma lacuna nas políticas educacionais de seus estados, onde a História Regional talvez não receba a devida atenção ou prioridade no contexto curricular. Já os trinta e dois professores que declararam não ter conhecimento sobre a existência ou não de uma legislação específica revelam uma possível falta de informação ou comunicação entre as instâncias educacionais e os professores, o que pode indicar a necessidade de uma

maior transparência e divulgação das políticas educacionais vigentes. Essa análise sugere que, embora haja reconhecimento geral da importância da História Regional no ensino, a forma como essa valorização se traduz em políticas educacionais pode variar significativamente entre os diferentes estados e municípios, destacando a complexidade e diversidade do sistema educacional brasileiro.

Gráfico 9: Legislação sobre a História Regional

Existe alguma legislação no seu estado ou município que obrigue o ensino da história local ou regional?

100 respostas



Fonte: do autor

Esta pesquisa não apenas proporcionou uma visão abrangente sobre o ensino de História Regional no país, mas também ofereceu insights valiosos sobre como a história é transmitida nas escolas e como as peculiaridades regionais são abordadas. Ao integrar essas descobertas à minha pesquisa sobre a história econômica da erva-mate, pude enriquecer o contexto do meu tema e ressaltar a importância da educação histórica na compreensão das dinâmicas econômicas regionais.

Essa interconexão entre a pesquisa educacional e a investigação econômica não só fortaleceu a fundamentação teórica do meu estudo, mas também realçou a relevância de uma abordagem holística para entender as influências históricas nos aspectos econômicos locais.

5.2 O CICLO ECONÔMICO DA ERVA-MATE NO MATERIAL DIDÁTICO DAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ.

Com o intuito de destacar a importância da História Regional como parte integrante das temáticas abordadas nas salas de aula da rede pública de ensino em nosso estado, este estudo se propôs a analisar a representação da História Econômica da Erva-Mate no único livro didático de história (único) adotado para as escolas e colégios da rede estadual de ensino e em outros materiais didáticos disponibilizados pela SEED, em conformidade com o que preconiza a Lei 13.381 de 2001 e as diretrizes estabelecidas no Currículo da Rede Estadual Paranaense (CREP).

No que diz respeito ao conteúdo da História Regional, que está diretamente relacionado ao objeto de estudo deste trabalho para fins de verificação da abordagem, a Lei Estadual nº 13.381, sancionada em 18 de dezembro de 2001 pelo então governador do Estado, Jaime Lerner, torna obrigatório, tanto no ensino fundamental quanto no médio da rede pública estadual de ensino, o ensino da história do Paraná. Tal como apresentado no art. 1º

Torna obrigatório um novo tratamento, na Rede Pública Estadual de Ensino, dos conteúdos da disciplina História do Paraná, no Ensino Fundamental e Médio, objetivando a formação de cidadãos conscientes da identidade, potencial e valorização do nosso Estado.

E complementado pelo inciso 2º desse mesmo artigo

§ 2º. A aprendizagem dos conteúdos curriculares deverá oferecer abordagens e atividades, promovendo a incorporação dos elementos formadores da cidadania paranaense, partindo do estudo das comunidades, municípios e microrregiões do Estado.

O ponto central da problematização nesta pesquisa reside na compreensão da História Econômica da Erva-Mate sob uma perspectiva regionalista, com o intuito de enriquecer o ensino da História geral ao enfatizar as interações entre o contexto regional e nacional em sala de aula. Dessa maneira, busca-se identificar quais aspectos da História do Paraná podem ser integrados ao currículo educacional. É crucial ressaltar a importância atribuída a abordar tais conteúdos, uma vez que se reconhece que “a história regional vai destacar as diferenças que existem dentro de um mesmo local, mostrando que cada região se constitui de diferentes formas de

cultura, valores dos quais decorrem forças globais e locais” (PAIM; PICOLLI, 2007, p. 115).

Após a implantação do Referencial Curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações, no ano de 2018, ocorre a apresentação do CREP, no ano de 2019, visando fornecer aportes às escolas paranaenses na revisão dos seus currículos e aos professores para a elaboração dos planejamentos de suas aulas. Sendo, “uma maneira de trazer para o âmbito da docência possibilidades de encaminhamentos que levam ao desenvolvimento das competências gerais da Educação Básica” (PARANÁ, 2019, p. 2).

Aliado a BNCC, que foi introduzida no ano de 2018, o CREP, estabelece tal como o documento normativo nacional, uma estruturação de código, que deve ser inserido em todos os objetivos de aprendizagem, procurando um aprofundamento da própria habilidade que se encontra na BNCC.

Tabela 1 - Estruturação do código do CREP

PR. EFO7HI04. a. 7. 06
PR = ESTADO
EF07HI04= Habilidade da BNCC
a.= Caso de mudança
7.= Indicação do ano no Referencial
06= Posição do ano no CREP

Fonte: PARANÁ, 2019, p. 03

Portanto, é necessário identificar denominações para esses objetivos de aprendizagem que estejam alinhadas tanto com a BNCC quanto com o Referencial Curricular do Paraná. No quadro, apresentam-se as denominações para os casos de mudanças.

Tabela 2 - Denominação das mudanças

Sem modificações	Própria habilidade da BNCC
------------------	----------------------------

Contextualização	Inclui aspecto regional na descrição da habilidade
Aprofundamento	Incluem orientações pedagógicas adicionais
Desdobramento	Habilidade desdobrada em mais de uma no Referencial
Novo objetivo	Objetivo não contemplado na BNCC

Fonte: PARANÁ, 2019 (p.04)

O Currículo da Rede Estadual Paranaense deve ser examinado e debatido sob uma perspectiva na qual os “documentos precisam ser tomados como monumentos para marcar a diferença na atribuição do sentido” (LUCHESE, 2014, p. 149). Portanto, o autor contribui para a compreensão de que os documentos devem ser vistos como criações humanas, compostas por indícios e construções que dão sentido e significado à experiência humana, necessitando ser examinados criticamente para um processo contínuo de análise, incluindo a formulação de categorias e subcategorias de análise.

O CREP, utilizando dos apontamentos de Luchese (2014), é apresentado como um documento passível de análise, abrindo espaço para uma variedade de narrativas históricas. Isso implica que a compreensão dos documentos frequentemente vai além das intenções originais de seus autores, incorporando elementos não controlados, ou seja, aquilo que não foi previamente determinado.

No referido documento, observa-se uma escassa abordagem dos estudos relacionados à História do Paraná nos anos finais do ensino fundamental. Dos 127 objetivos paranaenses estabelecidos para o componente curricular de História nesse nível de ensino, apenas 16 abordam especificamente o estudo e a exploração historiográfica da temática da História do Paraná, mesmo que seja dentro de um contexto mais amplo. A História Econômica da Erva-Mate aparece somente no 8º ano em dois objetivos.

Quanto ao 8º ano, a BNCC define que o componente curricular de História aborda os estudos relacionados ao século XIX, principalmente os aspectos históricos que contribuíram para a configuração do mundo contemporâneo.

Destacam-se os múltiplos processos que desencadearam as independências nas Américas, com ênfase no processo brasileiro e seus desdobramentos. África, Ásia e Europa são objetos de conhecimento, com destaque para o nacionalismo, o imperialismo e as resistências a esses discursos e práticas (BRASIL, 2018, p. 418).

Com 27 habilidades estabelecidas no documento da BNCC, a disciplina de História no CREP consta de 37 objetivos, sendo que dentre eles apenas 07 são destinados para o ensino e trabalho com a História do Paraná. As estruturações dos códigos presentes nesses objetivos específicos são bem diversas, sendo a denominação “c” a que implica na contextualização de um aspecto regional presente na habilidade.

Tabela 3 - Objetivos específicos para o 8º ano sobre a erva-mate

8º ano
PR. EFO8HI03. c. 8. 05 Analisar a permanência e a continuidade, a ruptura e a transformação no processo histórico da produção ervateira no Paraná.
PR. EFO8HI17. c. 8.22 Relacionar as transformações territoriais, em razão de questões de fronteiras, com as tensões e conflitos durante o Império, compreender o contexto e o processo político de emancipação do Paraná.

Fonte: PARANÁ, 2019 (p. 40; 43)

O primeiro objetivo a ser analisado em comparação com a BNCC está contemplado na habilidade EF08HI03, voltada à “Analisar os impactos da Revolução Industrial na produção e circulação de povos, produtos e culturas” (BRASIL, 2018, p. 425). Dentro do CREP, o objetivo está inserido na unidade temática “O mundo contemporâneo: o antigo regime em crise”, sendo compreendido o objeto de conhecimento “Revolução Industrial e seus impactos na produção e circulação de povos, produtos e culturas”, ancorados nos conteúdos a serem desenvolvidos, sendo

A Revolução Industrial e seus impactos na produção industrial, circulação de povos, produtos, culturas, na noção de tempo, hábitos, exploração da mão de obra infantil e feminina, luta e resistência dos trabalhadores e questões ambientais. A produção ervateira paranaense e seus impactos na economia, política e sociedade (PARANÁ, 2019, p. 40)

Quanto ao objetivo em questão, destaca-se a conexão entre a produção de erva-mate no Paraná e o contexto global da Revolução Industrial, e seus impactos nos aspectos econômicos, políticos e sociais do Brasil. No século XIX, a produção

de erva-mate representou uma das bases econômicas do Estado, e foi nesse período que ocorreram eventos significativos, como a emancipação política do Paraná do Estado de São Paulo e a consolidação da Guerra do Paraguai.

Portanto, conforme preconizado pelo objetivo da BNCC, é crucial entender o papel da produção de erva-mate na consolidação dos primórdios da industrialização e suas ramificações na utilização da força de trabalho. Inicialmente, os moinhos de água empregavam tanto mão de obra escrava quanto assalariada. No entanto, com a introdução de tecnologias como os motores a vapor, a dependência de escravos diminuiu, dando lugar à imigração de trabalhadores mais qualificados.

Ao analisar a posição deste objetivo no CREP, que o denomina como contextualização de um aspecto regional frente aos impactos da Revolução Industrial, percebe-se que, apesar de relevante, ele parece estar desconectado, especialmente em comparação com os objetivos anteriores, que abordam a Revolução Gloriosa, Iluminismo e Liberalismo político nas Revoluções Inglesas, além dos objetivos subsequentes que tratam da Revolução Francesa e Era Napoleônica, incluindo a chegada da Coroa Portuguesa ao Brasil.

Entender os impactos sociais, políticos e econômicos da produção de erva-mate no Paraná sem estabelecer uma ligação com as transformações dentro do contexto da História do Brasil é desconsiderar a importância de um ensino que reconheça as interações da História Regional dentro do panorama mais amplo da História Geral. Mesmo que os professores realizem essa conexão, ela pode não ser totalmente compreendida devido às complexidades envolvidas no ensino de História.

O segundo objetivo, sendo o PR.EF08HI17.c.8.22, se relaciona com a habilidade da BNCC EF08HI17, onde procura “relacionar as transformações territoriais, em razão de questões de fronteiras, com as tensões e conflitos durante o Império” (BRASIL, 2018, p. 427). Inserido dentro da unidade temática “o Brasil do século XIX”, possui como objetos de conhecimentos “Brasil: Primeiro Reinado; O Período Regencial e as contestações ao poder central; O Brasil do Segundo Reinado: política e economia; A Lei de Terras e seus desdobramentos na política do Segundo Reinado; Territórios e fronteiras: a Guerra do Paraguai”, no qual os divide com outros quatro objetivos, com os seguintes conteúdos determinados

Primeiro Reinado: as guerras e o reconhecimento da independência do Brasil, A constituição de 1824 e a crise do Primeiro reinado. Período Regencial: disputas entre os grupos políticos e as revoltas regenciais. Segundo Reinado: a ascensão da cafeicultura, o início da industrialização no Brasil, a modernização dos transportes, a mão de obra, a Revolução

Praieira (Pernambuco, 1848-1850), política externa, Questão Christie (1863), intervenções brasileiras na região do rio da Prata, a Guerra do Paraguai (1864-1870). Emancipação política do Estado do Paraná (PARANÁ, 2019, p. 43).

O que delimita a atenção específica para esse objetivo reside na análise da relação entre o movimento de independência política do Brasil, o período do Segundo Reinado e, por conseguinte, a emancipação política do Estado do Paraná em relação ao Estado de São Paulo. No entanto, é fundamental ressaltar que o desenvolvimento econômico do Estado, impulsionado pela produção de erva-mate, desempenhou um papel crucial na condução de mudanças políticas. Assim, esse objetivo específico está intrinsecamente relacionado ao objetivo anterior que aborda a temática regional.

Para se compreender a emancipação política do Estado, deve-se atentar para seus antecedentes, sendo que, enquanto comarca de São Paulo,

não havia uma estrutura competente para as exigências administrativas da região. A segurança era péssima, não havia escolas, nem professores suficientes para a população. A justiça era mal aplicada e lenta. Os serviços públicos eram precários. Verbas eram desviadas e, além disso, a Comarca sofria com pesados tributos pagos tanto para o Império, quanto para a província de São Paulo. Essa conjuntura gerava grande insatisfação (PRIORI, 2012, p. 16).

A conquista da autonomia política do Paraná foi um processo marcado por desafios. No entanto, as transformações econômicas do século XIX, incluindo a produção de erva-mate, desempenharam um papel crucial na busca pela emancipação. Mesmo diante do interesse do Império em 1850, devido às preocupações com possíveis invasões de países vizinhos, o projeto de emancipação só foi aprovado em 1853. Ao analisar a presença desse objetivo específico no CREP, percebe-se sua relação com o objetivo que aborda os movimentos contestatórios contra um poder centralizado. Isso ressalta a conexão fundamental entre o ensino da História Regional e a compreensão da História Total, sem que seja inserido de forma deslocada entre os conteúdos temáticos preestabelecidos. Assim, esse aspecto histórico contribui para a formação de um indivíduo que compreende as interações não apenas entre passado e presente, mas também entre sua identidade regional e a nacional.

Entretanto, é necessário destacar que em um dos conteúdos elencados para esse objetivo e para os demais que os compartilham, se faz notória a presença do

“início da industrialização no Brasil, a modernização dos transportes, a mão de obra” (PARANÁ, 2019, p. 43), somente após retratar o início da industrialização no Paraná. O que delimita uma ação reversa no contexto de ensino, sendo que 16 objetivos separam o primeiro objetivo sobre a temática paranaense para a série do 8º ano do segundo aqui elencado.

A abordagem da História Econômica da Erva-Mate no Ensino Médio é bastante limitada, recebendo apenas uma breve menção em uma aula do 2º ano, inserida na unidade temática 03 - Estrutura Política e Formação das Nações e os Nacionalismos. Essa referência está relacionada à habilidade EM13CHS201, que trata do Segundo Reinado no Brasil, especificamente no que diz respeito à economia desse período. Nesse contexto, o destaque é dado ao café, enquanto a erva-mate é mencionada apenas como uma das fontes econômicas do estado, sem que sua importância para o cenário nacional seja discutida.

Tabela 4 - Objetivos específicos para o 2º ano do EM sobre a erva-mate

UNIDADE TEMÁTICA 03		
ESTRUTURA POLÍTICA E FORMAÇÃO DAS NAÇÕES E DOS NACIONALISMOS		
Habilidades da Área do Conhecimento	Objetos de Conhecimento	Sugestões de Conteúdos
(EM13CHS201) Analisar e caracterizar as dinâmicas das populações, das mercadorias e do capital nos diversos continentes, com destaque para a mobilidade e a fixação de pessoas, grupos humanos e povos, em função de eventos naturais, políticos, econômicos, sociais e culturais.	A formação do Brasil.	Brasil Colônia. Primeiro Reinado. Segundo Reinado.

Essa abordagem superficial da História Econômica da Erva-Mate reflete uma lacuna no currículo escolar, pois negligência um aspecto significativo da história econômica do país, especialmente no que se refere à região Sul, onde a produção de erva-mate desempenhou um papel crucial ao lado do café no desenvolvimento econômico. Ao não explorar adequadamente a relevância nacional da erva-mate, os

estudantes são privados de uma compreensão mais ampla e contextualizada da economia brasileira ao longo do tempo.

Consequentemente, isso pode limitar a capacidade dos alunos de compreender as complexidades das dinâmicas econômicas regionais e nacionais, além de comprometer sua capacidade de realizar análises críticas e contextualizadas sobre o desenvolvimento histórico do país. Portanto, é essencial que o currículo escolar inclua uma abordagem mais abrangente da História Econômica da Erva-Mate, que reconheça sua importância não apenas no âmbito regional, mas também no contexto nacional, proporcionando assim uma educação histórica mais completa e enriquecedora.

Para preencher essa lacuna, a SEED, alinhada à nova BNCC, desenvolveu a Trilha de Aprendizagem de História Econômica do Paraná, incluída no Itinerário Formativo de Linguagens e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Essa trilha é destinada aos alunos do 3º ano do Ensino Médio, com o propósito de

aprofundar os conhecimentos do estudante acerca da história econômica do Paraná, a partir dos ciclos econômicos desenvolvidos pelos sujeitos sociais ao longo dos tempos. Compreendendo que os processos econômicos são produto e construção dos indivíduos, busca-se contemplar as diversidades sociais e culturais, problematizando os caminhos percorridos pelos agentes históricos em diferentes momentos, bem como suas origens e ações, que tanto contribuíram para a formação do estado, para sua identidade, seu crescimento e desenvolvimento. Conhecendo esse capítulo da história do Paraná, o estudante poderá perceber-se como resultado deste processo, ao mesmo tempo em que se reconhecerá, também, como agente histórico consciente e transformador. Ou seja, conhecer e reconhecer o processo de ocupação das terras paranaenses, efetivado por variados grupos, de diferentes culturas e origens, permite desenvolver o sentimento de pertencimento e de integrante da construção e da condução do Paraná para o futuro. (PARANÁ,2024, p. 385)

Essa trilha de aprendizagem foi organizada em uma seção temática por trimestre: 1 Origens Econômicas do Paraná, 2 A Construção do Agronegócio Paranaense e 3 Indústria e Inovação. A história econômica da erva-mate está contemplada na seção 1 que pretende abordar as origens das atividades econômicas no Paraná, os ciclos econômicos e suas relações com a fundação das cidades, com o trabalho e com a formação das primeiras indústrias.

A trilha de aprendizagem delineada em seções temáticas por trimestre oferece uma estrutura coerente para explorar a história econômica do Paraná. Ao dividir o conteúdo em três segmentos distintos, os organizadores possibilitam uma

análise mais aprofundada e focada em cada aspecto crucial do desenvolvimento econômico da região.

Na primeira seção, intitulada "Origens Econômicas do Paraná", a inclusão da história econômica da erva-mate é uma escolha inteligente. A erva-mate desempenhou um papel significativo nas origens das atividades econômicas na região, representando não apenas um produto de exportação vital, mas também um elemento cultural intrínseco à identidade paranaense. Ao explorar os ciclos econômicos e sua interação com a fundação das cidades, o trabalho e o surgimento das primeiras indústrias, os participantes têm a oportunidade de compreender a complexidade e a interconexão dos diferentes aspectos do desenvolvimento econômico regional. No entanto, a análise crítica pode questionar se a trilha de aprendizagem aborda adequadamente a diversidade econômica do Paraná. Embora a erva-mate seja indiscutivelmente um componente vital da economia e história da região, pode haver outras indústrias ou setores igualmente importantes que merecem atenção. Por exemplo, a exploração da diversificação econômica além da agricultura, como a indústria de serviços, tecnologia ou turismo, poderia enriquecer ainda mais a compreensão dos participantes sobre a economia paranaense contemporânea.

A abordagem de História Econômica da Erva-Mate nesta trilha de aprendizagem é bastante limitada, ocupando apenas três aulas no primeiro trimestre. Estas são: Aula 15 - "A Erva-Mate e sua Importância Histórico-Cultural", com o propósito de conhecer as origens e os processos de produção da erva-mate no Paraná; Aula 16 - "O Início do Ciclo da Erva-Mate", com o intuito de conhecer as origens da exploração da erva-mate na região e as mudanças estruturais resultantes de seu ciclo econômico; e Aula 17 - "O Mate e seu Papel na Modernização do Estado", que visa conhecer as indústrias de produção de erva-mate no Paraná. No entanto, a cobertura desses temas é superficial, deixando de explorar aspectos mais profundos e conexões mais amplas com o desenvolvimento econômico e cultural da região.

Todas as aulas seguem os seguintes objetivos de aprendizagem de acordo com a BNCC e o Referencial Curricular do Paraná, apresentados na tabela abaixo

Tabela 5 - Objetivos de Aprendizagem da Trilha de História Econômica do Paraná

EIXO ESTRUTURANTE: INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA		
<p>(EMIFCG01) Identificar, selecionar, processar e analisar dados, fatos e evidências com curiosidade, atenção, criticidade e ética, inclusive utilizando o apoio de tecnologias digitais.</p>		
<p>HABILIDADE DA ÁREA</p>		
<p>(EMIFCHSA03) Selecionar e sistematizar, com base em estudos e/ou pesquisas (bibliográfica, exploratória, de campo, experimental etc.) em fontes confiáveis, informações sobre temas e processos de natureza histórica, social, econômica, filosófica, política e/ou cultural, em âmbito local, regional, nacional e/ou global, identificando os diversos pontos de vista e posicionando-se mediante argumentação, com o cuidado de citar as fontes dos recursos utilizados na pesquisa e buscando apresentar conclusões com o uso de diferentes mídias.</p>		
Objetivos de aprendizagem	Objetos do Conhecimento	Sugestões de Conteúdos
<p>Conhecer e compreender a formação da estrutura econômica do Paraná, os mecanismos de ocupação e povoamento do território, observando as dinâmicas sociais e culturais das regiões e os desenvolvimentos decorrentes deste processo, para ampliar o conhecimento sobre o desenvolvimento das estruturas produtivas do Paraná.</p> <p>Analisar e explicar o papel das atividades econômicas e relações de trabalho no processo de construção das diferentes identidades individuais, coletivas, locais e regionais no estado do Paraná, para entender a formação</p>	<p>As primeiras atividades econômicas do Paraná.</p> <p>Processo de ocupação do território.</p>	<p>Atividades econômicas no Paraná.</p> <p>Ciclo do Ouro e Tropeirismo.</p> <p>A formação e fundação dos primeiros núcleos de povoamento do estado do Paraná.</p> <p>Caminho do Peabiru.</p>

das identidades individuais e coletivas dentro do estado.		
---	--	--

Fonte: PARANÁ, 2023, p 386.

No entanto, uma análise crítica pode questionar se a trilha de aprendizagem aborda adequadamente a diversidade econômica do Paraná. Embora a erva-mate seja indiscutivelmente um componente vital da economia e história da região, pode haver outras indústrias ou setores igualmente importantes que merecem atenção. Por exemplo, a exploração da diversificação econômica além da agricultura, como a indústria de serviços, tecnologia ou turismo, poderia enriquecer ainda mais a compreensão dos participantes sobre a economia paranaense contemporânea.

Além disso, podemos concluir que a trilha de aprendizagem pode ser um momento crucial para consolidar as lições aprendidas e estabelecer conexões significativas entre as diferentes seções. Uma conclusão eficaz não só recapitula os principais pontos abordados, mas também sintetiza as inter-relações entre as origens econômicas, o desenvolvimento agrícola e industrial e a inovação na região. Isso permite que os estudantes não apenas compreendam a história econômica do Paraná de forma isolada, mas também reconheçam sua relevância contínua e suas implicações para o futuro.

A trilha de aprendizagem poderia oferecer uma estrutura sólida para explorar a história econômica do Paraná, destacando aspectos-chave e proporcionando uma oportunidade valiosa para análise crítica e reflexão, no entanto, o objetivo de aprendizagem de cada aula é somente “conhecer”, deixando de conduzir o aluno ao desenvolvimento de uma consciência histórica mais elaborada, como “interpretar”, “questionar” ou “criticar”, de acordo com Maria Auxiliadora Schmidt (2021) o aprendizado histórico não pode ser somente um processo de aquisição da história como fatos e objetivos o conhecimento histórico deve ser um componente que atua como regras nos arranjos mentais de um sujeito (SCHMIDT, 2021, p. 9). Ao equilibrar a profundidade histórica com uma perspectiva contemporânea, os professores e estudantes podem promover uma compreensão mais abrangente e inclusiva do desenvolvimento econômico regional.

para que aconteça a aprendizagem histórica da produção de sentido histórico a partir do processamento da experiência temporal, torna-se necessário interrelacionar o trabalho com a categorias do pensamento histórico e a formação da consciência histórica, no que diz respeito à

questões como incluir a dimensão da interpretação, ou seja, o que se aprende tem que fazer um sentido para o aprendiz. (SCHMIDT, 2021, p. 13)

No entanto, podemos perceber que persiste uma difícil dinâmica na relação entre a concepção de aprendizagem na trilha e o método de ensino que pode ser utilizado pelos professores em sala de aula. É fundamental para a efetivação de um ensino relativo e adequado à forma pela qual professores e alunos realizam, no decorrer do processo ensino e aprendizagem, a apropriação do método e da produção do conhecimento histórico, tendo em vista a reconstrução do passado a partir da vida prática no presente. Essa é uma preocupação evidenciada em autores como Peter Lee, Peter Seixas e Jörn Rüsen, que contribuem muito para a elaboração de uma matriz da Didática da História, referenciada na matriz disciplinar da História. Destacando e valorizando a necessária contribuição das experiências e produções de professores e professoras de História, no incessante trabalho que realizam e no constante diálogo que realizam entre a teoria e a prática, mesmo enfrentando condições precárias do trabalho docente no Paraná e no Brasil.

5.3 PRODUTO: TEXTO DISSERTATIVO SOBRE A HISTÓRIA ECONÔMICA DA ERVA-MATE.

A contribuição do professor historiador na elaboração de materiais didático-pedagógicos torna-se de fundamental importância para as abordagens com novos conceitos historiográficos em sala de aula que possibilitem, aos estudantes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, desenvolver uma nova consciência teórica, crítica e prática (RÜSEN,2007). A História Econômica da Erva-Mate representa não apenas um capítulo na trajetória econômica do Paraná, mas sim um testemunho vivo da resiliência, da criatividade e do trabalho árduo de inúmeros sujeitos que contribuíram para seu desenvolvimento. Ao valorizar esse ciclo econômico, é essencial reconhecer não apenas a planta em si, mas também todas as pessoas envolvidas em sua produção, desde os agricultores que cultivavam e colhiam a erva-

mate até os trabalhadores das indústrias que a processavam. Sem esquecer dos caboclos e posseiros silenciados na historiografia oficial do Paraná.

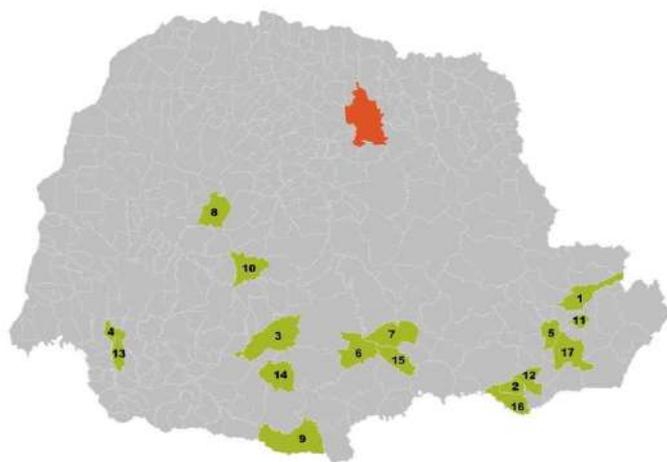
A valorização verdadeira desse ciclo econômico vai além dos números de produção e exportação. Ela reside na compreensão das histórias individuais e coletivas que compõem esse panorama econômico. São histórias de imigrantes que trouxeram consigo técnicas e conhecimentos ancestrais sobre o cultivo da erva-mate, de trabalhadores rurais que enfrentaram desafios climáticos, geográficos, políticos e sociais para plantar e colher, e sobreviver da erva-mate, e de empresários visionários que investiram em tecnologia e inovação para impulsionar a indústria mateira.

Além disso, a valorização plena desse ciclo econômico requer o reconhecimento das transformações sociais, culturais e ambientais que ele trouxe consigo. A expansão da produção de erva-mate influenciou não apenas a economia, mas também a demografia e a paisagem rural do Paraná. Novas cidades surgiram ao redor das plantações e fábricas, comunidades se formaram em torno do trabalho na indústria mateira, e tradições e identidades foram moldadas pela presença dessa cultura econômica. Como podemos observar no mapa abaixo os municípios do Paraná que carregam em seus brasões de armas ou bandeira a erva-mate como símbolo.

Figura 8 - Municípios que tem a erva-mate como símbolo nos brasões e bandeiras

Paraná – Municípios

- 1 – Bocaiuva do Sul
- 2 – Campo Tenente
- 3 – Cândói
- 4 – Capitão Leônidas Marques
- 5 – Curitiba
- 6 – Inácio Martins
- 7 – Irati
- 8 – Mamborê
- 9 – Palmas
- 10 – Palmital
- 11 – Quatro Barras
- 12 – Quitandinha
- 13 – Realeza
- 14 – Reserva do Iguaçu
- 15 – Rio Azul
- 16 – Rio Negro
- 17 – São José do Pinhais



Fonte: do autor

Portanto, um texto dissertativo que verdadeiramente valorize a História Econômica da Erva-Mate deve ir além de uma mera narrativa de fatos e números. Ele deve destacar o papel central das pessoas nesse processo, reconhecendo suas contribuições e suas lutas. Deve também contextualizar o ciclo econômico da erva-mate dentro de um quadro mais amplo de transformações sociais e culturais. Somente assim podemos compreender plenamente o significado e o legado desse importante capítulo na história do Paraná.

A História Econômica da Erva-Mate no Brasil

A erva-mate (*Ilex paraguariensis*), uma planta endêmica, cresce naturalmente no bioma da Mata Atlântica, encontrando-se principalmente nos estados de Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul. Também é encontrada em áreas de maior altitude em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Além disso, a espécie está presente na província de Misiones, na Argentina, e no leste do Paraguai, cobrindo uma extensão de 540 mil quilômetros quadrados, dos quais 450 mil estão localizados no Brasil.

Mencionar a erva-mate é discorrer sobre um alimento que, como sabemos, tem raízes profundas na história paranaense. O início da exploração econômica da erva-mate remonta ao período colonial brasileiro, mas seria a partir do século XIX, que a erva-mate se tornaria o oitavo principal produto de exportação do Brasil, chegando a representar 3,7% do valor das exportações nacionais em 1803, e no século XX teria uma participação ainda mais significativa no total das exportações brasileiras. Em nível regional, sua produção foi muito importante para a formação de quatro estados brasileiros: Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso.

Por um extenso período, a economia do estado do Paraná sustentou-se em sua produção, comércio e consumo, sendo o significativo impacto econômico da erva-mate um fator crucial na formação da identidade paranaense. Tanto que um ramo de erva-mate faz parte integrante da própria bandeira e do brasão de armas do estado. Outros 17 municípios também como símbolo no seu brasão de arma e na bandeira o ramo de erva-mate: Bocaiúva do Sul, Candói, Campo Tenente, Capitão Leonidas Marques, a capital Curitiba, Inácio Martins, Irati, Mamborê, Palmital, Palmas, Quatro Barras, Quitandinha, Realeza, Reserva do Iguaçu, Rio Azul, Rio Negro, São José do

Pinhais e a capital da erva-mate São Mateus do Sul.

A história do Paraná abarca a formação de três distintas comunidades regionais ao longo dos séculos. A primeira, conhecida como Paraná tradicional, teve seu embrião no século XVII durante a busca pelo ouro, consolidando-se no século XVIII com base na pecuária extensiva dos Campos Gerais e posteriormente nas atividades extrativas e no comércio exportador de erva-mate e madeira no século XIX. A segunda, surgida no século XX, é representada pela região Norte, caracterizada pela agricultura tropical do café, inicialmente mais conectada a São Paulo. Por fim, a terceira comunidade, no Sudoeste e Oeste, emergiu após meados do século XX, marcada pela criação de suínos e cultivo de cereais, inicialmente mais ligada ao Rio Grande do Sul.

Diversos historiadores, como Ruy Wachowicz, seguiram essa linha interpretativa, destacando a identidade paranaense fragmentada em decorrência do processo de colonização do estado. Ele desenvolveu o conceito de "Três Paranás", delineando as diferentes áreas histórico-culturais que se formaram ao longo do tempo. A primeira corresponde ao Paraná Tradicional, iniciando-se no século XVII com a descoberta do ouro. A segunda é representada pelo norte paranaense. Já a terceira área histórico-cultural surgiu após meados do século XX com o movimento migratório sulista, ocupando grande parte do Sudoeste e parte do Oeste paranaense.

No Paraná, onde também houve uma sucessão de ciclos econômicos - o da caça ao índio, o ouro, o pastoril, o tropeirismo, o da madeira, do café, e, hoje, o da soja e do trigo - o da erva-mate foi o mais iminente. Cronologicamente, o mate apareceu antes de todos os outros ciclos econômicos, existiu inicialmente na antiga Província do Guairá, conviveu e coexistiu com os demais ciclos econômicos durante longo período, quando se tornou a atividade econômica predominante, mas não exclusiva.

Os povos indígenas que habitavam a região já utilizavam a erva-mate em suas práticas cotidianas, fazendo infusões com as folhas da planta para consumo próprio. No entanto, foi apenas com a expansão das atividades coloniais para o interior do continente que os europeus começaram a ter contato mais direto com a erva-mate e a perceber suas propriedades estimulantes. No século XVII, os colonizadores espanhóis e portugueses começaram a explorar as vastas florestas do Paraná em busca de recursos naturais, e logo descobriram as propriedades estimulantes da erva-mate e

viram nela uma oportunidade comercial. Mas foram os jesuítas, que no início combateram o uso da erva-mate, se tornaram seus melhores propagadores, procurando melhorar o seu preparo e até promover seu cultivo.

Durante o período das missões jesuíticas (1610-1768), uma grande extensão do território onde a erva-mate era originalmente encontrada foi ocupada. Os jesuítas conseguiram obter um monopólio para a exploração da erva-mate junto às autoridades espanholas, mantendo esse controle até 1768. Nesse ano, foram forçados a deixar a América do Sul, o que resultou no fim desse monopólio e na abertura do mercado da erva-mate para outras iniciativas comerciais.

Com suas incursões a Guairá (1628-1632) para expulsar os espanhóis, os portugueses tiveram contato com o mate. Ao ser levada para São Paulo, a prática de consumi-la rapidamente se disseminou entre as classes mais simples da população. Com o aumento da demanda pelo produto, descobriu-se que o povo indígena Kaingang, que habitavam o planalto curitibano, já conheciam a erva-mate, a qual chamavam de congoin. Assim, a planta, anteriormente chamada de mate pelos espanhóis, passou a ser referida pelos portugueses de São Paulo como congonha, e conseqüentemente pelos brasileiros.

Devido à sua origem nativa, o consumo do mate estabeleceu fronteiras geográficas distintas e, de certa forma, atuou no passado, assim como ainda hoje, como um elo cultural entre os povos dos diferentes países da região sul. Além disso, serviu como um ponto de conexão entre os habitantes de regiões diversas dentro de um mesmo país, como é o caso dos estados do sul do Brasil.

O tropeirismo já havia introduzido uma dinâmica comercial que diferenciava os proprietários de terras da região sul do Brasil do restante do país, mas essa atividade ainda se baseava principalmente no uso de mão de obra escrava. O mesmo padrão inicialmente se observou na economia ervateira. No entanto, a produção de erva-mate exigia um processo de transformação semi-industrial, que posteriormente evoluiu para uma atividade verdadeiramente industrializada. Essa mudança nas forças produtivas, impulsionada pelos estímulos do comércio exterior acabou por romper com a estrutura escravagista, dando origem ao surgimento do capitalismo na região.

O mate estimulou o desenvolvimento de uma nova classe social: a burguesia do mate, isso de acordo com as palavras de Francisco Magalhães Filho, citado por

Samuel Guimarães da Costa (1989, p.66). Foi nos anos finais do século XIX que essa nova classe social vivenciou uma época de esplendor econômico, os filhos dessa burguesia enriquecida com o negócio do mate viajavam frequentemente para fora do país, mas não necessariamente para Paris ou Londres, ele ia para Buenos Aires e Montevideú, as duas capitais sul-americanas de mais forte influência européia, inclusive pelo aspecto conservador e ilustrado dessas capitais, geralmente sempre atualizadas com a mais finas cidades da Europa.

A ascensão da economia da erva-mate ocorreu ao lado da grande imigração estrangeira de europeus no final do século XIX e serviu para acentuar notáveis singularidades na paisagem física, social e política do sul do Brasil, que era visto como um Brasil diferente daquele colonial e tropicalista que ainda guardava pronunciados traços afro-luso-brasileiros. Com a chegada de imigrantes europeus, principalmente italianos, alemães e poloneses, a cultura da erva-mate se expandiu significativamente. Esses imigrantes trouxeram consigo técnicas de cultivo e processamento, contribuindo para o desenvolvimento da indústria ervateira na região. A erva-mate tornou-se rapidamente uma importante fonte de renda para os agricultores paranaenses, e muitas cidades e vilarejos ao redor do estado surgiram em torno da produção e comercialização da erva. As serrarias para o processamento da erva-mate tornaram-se comuns, e a economia do Paraná passou a depender significativamente dessa atividade.

Em torno do mate se insere a história paranaense relativa ao século XIX. Desde os tempos da Comarca, mas principalmente após a emancipação política, a burguesia ervateira deteve os poderes e definiu um modelo de sociedade local (SANTOS, 1995). A economia ervateira não logrou colocar a sociedade produtora e exportadora deste produto extrativo em pé de igualdade com outras economias que então se registravam no país, porém conseguiu retirar a então 5ª Comarca de São Paulo do marasmo em que ainda se encontrava. Conseguiu criar condições para que os curitibanos almejassem recuperar o autogoverno regional, perdido por Paranaguá em 1710 (WACHOWICZ, 1983).

Outra conquista dos paranaenses ligada ao ciclo da erva-mate foi a fundação da Universidade Federal do Paraná. Na introdução do livro *A Universidade do Mate*, Wachowicz (1983) se refere a criação de universidades no Amazonas, em São Paulo e no Paraná, e constata que se ligarmos o surgimento destas instituições à economia

predominante nessas regiões, constataremos que a de Manaus foi fruto do ciclo da borracha, a de São Paulo do café e a do Paraná à da erva-mate.

O ciclo econômico da erva-mate esteve entrelaçado com eventos históricos significativos que ocorreram na região sul do Brasil, como a Guerra do Paraguai (1864-1870) e a Guerra do Contestado (1912-1914). Durante os anos da Guerra do Paraguai, as comunicações pelo rio Paraná em direção ao rio Prata foram interrompidas, o que impulsionou a produção e a exportação de erva-mate através do porto de Paranaguá. Esse conflito abriu o mercado argentino para a erva-mate produzida no estado do Paraná e em regiões do sul do estado do Mato Grosso. Foi um período dourado para a economia ervateira nessas regiões, bem como para o estado de Santa Catarina, marcando o auge de suas exportações para a região do Prata: Argentina, Uruguai e, posteriormente, Chile.

Enquanto isso, a produção do Rio Grande do Sul sempre foi inteiramente consumida internamente, a ponto de precisar adquirir parte da produção de Santa Catarina e Paraná para atender às suas necessidades locais. O estado do Paraná foi se tornando cada vez mais um grande produtor, industrial e exportador brasileiro de mate, rivalizando em números com a produção, indústria e comércio do Rio Grande do Sul, tendo ultrapassado enfim esse estado – exceto no consumo interno – especialmente após a Guerra do Paraguai.

Após o término da Guerra do Paraguai, deram-se início aos primeiros trabalhos para demarcar as fronteiras que haviam se tornado vulneráveis devido ao conflito entre Brasil e Paraguai. Uma comissão de limites foi enviada para percorrer o território situado entre o rio Apa, atualmente no estado do Mato Grosso do Sul, e o Salto do Sete Quedas, em Guaíra, Paraná. A faixa de fronteira entre Brasil e Paraguai abrigava uma rica reserva do produto, o que se tornou um elemento adicional na disputa das fronteiras (DORATIOTO, 2002, p. 39). Brasileiros que haviam participado da comissão de fixação das linhas de limite foram contemplados com grandes extensões de ervais, entre os quais Thomaz Laranjeira que depois se associaria a Miguel Mate e aos capitais argentinos com o apoio do governo federal constituindo na empresa Laranjeira Mendes & Cia, em seguida, Mate Laranjeira & Cia, que fizeram vultosos investimentos na região sul do Mato Grosso e no extremo oeste paranaense, como a construção de estrada de ferro.

As concessões, como as da Companhia Mate Laranjeira, tiveram um impacto direto sobre os povos indígenas Kaiowá e Guarani da região. Com a chegada das frentes de colonização, esses povos foram confinados, em um processo marcado pelo desrespeito aos dispositivos legais e por violências físicas e culturais. Os indígenas foram ocultados do trabalho dos ervais, a história vista de cima fechou olhos para a violência e os deslocamentos forçados que as comunidades indígenas passaram no decorrer de sua história. Nos últimos anos, segundo as historiadoras Eva Maria Luis Ferreira e Mariana Silva Falcão, os povos indígenas da região têm buscado recuperar parte das terras que lhes foram expropriadas ao longo de sua história, mas encontram obstáculos, como títulos de propriedade concedidos pelo Governo durante a era da empresa ervateira. Esses títulos começaram a ser distribuídos para as frentes de colonização, enquanto o restante das terras, consideradas devolutas, foram destinadas para esse fim (FERREIRA e FALCÃO, 2013, p. 106).

Essa oposição entre os investidores da indústria da erva-mate e os povos indígenas reflete um conflito ideológico, uma batalha entre a narrativa dos vencedores e a dos derrotados. Enquanto a historiografia tradicional enfatiza as conquistas dos vencedores, com o intuito de promover a ideia de que a região em disputa só trouxe prosperidade para aqueles que nela investiram, estudos mais recentes, frequentemente influenciados pelo materialismo histórico-dialético, revelam as consequências negativas do progresso, como o desmatamento e a exploração do trabalho.

Não nos posicionamos a favor e nem contra os investidores e/ou povos indígenas, porque, como já dizia Hobsbawm (1998), uma história das minorias não pode ser uma boa história. Procuramos evidenciar as contribuições dos industriais do mate de modo geral, ao estudar a ação das companhias colonizadoras que efetivaram a ocupação capitalista da região e conceberam um discurso para legitimá-la; bem como o cotidiano dos grupos de povos originários, pequenos produtores e trabalhadores rurais, que lutaram para cultivar e/ou conquistar sua terra.

A Guerra do Contestado é frequentemente simplificada como um confronto territorial entre os estados do Paraná e Santa Catarina, mas vai muito além disso. Este conflito, que envolveu cerca de 20 mil pessoas, foi impulsionado por questões complexas relacionadas à posse da terra, marginalização da população pobre e exploração do trabalho, especialmente devido à industrialização da erva-mate. Os

caboclos, habitantes da região, se rebelaram contra os governos estaduais, que favoreciam a concentração de terras nas mãos dos grandes latifundiários. Além disso, a revolta também se dirigiu ao governo federal, que concedeu uma vasta extensão de terras à empresa norte-americana Brazil Railway Company, responsável pela construção do trecho da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, conectando o sul ao sudeste do Brasil. Portanto, a Guerra do Contestado foi muito mais do que um simples conflito territorial entre estados; foi uma luta camponesa pela posse da terra e uma das maiores revoltas sociais da história do Brasil, marcada pela resistência dos caboclos contra a injustiça e a exploração.

Durante esse período, a exploração da erva-mate emergiu como um recurso crucial para a reivindicação de terras pelos caboclos, levando a um aumento nos conflitos e nas decisões tomadas. Na região do Contestado, uma diversidade de grupos se aglomerou, incluindo ex-escravos, negros libertos, fugitivos da justiça, ex-agregados, peões e fazendeiros, todos em busca de novas terras. Eles partiram principalmente das áreas situadas a leste, nos campos de Lages, Curitiba e Campos Novos, enquanto outros grupos partiram do noroeste e oeste, dos campos de Guarapuava e Palmas no Paraná (MACHADO, 2004).

A extração comercial da erva-mate já era significativa no final do século XIX, atraindo não apenas residentes de origem brasileira, mas também famílias vindas da Argentina e do Paraguai (CORRÊA, 1970). Ao encontrar áreas onde a erva-mate abundava, essas famílias se instalavam e iniciavam a produção, seguindo o antigo modelo indígena até meados do século XX, que era extremamente trabalhoso e geralmente realizado durante os meses de inverno.

O trabalho nos ervais era inteiramente sustentado pela força familiar. Essa prática de extração da erva-mate era mais comum em pequenas propriedades ou posses isoladas dentro da floresta. Em muitos casos, o acesso e o uso dos ervais nativos eram compartilhados. Os habitantes locais também podiam ser contratados ou trabalhar como tarefeiros para várias empresas ervateiras.

A exploração da erva-mate na região, realizada tanto por sítiantes independentes, caboclos quanto por companhias ervateiras, foi um dos principais impulsionadores do assentamento mais efetivo da população na área, especialmente nas proximidades da fronteira com a Argentina, que era o principal mercado

consumidor na época. A erva-mate tornou-se até mesmo uma moeda corrente entre a população cabocla que permanecia como sítiantes independentes, cuja produção era vendida às companhias ervateiras. Essa troca baseava-se em gêneros alimentícios e outros produtos de consumo que não eram produzidos em suas terras, como tecidos, sal, açúcar, café, pólvora e outros itens essenciais.

Os acontecimentos relacionados ao Contestado tiveram um impacto significativo na produção e circulação da erva-mate. As vastas reservas de ervais em Santa Catarina estavam localizadas ao longo da fronteira com o Paraná. Desde sua separação de São Paulo em 1853, o Paraná argumentava que a região que hoje compreende o planalto norte catarinense era de sua propriedade e fez esforços para legitimar essa reivindicação. Contudo, em 1916, o estado de Santa Catarina foi reconhecido nacionalmente como o legítimo detentor dessas terras.

As questões sobre os limites territoriais e qual lado estava correto na demarcação, bem como quem saiu mais prejudicado no final, têm sido objeto de intensos debates. No entanto, é inegável que Santa Catarina saiu vitoriosa, obtendo cerca de 28.000 km² da área disputada, e assim "tirando" do Paraná uma extensa região de ervais nativos, provavelmente afetando uma parte significativa de seu comércio de erva-mate. Tanto Paraná quanto Santa Catarina estavam profundamente envolvidos no que diz respeito à produção de erva-mate na região contestada.

A promulgação da Lei de Terras em 1850 trouxe uma alteração significativa na concepção de propriedade de terras no Brasil. As terras devolutas passaram a ser valorizadas da mesma forma que as terras privadas, tornando o acesso à terra mais difícil tanto para os brasileiros de baixa renda quanto para os imigrantes que chegavam ao país desde a segunda década do século XIX. Isso os obrigava a se tornarem trabalhadores assalariados, já que, conforme afirmado por Saboya (1995), "a disponibilidade de terras e o trabalho livre são, em tese, incompatíveis". Embora a Lei não tenha alcançado sucesso em seus principais objetivos, como a demarcação das terras devolutas e particulares, a transformação da terra em mercadoria teve efeitos profundos no processo de ocupação territorial do Brasil, especialmente a partir da Primeira República.

As populações indígenas foram completamente excluídas desta política de desenvolvimento e pela Lei de Terras, uma situação que também se aplicava às

famílias caboclas que habitavam as florestas onde os ervais eram abundantes. Conforme a erva-mate passava por um processo mais intenso de mercantilização, as terras onde essas atividades eram realizadas tornavam-se alvos de apropriação privada. Isso exacerbou a situação do caboclo, que vivia como sítiantes independentes, pois eles se viam obrigados a aceitar as novas condições de trabalho impostas ou buscar novas terras para manter seu modo de vida tradicional.

O Estado concedia aos chefes locais, fazendeiros e seus protegidos, que se autodenominavam como coronéis, as terras devolutas ricas em ervais. Nesse processo, eram comuns as expulsões violentas dos posseiros que anteriormente extraíam a erva-mate de suas posses ou exploravam ervais devolutos em conjunto. As terras que não eram alvo de apropriação eram arrendadas pelo Estado aos coronéis, os quais impediam os moradores locais de coletar a erva-mate nessas terras (QUEIROZ, 1981). Nesse contexto, ocorreu a chegada da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, cuja concessão foi concedida em 1888, e a inauguração da Linha Sul no trecho do Contestado em 1910. Um destaque importante nessa história é a figura de Percival Farquhar, o empresário estadunidense que fundou a Brazil Railway Company (BRC) na região, junto com sua subsidiária, a Southern Brazil Lumber and Colonization Company, mais conhecida como Lumber. A BRC recebeu a concessão para construir a Linha Sul da São Paulo-Rio Grande e para colonizar a região, obtendo o direito de utilizar as terras ao redor dos trilhos - 15 km de cada lado. O início das atividades da BRC e a ação da Lumber como madeireira e colonizadora alguns anos antes da decisão final da questão de limites entre o Paraná e Santa Catarina, inevitavelmente provocou atritos com os caboclos, posseiros da região. Esses conflitos se multiplicaram e se somaram a outras questões mal resolvidas, culminando na chamada Guerra do Contestado, que durou de 1912 a 1916.

A exploração em larga escala da madeira causava sérios danos aos ervais, pois o uso de grandes guindastes para arrastar toras de pinheiros e imbuías em direção às serrarias destruía as árvores de erva-mate encontradas no caminho (Auras, 2001). Nos anos seguintes ao conflito, no entanto, a marginalização da população cabocla se agravou com a expansão da colonização e da exploração madeireira, dificultando ainda mais o acesso e a extração da erva-mate pelos caboclos na região do Contestado. Essa guerra foi tanto resultado da ocupação de terras pela Lumber e da colonização quanto da exploração comercial dos espaços, especialmente na

extração de madeira e erva-mate. Esses espaços eram ocupados por fazendeiros e uma variedade de posseiros. Estes últimos, desprovidos de posse legal das terras, eram considerados intrusos pelo Governo Federal. Além disso, a postura hostil de muitos coronéis locais e grileiros de terras em relação aos caboclos também contribuiu para a situação.

Na guerra que eclodiu a partir de 1912, houve numerosos confrontos, com várias vitórias dos revoltosos nos estágios iniciais, mas com vitórias decisivas do exército brasileiro, especialmente a partir de 1914. Como resultado, os caboclos foram massacrados, totalizando mais de 10 mil mortes. Além disso, houve interrupções significativas nas atividades de circulação de mercadorias e pessoas na região, incluindo a destruição de trilhos e estações, inclusive no trecho que conduzia a São Francisco do Sul, uma cidade portuária importante para a exportação de erva-mate. No entanto, apesar das incertezas que assombravam as mentes das pessoas e dos governos dos estados envolvidos, pode-se dizer que a região estava passando por um certo desenvolvimento.

A construção da ferrovia e tudo o que veio com ela contribuíram para transformar os espaços e as paisagens. Além disso, com a resolução dos conflitos e a assinatura do acordo em 1916, a região experimentou uma maior capitalização, impulsionando o crescimento da produção agrícola e, no caso específico da produção de erva-mate, sua manutenção e até mesmo expansão. No entanto, a partir desse ponto, a produção de erva-mate passou a ser controlada em grande medida pelos imigrantes europeus, que passaram a utilizar os caboclos como mão de obra.

À medida que a economia agrícola mercantil se expandia, também surgiam cooperativas e as comunidades se desenvolviam de maneira significativa, evoluindo de vilarejos para cidades em pouco tempo. No contexto desse desenvolvimento, a questão dos limites foi concluída no mesmo ano em que os conflitos terminaram em 1916, resultando na criação ou transformação de vilarejos em cidades nas fronteiras entre as partes divididas que couberam ao Paraná e ao estado de Santa Catarina.

Nesse mesmo cenário pós-questão e Guerra do Contestado, a produção e o comércio de erva-mate continuaram a ser importantes e cresceram em volume, embora tenham passado a ser um pouco mais divididos entre as duas partes envolvidas. Vale ressaltar que a economia regional foi gradualmente se diversificando, com a madeira permanecendo como um produto de destaque, juntamente com outros

de importância relativamente menor. Por fim, é importante mencionar que o crescimento na produção e nas vendas de erva-mate persistiu até os últimos anos da década de 1920. A partir desse período, o produto começou a enfrentar desafios de diversas naturezas, especialmente relacionados aos mercados, resultando em uma tendência de queda nos volumes produzidos e vendidos.

A partir de 1930, a economia ervateira entrou num período de crises, momentos em que interesses divergentes e opostos pareciam estar prevalecendo sobre os interesses comuns e superiores do setor. O mercado externo era restrito, os importadores procuravam impor exigências ao Brasil em termos de preço ou de tipos de erva-mate. A estrutura interna da produção ervateira sofria com especulações por parte dos comerciantes internos, que eram os maiores intermediários nesse processo, escasso crédito concedido por eles, redução dos preços nas compras das futuras safras que ficavam de tal modo empenhada nas mãos dos intermediários fazendo com que o produtor nunca se libertasse desse sistema financeiro, ficando eternamente endividado, sem possibilidades de aumentar sua lavoura e de ampliar suas áreas de cultura.

Em 1938, início do Estado Novo de Getúlio Vargas, uma fase de maior intervencionismo na economia brasileira, foi criado o Instituto Nacional do Mate (INM), o governo intervencionista de Varga conferiu ao INM autonomia econômica, técnica e administrativa, além da competência para decretação de normas reguladoras das atividades sujeitas a sua vigilância ou à sua supervisão.

O INM passou por inúmeras reestruturações, no entanto, não conseguiu dar soluções aos maiores problemas da economia do mate. Sua direção era geralmente entregue a políticos que estavam eventualmente sem mandato parlamentar, sujeitos a toda a sorte de injunções e pressões dos setores econômicos e políticos mais influentes da época (COSTA, 1995, p. 69). O INM não tinha condições de financiar os produtores e industriais, nem promover um plano de propaganda, porque não tinha recursos, apesar de um orçamento grande. Esse Instituto se demonstrou incapaz de incentivar a indústria ervateira e criar condições para o seu desenvolvimento.

A erva-mate, que já havia perdido espaço nas economias dos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul para outros produtos desde antes de 1938, viu intensificar esse processo ao longo do tempo de vida do INM. O mesmo ocorreu em relação à participação da erva-mate na economia nacional, tendo a erva-mate perdido cada vez mais a importância nas exportações brasileiras

gerando cada vez menos lucros para uma economia que dela tanto dependia. O INM foi extinto em 1967, para Temístocles Linhares (1969) “ruim com o Instituto, pior sem ele” nos permite pensar num certo conformismo com a situação geral da economia da erva-mate e com a ação do INM, justificando assim, um pensamento que parecia ser mais ou menos geral nesse período de vida o INM.

No Paraná, a empresa Leão Júnior lançou em 1938 o chá feito com a folha queimada da erva-mate. Em virtude do investimento inicial feito na divulgação do novo produto e do advento da segunda guerra, que encarece o chá da Índia importado, verifica-se um aumento do consumo interno, firmando o chá mate como opção de bebida mais barata e mais acessível para a população. Este período histórico representa a consolidação de uma classe média urbana preocupada em demonstrar sua inserção no mundo através de hábitos variados de consumo e que tende a se espelhar nas classes mais abastadas.

A tradição do "mate" é uma parte significativa da cultura paranaense, estando presente em diversas ocasiões do cotidiano. O famoso "chimarrão", uma das formas de consumo da erva-mate, é compartilhado entre amigos e familiares, criando momentos de convivência e confraternização.

Além disso, a cultura da erva-mate também é celebrada em festivais e eventos regionais, onde se promovem atividades culturais, gastronômicas e esportivas relacionadas à planta. Essas celebrações atraem tanto os locais quanto turistas interessados em conhecer mais sobre essa tradição. Entretanto, apesar da importância cultural e econômica da erva-mate no Paraná, alguns desafios se apresentam. A expansão de atividades agrícolas e o desmatamento têm impactado algumas áreas de cultivo, o que levanta preocupações sobre a sustentabilidade do setor. Para garantir o futuro da cultura da erva-mate no estado, são necessárias medidas para promover a preservação ambiental e incentivar práticas sustentáveis de cultivo. Além disso, é importante fomentar a valorização dos pequenos produtores e da produção artesanal, pois essa é uma maneira de manter viva a história e as tradições ligadas à erva-mate.

Em conclusão, a cultura da erva-mate no Paraná é uma rica herança que atravessa séculos e continua a desempenhar um papel fundamental na identidade do estado. Seja por meio da produção industrial ou artesanal, a erva-mate é mais do que uma bebida, é uma expressão da cultura, tradição e união dos paranaenses. Ao proteger e valorizar essa cultura, garantimos que ela continue a ser apreciada e

compartilhada por muitas gerações futuras.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com os avanços e ampliações no campo da historiografia promovidos pela Escola dos Annales e pela introdução de novos objetos de estudo pela terceira geração, a Nova História, na segunda metade do século XX viu a emergência da História Regional como uma nova perspectiva de trabalho historiográfico. Esta abordagem revelou aspectos antes negligenciados e esquecidos, estabelecendo assim uma ligação mais próxima com um ensino de História menos tradicionalista. Reconhecendo a importância de um ensino de História conectado com o contexto regional, essa abordagem busca aproximar o aluno, suas experiências e compreensões históricas e cotidianas da disciplina, considerando o aluno como um sujeito ativo inserido em um determinado contexto temporal com influências do passado. Portanto, embora as abordagens tradicionalistas tenham sido influentes no ensino de História no Brasil ao longo dos anos, uma abordagem crítica, reflexiva e transformadora da disciplina está começando a ganhar espaço nas salas de aula contemporâneas.

A pesquisa teve como objetivo compreender e analisar a abordagem da História Econômica da Erva-Mate no livro didático de história adotado pela SEED, dentro do contexto do ensino de História atual, com foco no ciclo econômico da erva-mate na História do Paraná. Além disso, buscou-se investigar como o ensino de História Regional se alinha com as diretrizes curriculares e disciplinares dos documentos nacionais, como os PCN e a BNCC, bem como com os documentos e legislações estaduais, como a Lei 13381/2001, as DCE e o CREP, elaborado em 2019 pelo governo do estado do Paraná em consonância com a BNCC aprovada pelo governo federal em 2018.

Observamos que os livros didáticos desempenham um papel fundamental na educação brasileira, muitas vezes sendo a única fonte de material disponível e amplamente utilizado nas escolas do país. Concluímos que esses livros não apenas fornecem informações sobre o passado nacional, mas também servem como mediadores entre o conhecimento histórico e o senso comum dos estudantes, facilitando a compreensão das relações entre passado, presente e futuro. É importante ressaltar que o PNLD é de grande relevância e tem sido alvo de

influências ideológicas, do mercado editorial e das políticas governamentais, sofrendo alterações durante os últimos governos neoliberais.

Além disso, destacamos que o debate em torno dos conteúdos apresentados nos livros didáticos é crucial para a melhoria da educação no Brasil, pois a estreita relação com as políticas de cada governo se reflete nas legislações educacionais e nos materiais didáticos fornecidos às escolas públicas. No caso específico da SEED, a opção pela adoção de um único livro didático de história para todo o estado do Paraná levou à escolha da obra "História, Sociedade e Cidadania", do educador e historiador Alfredo Boulos Júnior. Esta obra não aborda a História Regional e muito menos inclui menções à História Econômica da Erva-Mate.

As questões inicialmente propostas nesta pesquisa foram abordadas. A cultura da erva-mate foi uma das principais fontes econômicas do Brasil no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, porém não recebeu a mesma atenção nos capítulos dos livros didáticos de história em comparação com o ciclo da borracha e a cultura do café. Isso se deve a diversos fatores dentro do processo econômico da erva-mate, sendo o mais significativo a falta de atração de importantes capitais estrangeiros para seu cultivo ou comercialização, ao contrário do que ocorreu com o café na região de São Paulo e a borracha no norte do país. Além disso, o comércio internacional da erva-mate não conseguiu penetrar o mercado europeu ou norte-americano, o que contribuiu para sua menor valorização.

A concentração de poder econômico e político desempenhou um papel crucial na representação da história econômica da erva-mate nos livros didáticos de história. Enquanto o ciclo do café e o ciclo da borracha foram dominados por grandes latifundiários e empresários que exerciam influência política significativa, a cultura da erva-mate era mais descentralizada, envolvendo muitos pequenos produtores e cooperativas. Essa descentralização pode ter contribuído para uma menor representação nos registros históricos, uma vez que os grandes produtores muitas vezes tinham mais recursos para perpetuar sua história. A burguesia ervateira não viu interesse em promover ativamente sua história; isso pode ter contribuído para o seu apagamento nos registros históricos, resultando em lacunas significativas no entendimento do papel desempenhado por esse grupo na economia e na sociedade da época

Nos livros didáticos de história, a cultura ervateira pode ser representada de forma limitada, muitas vezes como uma atividade econômica regional, principalmente relacionada às regiões sul e sul-sudeste do Brasil. Seu impacto social, político e cultural pode não ser tão enfatizado quanto o de outras indústrias, como o café, que tiveram um papel mais proeminente na formação da identidade nacional.

A pesquisa realizada com os 100 professores de história do grupo de WhatsApp "Experiências Exitosas" proporcionou uma visão abrangente sobre o ensino de História Regional no país, além de oferecer revelações valiosas sobre a transmissão da história nas escolas e a abordagem das peculiaridades regionais. Ao integrar essas descobertas à minha pesquisa sobre a história econômica da erva-mate, pude enriquecer o contexto do meu tema e destacar a importância da educação histórica na compreensão das dinâmicas econômicas regionais. Essa interconexão entre a pesquisa educacional e a investigação econômica não apenas fortaleceu a fundamentação teórica do meu estudo, mas também ressaltou a relevância de uma abordagem holística para compreender as influências históricas nos aspectos econômicos locais.

Na análise dos objetivos identificados para o 8º ano do Ensino Fundamental e do 2º ano do Ensino Médio, como evidenciado no estudo, observa-se uma clara ênfase nos objetivos relacionados à História Regional. No que diz respeito aos objetivos do 8º ano, verifica-se a presença de 37 objetivos de forma geral para o componente curricular de História, sendo que apenas 2 destes delimitam a temática de História Regional do Paraná. Esses conteúdos abordam uma variedade de temas, incluindo o processo histórico da produção da erva-mate e a emancipação política do Paraná. Embora pertinentes para o ensino de História, especialmente considerando os campos de estudo expandidos pela terceira geração dos Annales, é possível identificar deslocamentos na inserção de alguns desses objetivos, conforme demonstrado e analisado no trabalho em questão. Um desses deslocamentos é representado pela inclusão de um objetivo que busca explorar o início do processo de industrialização do Paraná por meio da produção de erva-mate, sem uma preparação anterior para a compreensão do contexto mais amplo da introdução da industrialização. Isso resulta na apresentação exclusiva do contexto regional, embora este seja respaldado tanto anteriormente quanto posteriormente no documento por conteúdos que abordam eventos europeus, como a Revolução

Gloriosa, Revoluções Inglesas, Revolução Francesa e Era Napoleônica. Apesar desse aspecto, o objetivo prepara o terreno para o próximo objetivo específico, estabelecendo conexões entre as mudanças econômicas e políticas, favorecendo assim uma abordagem integral do ensino de História que interliga o regional e o nacional.

Ao desenvolver uma trilha de aprendizagem sobre a História Econômica do Paraná, é possível estabelecer uma base sólida para explorar esse tema, destacando aspectos essenciais e proporcionando uma oportunidade valiosa para análise crítica e reflexão. No entanto, uma análise mais crítica pode levantar questões sobre se a trilha aborda adequadamente a diversidade econômica do Paraná. Embora a erva-mate seja indiscutivelmente um componente vital da economia e da história da região, outras indústrias ou setores igualmente importantes podem merecer atenção. Percebemos que existe uma dinâmica desafiadora na relação entre a concepção de aprendizagem na trilha e os métodos de ensino que podem ser adotados pelos professores em sala de aula. É fundamental garantir que o ensino seja relevante e adequado à forma como os professores e os alunos conduzem o processo de aprendizagem ao longo do tempo. Isso envolve a apropriação dos métodos e a produção do conhecimento histórico, visando à reconstrução do passado a partir da experiência prática presente.

Em conclusão, os resultados obtidos a partir da análise do CREP, das Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná, dos PCN, da lei 13381/2001 e da BNCC, como apresentados ao longo deste estudo, permitem identificar as intenções de um ensino de História que integre os aspectos essenciais de uma História Regional por meio dos conteúdos apresentados em uma perspectiva de História Total. O objetivo deste estudo foi explorar essas relações e correlações, fundamentando-se em aportes teóricos e metodológicos. Entretanto, é impossível ignorar as lacunas e ausências de conteúdos regionais essenciais para a construção de uma formação histórica completa. Temas como a presença mineradora na região do Paraná, a cultura da erva-mate e sua relação com os processos sociais, econômicos e políticos, a Revolta Camponesa de Porecatu, a revolta dos posseiros na década de 1950 e as discussões sobre o Território Federal do Iguazu são exemplos de conteúdos que merecem destaque e que estão ausentes ou mal abordados. Embora os objetivos específicos identificados possam contribuir para a valorização da temática regionalista no ensino de História, as falhas, deslocamentos

e interpretações inadequadas de certos conceitos podem resultar em uma deficiência nas discussões e na formação histórica dos alunos. Isso pode impedir uma conexão efetiva da disciplina com a relação entre o regional e o total, e entre o presente e o passado, mesmo que não seja a intenção do educador, prejudicando assim uma compreensão mais ampla e contextualizada da história.

7 REFERÊNCIAS

ABUD, Kátia M. O ensino de história como fator de coesão nacional: os programas de 1931. In: **Memória, História e Historiografia**. Revista Brasileira de História, São Paulo: Marco Zero, V.13, n.25/26, p. 163-174, 1993.

_____, Kátia M.. Manter e renovar o ensino de história. In: SILVA, Marcos (org.). **História: que ensino é esse?** Campinas: Papyrus, 2013. p. 9-12.

AGUIAR, Aparecida Eliete Pinto. **O Café No Norte Pioneiro Do Paraná**. Cadernos PDE. SEED/PR - PDE, Volume 2. versão online. disponível em http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_uenp_hist_pdp_aparecida_eliete_pinto_aguiar.pdf, acesso em 25 de março de 2024.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BOGONI, Saul. **O Discurso de Resistência e Revide em Conquista Espiritual (1639), de Antonio Ruiz de Montoya: Ação e Reação Jesuítica e Indígena na Colonização Ibérica da Região do Guairá**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Maringá. 2008.

BOGUSZEWSKI, José Humberto. **Uma história cultural da erva-mate: o alimento e suas representações**. Dissertação (Mestrado em História) 129 f.. Universidade Federal do Paraná. Departamento de História. Curitiba. 2007.

BRANDT, Marlon; SILVA, Naiara Sampaio. **A coleta da erva-mate pela população cabocla do Vale do Rio do Peixe e Oeste de Santa Catarina: apropriação**

privada da terra e rupturas (décadas de 1900 a 1940). Soc. & Nat. Uberlândia, v. 26, n. 3, p. 459-469, set/dez/2014. Disponível em chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/<https://www.scielo.br/j/sn/a/CW6SLnhyxGXMSxKQ4LRVqrh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 28/04/2024.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria do Ensino Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: história**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL, Ministério da Educação. **Proposta de diretrizes para a formação inicial de professores da Educação Básica, em cursos de nível superior**. Brasília: MEC, 2000.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL, Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Disponível em: <<https://cptstatic.s3.amazonaws.com/pdf/cpt/pcn/volume-05-1-historia-egeografia.pdf>>. Acesso em 31/03/2023.

COSTA, Samuel Guimarães da. **A erva-mate**. Curitiba: Farol do Saber, 1995 (Coleção Farol do Saber).

CERRI, Luis Fernando. Construção Curricular como Educação de Professores o Caso das Diretrizes Curriculares Estaduais de História no Paraná. In: **Ensino de histórias e educação: olhares em convergência I** Luís Fernando Cerri (org.). Ponta Grossa: UEPG, 2007.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra**. São Paulo, Cia das Letras, 2002.

FERNANDES, José Antonio. **O Contestado e a Erva-Mate no sul do Brasil**. Disponível em <http://www.identidade85.com/2022/01/o-contestado-e-erva-mate-no-sul-do.html>. Acesso 31/03/2024.

_____, José Antonio. **O Instituto Nacional do Mate e a economia ervateira brasileira (1938 - 1967)**. 2019. 356 f. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2019.

FERRARI, Maristela. **Interações transfronteiriças na zona de fronteira Brasil-Argentina: o Extremo-Oeste de Santa Catarina e Paraná e Província de Misiones (Século XX e XIX)**. 2011. 445 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

FERREIRA, Eva Maria Luiz; FALCÃO, Mariana Silva. **Os Kaiowá e Guarani Como Mão De Obra Nos Ervais Da Companhia Matte Laranjeira (1890- 1960)** Rev. Hist. UEG - Anápolis, v.2, n.2, p.94-110, jul./dez. 2013

FIUZA, Alexandre Felipe; DUTRA, Stefany. O Livro Didático Público De História E O Ensino De História Regional. **Revista Educação, Cultura e Sociedade**, vol. 12, n. 1, 25ª Edição, 2022.

GEVAERD, Rosi Terezinha Ferrarini. **História do Paraná: A Construção do Código Disciplinar e a Formação de uma Identidade Paranaense**. Curitiba: UFPR, 2003.

HOBBSAWM, Eric. Não basta a história da identidade. In: **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LINHARES, Temístocles. **História econômica do mate**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

MAGALHÃES, Marcelo de Souza. História e cidadania: por que ensinar história hoje? In: ABREU, Martha; SOIHER, Rachel (orgs.) **Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.p.168-184.

MONTEIRO, Ana Maria C.; GASPARELLO, Arlette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (orgs.). **Ensino de história: sujeitos, saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad X : Faperf, 2007.

NADAI, Elza. O Ensino de História no Brasil: Trajetória e Perspectiva. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 13 – set.92/ago 93. Disponível em: <www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=30596>. Acesso em 31/03/2023.

NETO, Tomé Soares da Costa; NASCIMENTO, Francisco de Assis de Souza. O Ensino de História Local nas Escolas Públicas Brasileiras: uma análise bibliográfica. In: **Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI**. Teresina, v. 6, n. 2, jul./dez. 2017.

OLIVEIRA, Sandra Regina Ferreira de; CAIMI, Flávia Eloisa. Entrevista - Júnia Sales Pereira: **O PNLD em perspectiva Revista História Hoje**, v. 7, nº 14, p. 158-171 - 2018

PAIM, E. A.; PICOLLI, V. **Ensinar história regional e local no ensino médio: experiências e desafios. História e Ensino**. Londrina, v. 13, p. 107-126, 2007. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/11647>> Acesso em: 3 de abril de 2020.

PARANÁ. **Decreto n.35, de 9 de fevereiro de 1895. Dá Regulamento para a Instrução Pública do Estado. Leis e Regulamentos do Estado do Paraná de 1895- 1896**. Curitiba: Atelier Novo-Mundo, 1897, p. 274, 275

PARANÁ. Secretaria da Educação e Cultura. **Documento-base para o planejamento prévio para implantação do sistema de ensino de 1° e 2° graus.** Curitiba, 1971. v. 1 e 2.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **História.** Curitiba: SEED-PR, 2006. p. 400.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes curriculares para o ensino de História nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.** Curitiba: SEED, 2008.

_____. **Diretrizes Curriculares para a Educação Básica.** Curitiba: SEED, 2008. Versão online. Disponível em: <
http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/dce_hist.pdf>. Acesso em janeiro de 2024.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Lei Nº 13381/01: Torna obrigatório, no Ensino Fundamental e Médio, da Rede Pública Estadual de Ensino, conteúdos da disciplina de História do Paraná.** Versão online. Disponível em: . Acesso em janeiro de 2024.

_____. Secretaria de Estado da Educação. **Referencial Curricular do Paraná.** Curitiba: SEED, 2018. Versão online. Disponível em: <http://www.referencialcurricularparana.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=19>>. Acesso em janeiro de 2024.

PARANÁ. Secretaria do Estado de Educação. **Currículo da Rede Estadual Paranaense.** Curitiba, 2019. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/crep_2020/historia_curriculo_r_e_de_estadual_paranaense_diagramado.pdf. Acesso em 13/03/2024.

PARANÁ. **Referencial Curricular para o Novo Ensino Médio do Paraná**. Curitiba: SEED, 2021.

PARANÁ. Secretaria do Estado de Educação. **Caderno de Itinerários Formativos do Novo Ensino Médio**. Curitiba, 2023, v. 3, p. 385-486. Disponível em chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcglclefindmkaj/<https://acervodigital.educacao.pr.gov.br/pages/download.php?direct=1&noattach=true&ref=55643&ext=pdf&k=0e26b39e7d>. Acesso em

PEREIRA, Jefferson da Silva. **O ensino de história durante a ditadura militar (1964-1985)**. XXV Semana de Ciências Sociais, 8 a 10 de abr. 2014.

PETRICH, J. W. Relatório apresentado ao Exmo. Dr. Arthur Pedreira de Cerqueira, Digníssimo Director Geral da Instrução Publica do Estado do Paraná. In: **A Escola: revista do Grêmio dos Professores Públicos do Estado do Paraná**. Curitiba: Typ. e Lith. A vapor "Imp. Paranaense, ANNO I, num 1, p. 17-22, fev. 1906.

PRIORI, A. **História do Paraná (séculos XIX e XX)**. Maringá: Eduem, 2012.

REGO, Renato Leão; MENEGUETTI, Karin Schwabe. O Território e a Paisagem: A Formação da Rede de Cidades do Norte do Paraná e a Construção da Forma Urbana. **Paisagem Ambiente: ensaios** - n. 25 - São Paulo. p. 37 - 54. 2008

ROBERTSON, S. L.; Dale, R. O Banco Mundial, o FMI e as possibilidades da educação crítica. In: Apple, Michael W.; Au, W.; Gandin, L. A. (Org.). **Educação Crítica: análise internacional**. Porto Alegre: Artmed, 2011, p. 34-48.

ROSSETO, Simone Maria. Ensino de História e História Local: Problemáticas e perspectivas. In: **Cadernos PDE: Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE**. Volume I, 2016.

RÜSEN, Jörn. **História viva**: teoria da história III: formas e funções do conhecimento histórico. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

SALLES, André Mendes; BATISTA, José Neto. Abordagens em livros didáticos de História do Brasil sobre a presença brasileira no Cone Sul Latino-Americano, no século XIX. (2020). **Revista Brasileira de História da Educação**, 20. DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/rbhe.v20.2020.e122>. Acesso em 02/04/2024.

SANCHES, Cipriano Luiz. **A Colonização Norte-Americana no Norte do Paraná: A Experiência Da Leon Israel**. Cadernos PDE. SEED/PR - PDE, Volume 2. Versão Online. disponível em http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2009_uenp_historia_md_cipriano_luiz_sanches.pdf. acesso em 25 de março de 2024.

SANTOMÉ, J. T. **Currículo escolar e justiça social**: o Cavalo de Troia da Educação. Porto Alegre: Penso, 2013.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. O ensino de história local e os desafios da formação da consciência histórica. In: MONTEIRO, Ana Maria F. C. et al. **Ensino de história: sujeitos, saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad X : FAPERJ, 2007.

_____, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar história**. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2009

_____, Maria Auxiliadora. História do Ensino de História no Brasil: Uma Proposta de Periodização. **Revista História Da Educação**, v.16, n.37, 2012, p. 73–91.

_____, Maria Auxiliadora. Didática Reconstrutivista da História e a Formação da Consciência Histórica Dialógica. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 14, n. 2, ago.dez., 2021.

SILVA, João Carlos da. O Ensino de História no Contexto da Legislação Educacional Brasileira. In: **InterMeio: revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, Campo Grande**, MS, v.20, n.40, p.81-96, jul./dez. 2014.

SILVA, Luís Carlos Borges dos Santos. **A importância do estudo da História Regional e Local na educação básica**. XXVII Simpósio Nacional de História, Natal, 2013, Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1372277415_ARQUIVO_Artigo-HistoriaRegional_NATAL_.pdf. Acesso em 17 de março de 2024.

SILVA, Samara Mendes Araújo. **Novas Metodologias no ensino de história local: a gincana cultural como estratégia didática para o ensino da História do Piauí**. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300847543_ARQUIVO_NOVASMETODOLOGIASNOENSINODAHISTORIALOCALagincanaculturalcomoestrategiadidaticaparaoensinodaHistoriadoPiaui.pdf. Acesso em 17 de março de 2024.

TRINDADE, E. M. C. Paranidade ou Paranismo? A construção de uma identidade regional. **Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica**, Curitiba, n.13, 1997, p.65-74.

TOLEDO, Maria Aparecida Leopoldino. A disciplina de História no Paraná: compêndios escolares, ensino secundário e formação de elites intelectuais. In: **Educar em Revista**, Curitiba, Editora UFPR, n. 38, p. 269-291, set./dez. 2010.

WESTPHALEN, Cecília Maria. **Comércio Exterior da Província do Paraná Estudos Econômicos**. São Paulo, 15(N.0 Especial):127-151, 1985

8 APENDICE

8.1 QUESTIONARIO DA PESQUISA DE CAMPO

História local e regional nos livros didáticos de história e na história da legislação educacional.

Acadêmico: Fernando Cesar Gouveia

Orientadora: Isabel Cristina Rodrigues

1. E-mail *

2. Você é professor de história? *

Sim

Não

3. Trabalha em escola pública? *

Sim

Não

4. Leciona em qual seguimento? *

Educação Infantil

Ensino Fundamental I

Ensino Fundamental II

Ensino Médio

Ensino Superior

5. Qual estado brasileiro você trabalha? *

- Acre
- Alagoas
- Amapá
- Amazonas
- Bahia
- Ceará
- Espírito Santo
- Goiás
- Maranhão
- Mato Grosso
- Mato Grosso do Sul
- Minas Gerais
- Pará
- Paraíba
- Paraná
- Pernambuco
- Piauí
- Rio de Janeiro
- Rio Grande do Norte
- Rio Grande do Sul
- Rondônia
- Roraima
- Santa Catarina
- São Paulo
- Sergipe
- Tocantins
- Distrito Federal

6. Qual a sua cidade? *

7. Há quanto tempo atua como professor de história? *

01 à 05 anos

05 à 10 anos

10 à 15 anos

15 à 20 anos

mais de 20 anos

8. Qual livro didático de história é adotado na rede de ensino do seu estado? *

9. Você participou da escolha do livro didático de história da rede de ensino do seu estado?

Sim

Não

10. **Caso a resposta da pergunta anterior seja NÃO.** Quem fez essa escolha do livro didático de história da rede de ensino do seu estado?

11. O livro didático de história adotado pela sua escola ou pela rede de ensino do seu estado contempla a história local e regional do seu estado ou município?

Sim

Não

12. Existe alguma legislação no seu estado ou município que obrigue o ensino da história local ou regional?

- Sim
- Não
- Não sei

13. Você ensina história local e regional do seu estado ou município? *

- Sim
- Não

14. Quais conteúdos sobre história local e regional do seu estado ou município você trabalha em suas aulas?

15. O ensino de história local e regional para você é importante?

- Sim
- Não

16. Fora o livro didático de história você utiliza outro material para ensinar história local e regional do seu estado ou município?

- Sim
- Não

17. **Caso a resposta da pergunta anterior seja Sim.** Qual material você utiliza?
